

Rio Manso



MATERIAL DE TRABALHO
PERFIL MUNICIPAL

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização distritos, povoados e localidades, Rio Manso	15
Figura 2: Evolução da população total residente – Rio Manso, 1970/2016	20
Figura 3: Domicílios, segundo localização (%) –Rio Manso, 2010	20
Figura 4 : Domicílios, segundo número de moradores (%) –Rio Manso, 2010.....	21
Figura 5: Unidades domésticas, segundo tipo (%) –Rio Manso, 2010.....	22
Figura 6: População residente, segundo faixa etária (%) –Rio Manso, 2010	23
Figura 7: Evolução da população residente, segundo faixa etária e sexo (%) –Rio Manso, 2000 / 2010	24
Figura 8: População residente, segundo cor ou raça declarada (%) –Rio Manso, 2010	25
Figura 9: Indicadores demográficos selecionados –Rio Manso, 2010	26
Figura 10: Esperança de vida ao nascer (em anos) – Rio Manso, 1991/2010	27
Figura 11: mortalidade infantil (por mil NV) –Rio Manso, 1991/2010.....	27
Figura 12 : Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais (%) – Rio Manso, 2000/2010.....	28
Figura 13: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução (%) – Rio Manso, 2010.....	29
Figura 14: Crianças atendidas na rede educacional (%) –Rio Manso, 2010	30
Figura 15 : Fluxo escolar, por faixa etária (%) – Rio Manso, 2010	31
Figura 16 : Índice de desenvolvimento da educação básica da 8ª série / 9º ano- IDEB – Rio Manso, 2007/2013	32
Figura 17 : Evolução do IDHM – Rio Manso, 1991/2010	34
Figura 18: IDHM, segundo dimensões – Rio Manso, 2010.....	35
Figura 19 : Árvore do IDHM – Rio Manso, 2010	35
Figura 20: População segundo situação de pobreza (%) –Rio Manso, 2010	37
Figura 21 : Renda domiciliar per capita média (em R\$) – Rio Manso, 2000/2010.....	38

Figura 22: Vulnerabilidades associadas (%) – Rio Manso, 2010	39
Figura 23: Comparativo IVS, segundo dimensões –Rio Manso, 2010	42
Figura 24: Prosperidade social nos municípios brasileiros - 2010	43
Figura 25: Famílias cadastradas, segundo faixa de renda domiciliar per capita mensal (%) - Rio Manso, 2017.....	45
Figura 26: Valores anuais repassados pelo Programa Bolsa Família – Rio Manso, 2004 / 2015.....	47
Figura 27: Unidades de Conservação no município de Rio MansoFonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017	68
Figura 28: Reservas legais cadastradas no CAR.....	69
Figura 29: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Rio Manso	78
Figura 30: Tipos e ocupação de domicílios, Rio MansoFonte: IBGE, 2010	79
Figura 31: Taxa de vacância fundiária, Rio Manso	81
Figura 32: Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), RMBH	84
Figura 33: Carta de Vulnerabilidade Natural, Rio Manso	85
Figura 34: Composição déficit habitacional, Rio Manso.....	89
Figura 35: Domicílios precários, Rio Manso	90
Figura 36: Índice de Bem Estar Urbano Local, RMBH	95
Figura 37: Índice de Bem-estar Urbano Local, Mobilidade, RMBH.....	98
Figura 38: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Ambientais Urbanas, RMBH	100
Figura 39: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Habitacionais, RMBH.....	102
Figura 40: Índice de Bem-estar Urbano Local, Atendimento aos Serviços Coletivos Urbanos	105
Figura 41: Índice de Bem-estar Urbano Local, Infraestrutura Urbana, RMBH	108
Figura 42: Taxa de motorização em 2004 e 2015 em Rio Manso, Belo Horizonte, RMBH e Brasil	119
Figura 43: Taxa de mobilidade 2002 e 2012 em Rio Manso, Belo Horizonte e RMBH	122

Figura 44: Número de viagens realizadas entre Rio Manso e outros municípios da RMBH, por origem e destino, em 2002 e 2011	124
Figura 45: Mapa de destino dos deslocamentos intermunicipais com origem em Rio Manso, anos 2002 e 2012.	128
Figura 46: Distribuição das viagens produzidas em Rio Manso por modo de transporte, em 2002 e 2012.....	131
Figura 47: Distribuição das viagens produzidas em Rio Manso por motivo de sua realização, em 2002 e 2012.	133
Figura 48: Evolução do VAB Agropecuário, em mil reais, e em percentagem do VAB Total (2002-2014), Rio Manso.....	137
Figura 49: Vínculos Ativos Total e no Setor Agropecuário (2002-2015), Rio Manso .	143
Figura 50: Participação do Setor Agropecuário nos Vínculos Ativos (2002-2015), Rio Manso.....	144
Figura 51: Classificação dos Imóveis Rurais (2005), Rio Manso	145
Figura 52: Distribuição Espacial do Cadastro Ambiental Rural (CAR), Rio Manso....	147
Figura 53: polígonos cadastrados no DNPM situados em Rio Manso e seu entorno	153
Figura 54: valor da produção mineral comercializada por município – 2013	154
Figura 55: Cartograma da distribuição das minas por município – 2013	155
Figura 56: Repercussões da atividade minerária na Serra de Itatiaiuçu sobre o Reservatório de Rio Manso	157
Figura 57: Evolução do PIB a preços correntes (R\$ mil). Rio Manso e RMBH. 2004-2014.....	163
Figura 58: Composição setorial do PIB em percentuais do Valor Adicionado Bruto. Rio Manso e RMBH. 2004, 2014	164
Figura 59: Distribuição setorial (%) do emprego formal. Rio Manso, RMBH.	167
Figura 60: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Rio Manso. 2000.....	172
Figura 61: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Rio Manso. 2010.....	172
Figura 62: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2000.	174

Figura 63: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2010.	174
Figura 64: Evolução do PIB per capita. 2010-2013. Rio Manso e RMBH.	178
Figura 65: Evolução da Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2016), Rio Manso	183
Figura 66: Evolução das Transferências Municipais do FPM e ICMS (2013-2016), Rio Manso	184

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais localidades e distância até a sede municipal	15
Quadro 2: Matrículas na rede municipal, segundo nível –Rio Manso, 2012/2014	31
Quadro 3: Índice de desenvolvimento humano municipal - IDHM – dimensões e indicadores	33
Quadro 4: Índice de vulnerabilidade social - IVS – dimensões e indicadores componentes	40
Quadro 5: Programa Bolsa Família - Benefícios repassados, segundo tipo – Rio Manso, 2017	46
Quadro 6 : Valores mensais repassados pelo Programa Bolsa Família – Rio Manso, março 2016 / fevereiro 2017	48
Quadro 7 : Entidades e instituições ativas em Rio Manso	50
Quadro 8 : Conselhos de políticas públicas e legislação de criação – Rio Manso, 2017	51
Quadro 9: Bens Protegidos do município de Rio Manso, 2017	53
Quadro 10: Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural	54
Quadro 11: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002	55
Quadro 12: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2012	55
Quadro 13: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2016	56
Quadro 14: repasse total de ICMS ecológico para o município de Rio Manso	71
Quadro 15: Outorgas de direito de uso de recursos hídricos no município de Rio Manso	72
Quadro 16: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Rio Manso	76
Quadro 17: Resultados Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), Rio Manso	83
Quadro 18: Dados indicadores da capacidade de planejamento e gestão da mobilidade urbana no município de Rio Manso	113
Quadro 19: Dados sobre oferta de transporte público e polos atratores de viagens em Rio Manso	114
Quadro 20: Frota de veículos em 2004 e 2015 e sua variação em Rio Manso, Belo Horizonte, RMBH e Brasil	117

Quadro 21: Viagens cotidianas realizadas em Rio Manso, BH e RMBH em 2002 e 2012.....	121
Quadro 22: Divisão percentual das viagens com origem em Rio Manso, por destino da viagem, em 2002 e 2012	124
Quadro 23: Divisão dos destinos das viagens com destino a Rio Manso, por origem da viagem, em 2002 e 2012	125
Quadro 24: Distribuição das viagens com origem em Rio Manso e destino a outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.....	126
Quadro 25 - Distribuição das viagens com destino a Rio Manso com origem em outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.....	129
Quadro 26: População total e urbana (2000 e 2010), Rio Manso e RMBH	143
Quadro 27: Quadro comparativo da Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar, Rio Manso.....	146
Quadro 28: Evolução de Quantidade de Contratos e Crédito destinado ao PRONAF (2010-2015), Rio Manso.....	149
Quadro 29: Repasses Financeiros do PNAE (2012 - 2015), Baldim.....	150
Quadro 30: Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM no município de Rio Manso	158
Quadro 31: Participação da indústria extrativa mineral no Valor Adicionado Fiscal do município de Rio Manso	158
Quadro 32: PIB a preços correntes. 2004 - 2014. Rio Manso e RMBH	162
Quadro 33: Valor Adicionado Bruto por setores (R\$ mil). Baldim e RMBH. 2004, 2014.	164
Quadro 34: Distribuição setorial (%) da mão de obra formal empregada. Rio Manso, RMBH. 2007, 2011, 2015	166
Quadro 35: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. Rio Manso. 2005 – 2015.....	168
Quadro 36: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. RMBH. 2005 – 2015	170
Quadro 37: Pessoas com 10 anos ou mais por faixa de rendimento nominal e variação percentual. 2000, 2010. Rio Manso e RMBH.....	175
Quadro 38: PIB per capita, variação percentual e taxa de crescimento anual. 2010 - 2013. Rio Manso e RMBH.....	178

Quadro 39: Índices de GINI, R1040, PIND, PPOB, Corte 1 e Corte 9 - Atlas do Desenvolvimento Humano. 2000, 2010. Rio Manso, RMBH e Brasil..... 179

Quadro 40: Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2017), Rio Manso..... 182

SUMÁRIO

LEVANTAMENTO DOS DADOS E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	10
1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS.....	10
2 ASPECTOS HISTÓRICOS, INSERÇÃO REGIONAL E DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	13
2.1 História do município e formação político-administrativa.....	13
2.2 Inserção regional.....	14
3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E CONDIÇÕES SOCIAIS	19
4 CULTURA E PATRIMÔNIO	52
4.1 Patrimônio Cultural.....	52
4.2 Política cultural e diversidade	59
5 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO	66
5.1 Informações sobre a gestão ambiental municipal e instrumentos ambientais	67
5.2 Enquadramento e uso de recursos hídricos	71
5.3 Conflitos ambientais.....	73
5.4 Informações sobre o Saneamento Básico.....	73
6 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	75
6.1 Dinâmica Imobiliária.....	75
6.2 Zoneamento ecológico-econômico	81
7 HABITAÇÃO.....	87
7.1 Quadro Habitacional	87
7.2 Produção habitacional de interesse social.....	91
7.3 Bem-estar urbano	92
7.4 Zonas Especiais.....	110
8 MOBILIDADE URBANA	111

8.1	Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.....	112
8.2	Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação	116
8.3	Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo	123
9	AGRICULTURAS	135
9.1	Produção.....	137
9.2	Emprego.....	142
9.3	Estrutura Agrária.....	144
9.4	Transferências Governamentais e Crédito Rural.....	147
10	MINERAÇÃO.....	151
10.1	Repercussões regionais da atividade minerária no entorno do município de Rio Manso.....	152
10.2	A atividade minerária no território municipal de Rio Manso.....	155
11	ASPECTOS ECONÔMICOS.....	159
11.1	Produção.....	160
11.2	Emprego e Renda	165
11.3	Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade	176
11.4	Finanças Públicas	181
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	185

LEVANTAMENTO DOS DADOS E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O documento que ora se apresenta consiste no relatório de levantamento de dados secundários do município de Rio Manso, Minas Gerais. Os dados foram levantados entre dezembro de 2016 e março de 2017 e tiveram como objetivos principais:

- Conhecer a realidade do município, em termos de suas características demográficas, socioeconômicas, ambientais, culturais, de infraestrutura e outras;
- Identificar e caracterizar os diversos territórios de Rio Manso;
- Municionar o Grupo de Acompanhamento de informações e conhecimento específico para sua atuação no município e para uma participação qualificada na leitura comunitária que virá na próxima etapa do trabalho;
- Fornecer informações para a população, consolidadas em um único volume, a respeito das principais características do município, a serem disponibilizadas no Espaço Plano Diretor;
- Subsidiar a atuação da equipe da UFMG, nas mais diversas temáticas, nos trabalhos de revisão do Plano Diretor.
- Subsidiar a elaboração das audiências em forma de oficina;

Para atingir os objetivos propostos foram levantados dados em fontes secundárias e primárias, tal como explicitado no anexo de metadados, posteriormente processados e analisados pela equipe técnica da UFMG. Foram buscadas informações nas fontes oficiais, relativas a diversas temáticas e indicadores, especialmente indicadores demográficos; indicadores de moradia e qualidade de vida; cobertura de serviços públicos, infraestrutura e equipamentos sociais; meio ambiente e saneamento básico; atendimento de saúde, educação e assistência social; indicadores da economia municipal, bem

como da situação de trabalho e renda; desenvolvimento humano e vulnerabilidade social; associativismo e organização social; cultura, patrimônio, esporte, lazer e turismo.

As principais fontes para os dados secundários foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Ministério da Saúde – MS, Ministério da Educação – MEC, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/ONU; Fundação João Pinheiro – FJP; Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – IPHAN; Ministério da Cultura – MINC; Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais – SEBRAE e outros que tivessem dados e indicadores confiáveis e reconhecidamente úteis para a análise do município e suas condições sociais. Nesse escopo, buscou-se apresentar o dado mais recente disponível em cada fonte e, nos casos pertinentes e possíveis, uma comparação e análise da série histórica de alguns indicadores.

Buscou-se ainda apresentar, nos casos pertinentes, um olhar territorial, de forma a perceber-se as diferenças entre a sede e os distritos e as diversas regiões do município (urbana e rural). Nessa perspectiva, foram também introduzidos alguns mapas do município com as informações georreferenciadas.

Do ponto de vista das pesquisas em fontes primárias, foram aproveitados dados já levantados pela equipe dos LUMEs/UFMG entre 2014 e 2016, quando foram realizadas visitas a todos os municípios metropolitanos. Àquela época, foram entrevistados representantes públicos das áreas de cultura, turismo, esporte, lazer e assistência social, de forma a levantar informações sobre os principais equipamentos e serviços públicos prestados pela municipalidade. É importante destacar que tais informações serão complementadas, nos próximos meses, com levantamentos nos próprios municípios e dados

aportados pelos parceiros locais, Prefeitura e membros do Grupo de Acompanhamento.

O relatório ora apresentado é estruturado em 10 capítulos, além desse primeiro capítulo de Introdução e Objetivos. O Capítulo 2 traz informações sobre a história do município e sua inserção regional, bem como a configuração político-administrativa de seu território. O Capítulo 3 caracteriza os aspectos culturais e relacionados ao patrimônio histórico e políticas de preservação, incluindo informações sobre as festas, eventos e manifestações locais, patrimônio tombado e equipamentos e espaços de cultura. O Capítulo 4 volta seu olhar para os indicadores demográficos do município e suas condições sociais, de desenvolvimento e de vulnerabilidade, além de um breve olhar preliminar sobre a organização social e o associativismo no município, buscando identificar principais entidades, organizações, conselhos e lideranças locais, que serão posteriormente convidadas a participar das atividades de revisão do Plano Diretor. O Capítulo 5 aponta as condições ambientais e de saneamento básico no município. O Capítulo 6 discorre sobre os elementos diretamente ligados ao uso e ocupação do solo, dinâmica imobiliária e equipamentos urbanos disponíveis à população, trazendo ainda uma listagem dos principais equipamentos públicos encontrados no município, como atendimento de saúde, educação, assistência social, esporte e lazer. O Capítulo 7, por sua vez, apresenta as condições municipais no que é relativo à habitação, incluindo dados sobre a produção habitacional e o déficit local. O Capítulo 8 foca as condições de mobilidade no território municipal. Os três capítulos finais dedicam-se a um olhar sobre as atividades da Agricultura (Capítulo 9), Mineração (Capítulo 10) e Aspectos econômicos (Capítulo 11), neste último caso incluindo informações secundárias sobre o perfil da economia municipal, indicadores de trabalho e renda, principais atividades econômicas e finanças públicas. Os metadados e fontes de todas as informações secundárias apresentadas no presente volume constam em anexo, com uma breve descrição da qualidade dos dados e das lacunas a serem preenchidas na próxima etapa do trabalho.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS, INSERÇÃO REGIONAL E DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Para compreender a situação do município e seu perfil, nos diversos aspectos que serão apresentados ao longo deste volume, é fundamental conhecer sua formação histórica e os importantes momentos e forças que contribuíram para a configuração atual de seu território.

Nessa perspectiva, buscou-se levantar as informações básicas disponíveis nas fontes oficiais relativas ao seu povoamento, desenvolvimento econômico, vinculação e formação político-administrativa ao longo dos anos até os dias de hoje.

Ao mesmo tempo, buscou-se enfatizar a inserção metropolitana de Rio Manso, entendendo que a configuração regional e a participação do município neste contexto são fatores fundamentais no direcionamento de seu processo de desenvolvimento. Dessa forma, o presente capítulo apresenta também um breve panorama da RMBH e de sua região sudeste, na qual o município se insere, apontando suas principais centralidades e tendências econômicas e de ocupação do território.

2.1 História do município e formação político-administrativa

Durante as escavações feitas para a construção da praça principal da cidade, foram encontradas algumas peças de cerâmica e vestígios de um antigo cemitério indígena, o que leva a acreditar que os primeiros habitantes da região de Rio Manso tenham sido os índios Cataguases.

Conforme informado em documentos do IBGE, no século XVII as terras que hoje pertencem ao município de Rio Manso foram atravessadas, pela primeira vez, por bandeirantes, entre eles Fernão Dias, Mathias Cardoso, Antônio Gonçalves, Antônio do Prado, Francisco Pires, João Jose Paes e Manoel de Borba Gato.

Próximo à região onde predominava um planalto e no local onde o rio cortava no sentido sul/norte, estabeleceu-se um arraial, favorecido pelas áreas planas e favoráveis à agricultura e às pastagens. Pelas águas tranquilas do rio, foi denominado Arraial do Rio Manso, citado pelo viajante europeu Saint-Adolphe, em sua passagem por Minas Gerais, no início do século XIX: “o viajante mencionava Rio Manso como ‘lugarejo na província de Minas Geraes, no termo da freguesia da Piedade-da-Paraopeba’” (IBGE, 2017).

A mesma fonte informa que o município sempre foi marcado por um contexto religioso muito forte. A primeira matriz de Rio Manso foi construída no século XVIII de acordo com o manuscrito “Relação das Freguesias do bispado da Cúria de Mariana”. A igreja foi construída por Francisco Borges, pai do padre Francisco Borges, primeiro padre do lugar.

Do ponto de vista de sua formação administrativa, segundo o site Cidades do IBGE, o distrito de Santa Luzia de Rio Manso tem sua data de criação como 08 de abril de 1836, a partir da lei nº50. Já na segunda metade do século XIX, em 07 de janeiro de 1880, a lei 2.605 elevou Santa Luzia de Rio Manso à condição de freguesia, quando então pertencia ao município de Bonfim. Em 1890 a freguesia já contava com uma agência dos Correios com linha postal de cinco em cinco dias, uma escola pública e uma população estimada de 3.039 habitantes.

No século XX, em 07 de setembro de 1923, a lei nº 843 fez com que a denominação Santa Luzia de Rio Manso fosse simplificada para Rio Manso, nome que permanece até os dias de hoje. Por fim, a emancipação político-administrativa ocorre em 30 de dezembro de 1962, com a lei 2.764

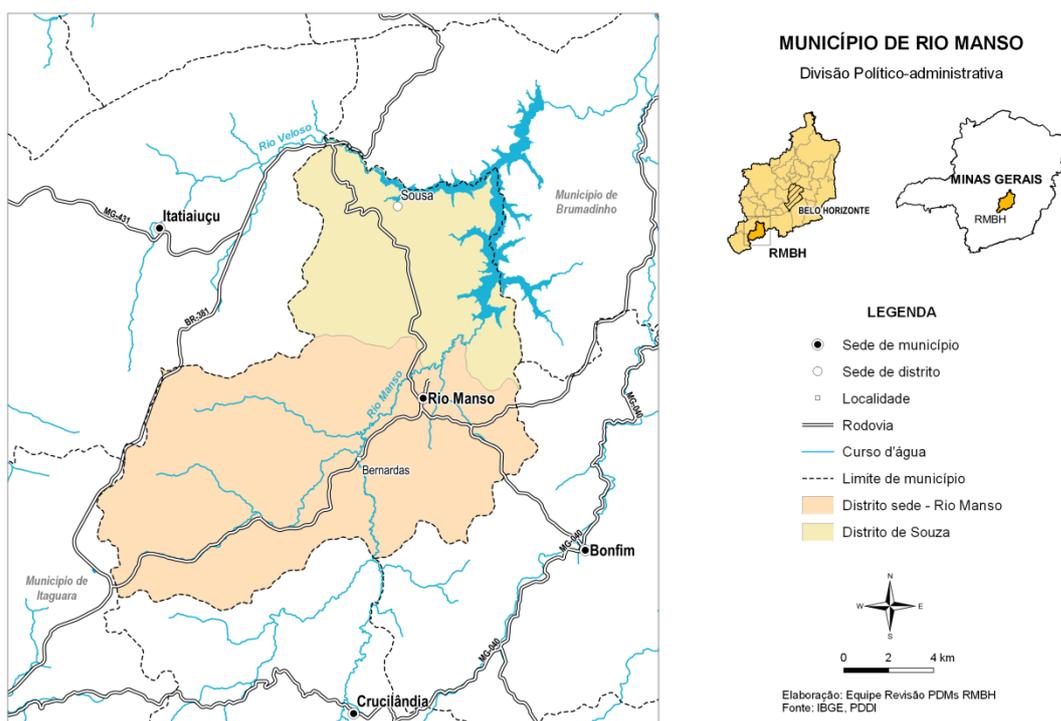
2.2 Inserção regional

Rio Manso se localiza na porção sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte, na chamada Zona Metalúrgica do Estado de Minas Gerais. O

município conta com uma área de 231,540 Km² e tem como principais acessos as rodovias federais BR-381 e BR-262, e as rodovias estaduais MG-050 e MG-040. A distância entre as prefeituras municipais de Rio Manso e de Belo Horizonte, sedes políticas dos municípios, é de 63 km.

A Figura a seguir traz a localização do município no contexto estadual e metropolitano, atualmente formado pelo distrito sede e pelo distrito de Souza.

Figura 1: Localização distritos, povoados e localidades, Rio Manso



Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010

Além disso, o município conta com uma série de localidades e comunidades, muitas delas distantes da sede municipal, conforme pode ser visto no Quadro abaixo.

Quadro 1: Principais localidades e distância até a sede municipal

NOME DA COMUNIDADE	DISTÂNCIA (KM)
Areião	2,5
Atrás da Serra	16
Baú	7

NOME DA COMUNIDADE	DISTÂNCIA (KM)
Bernardas	5
Biquinha de Pedra	15
Bom Jardim	9
Bom Jesus	12
Cachoeira dos Macacos	6
Canelas	10
Camjerana	8
Capão	1
Coqueiro	4
Coqueiro de Espinho	6
Córrego do Monjolo	5
Grota do Gandu	3
Grotas	19
José Velho	7
Lamas	7
Limeira	8
Matinha	12
Monjolinho	14
Morro do Cedro	9
Morro da Onça	13
Perobas	4
Provisória	15
Quenta Sol	9
Sapé	8
Vargem Alegre	8
Vargem do Engenho	1,5
Várzea do Cruzeiro	3
Veloze	17
Ventania	2
Ventenas	7
Viamão	8

Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Manso.

Rio Manso pertence ao vetor sudoeste de acordo com as tendências identificadas no PDDI e atualizadas no projeto do Macrozoneamento. O vetor

sudoeste é marcado pelos desdobramentos do vetor de expansão industrial oeste sobre os demais municípios do entorno – principalmente ao longo dos eixos viários da BR-381 e pela MG-040 – e pelo processo de descentralização industrial que se reflete num espraiamento e numa diversificação da atividade industrial. Juntamente com esse processo se observa a expansão da urbanização de caráter periférico – conforme descrito no projeto do Macrozoneamento – e não raro precária e/ou informal nos municípios tanto do vetor oeste como do vetor sudoeste.

O vetor apresenta atividade metalúrgica e siderúrgica, mas também atividades das indústrias alimentícias, de bebidas e de móveis. No entanto, chama a atenção o aumento dos investimentos e projetos ligados a atividades minerária na última década ao longo da formação de serras do quadrilátero ferrífero. O crescimento dessa atividade no vetor influencia a dinâmica industrial, mas também põe em evidência um conflito crescente entre a atividade de extração mineral e a preservação ambiental, cultural (especialmente em relação às serras) e, principalmente, hídrica devido não somente aos reservatórios dedicados ao abastecimento da RMBH (como o de Rio Manso), mas também às áreas de recarga das principais bacias hidrográficas do vetor.

Rio Manso, no entanto, encontra-se mais afastado do centro dinâmico industrial do vetor sudoeste embora não deixe de sentir sua influência. Considerando-se a nova dinâmica imobiliária gerada pela reestruturação territorial da RMBH, pode-se verificar no município influência da urbanização periférica na forma de loteamentos destinados a sítios, chácaras e condomínios, revelando um espraiamento da pressão imobiliária. O município de Rio Manso também se insere como um importante produtor agrícola no contexto do vetor sudoeste, participando assim da rede de abastecimento alimentício da RMBH.

A principal inserção metropolitana de Rio Manso, no entanto, diz respeito à presença em grande parte do seu território da represa de abastecimento hídrico de Rio Manso. Ela evidencia a importância do município para a segurança hídrica da RMBH, mas também reacende o debate acerca do

balanceamento dos ônus e bônus da prestação de serviços metropolitanos – especialmente os ambientais. Verifica-se, dessa forma, um conflito pelo uso e a ocupação do solo no município (especialmente do uso rural), uma vez que a represa ocupa grande parte do território municipal sem o recebimento de contrapartidas pela necessidade de preservação. Importa destacar também que tanto a represa como o patrimônio ambiental do município abrem potencialidades turísticas, mas também ressaltam a importância do conflito relativo desdobramento da atividade minerária nos municípios do entrono e a preservação hídrica e ambiental no município.

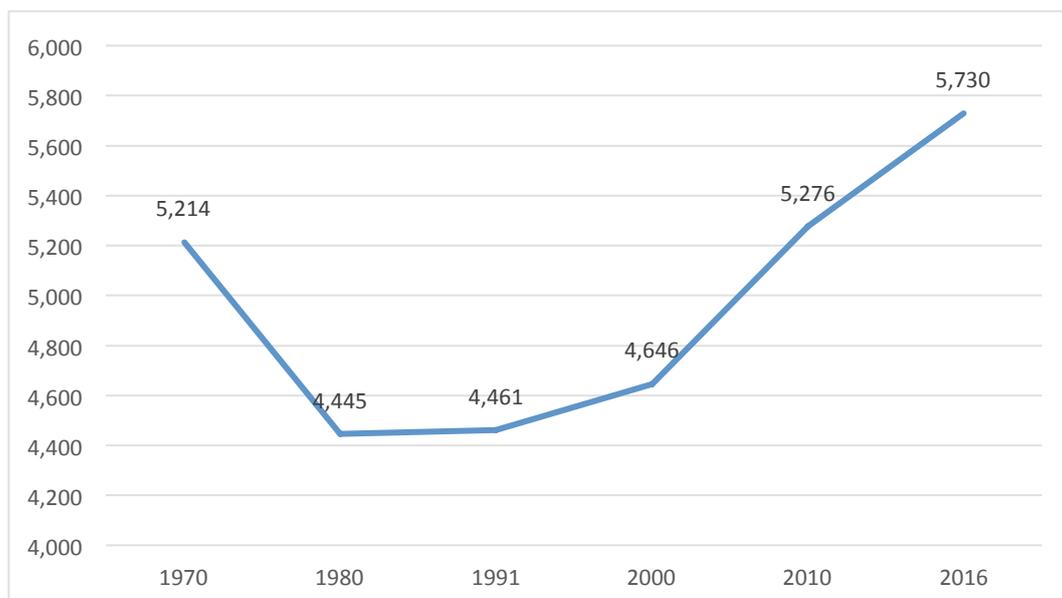
3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E CONDIÇÕES SOCIAIS

No processo de revisão do Plano Diretor de Rio Manso, um dos momentos mais importantes é o conhecimento de sua situação atual, considerando as características de sua população, as necessidades e demandas dos moradores e os principais desafios a enfrentar na elaboração da nova legislação municipal. Nesse sentido, o presente capítulo fornece informações sobre o contexto municipal, a partir de suas principais características sociais, demográficas e de qualidade de vida, a partir de temas e indicadores selecionados, cujo detalhamento e fontes podem ser vistos no Anexo descritivo dos Metadados.

3.1 Perfil Demográfico

A evolução da população residente em Rio Manso está apresentada na Figura que se segue. Como se vê, em 1970 a população do município era de 5.214 habitantes, número este que cai bruscamente na década seguinte, passa por um processo de estagnação e só é retomado em 2010. Em 2010, a população do município era de 5.276 habitantes, segundo o Censo Demográfico do IBGE. Em 2016, estima-se que a população tenha crescido para 5.730 pessoas.

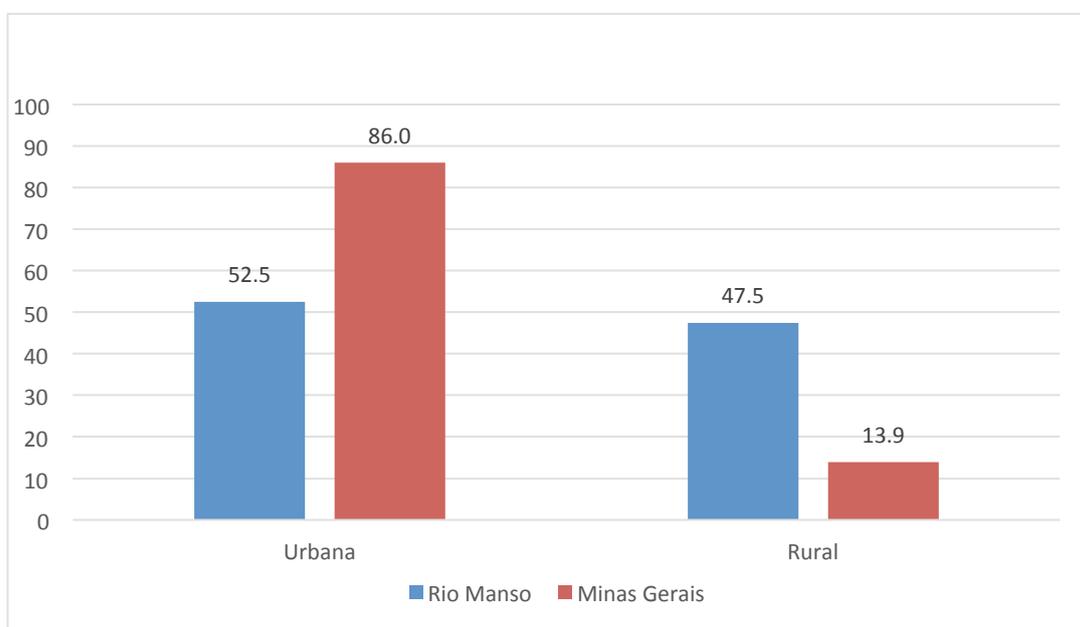
Figura 2: Evolução da população total residente – Rio Manso, 1970/2016



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

De acordo com os dados do IBGE, em 2010 o município ainda apresentava taxa de urbanização menor do que a média mineira, com 47,5% de seus domicílios localizados na zona rural, como mostra a Figura abaixo.

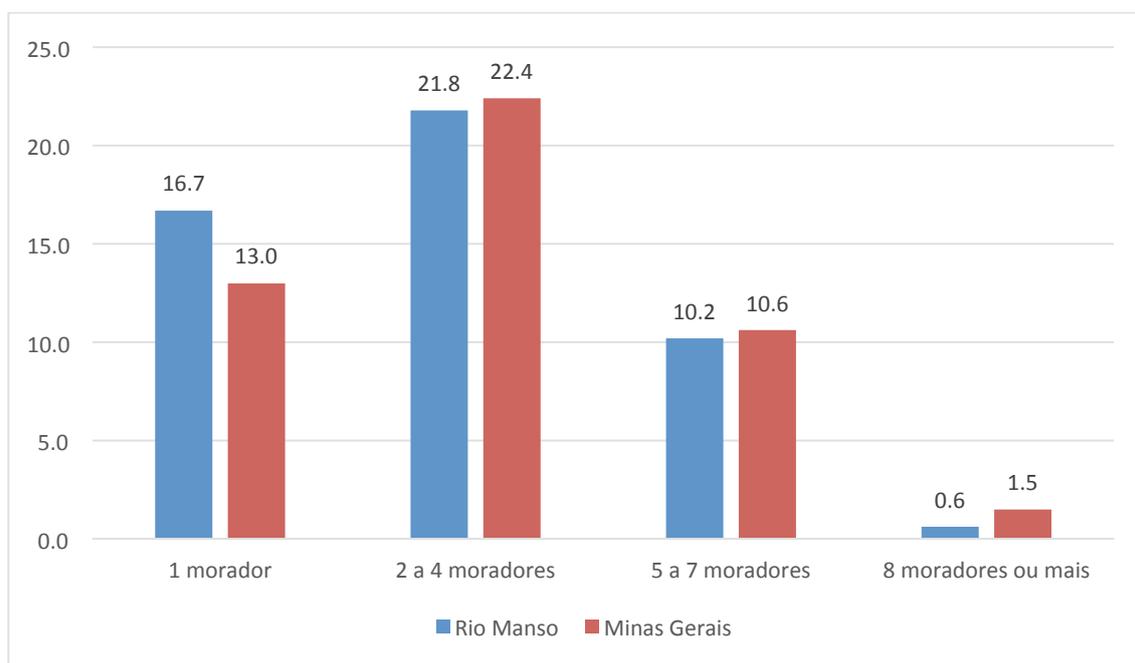
Figura 3: Domicílios, segundo localização (%) –Rio Manso, 2010



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

No que é relativo ao número de habitantes por domicílio, Rio Manso tende a apresentar uma maior participação de domicílios menores, em comparação com a média estadual, especialmente considerado as residências com somente 1 pessoa. Além disso, Rio Manso apresenta menor concentração de municípios com mais de 5 moradores do que o apurado em Minas Gerais.

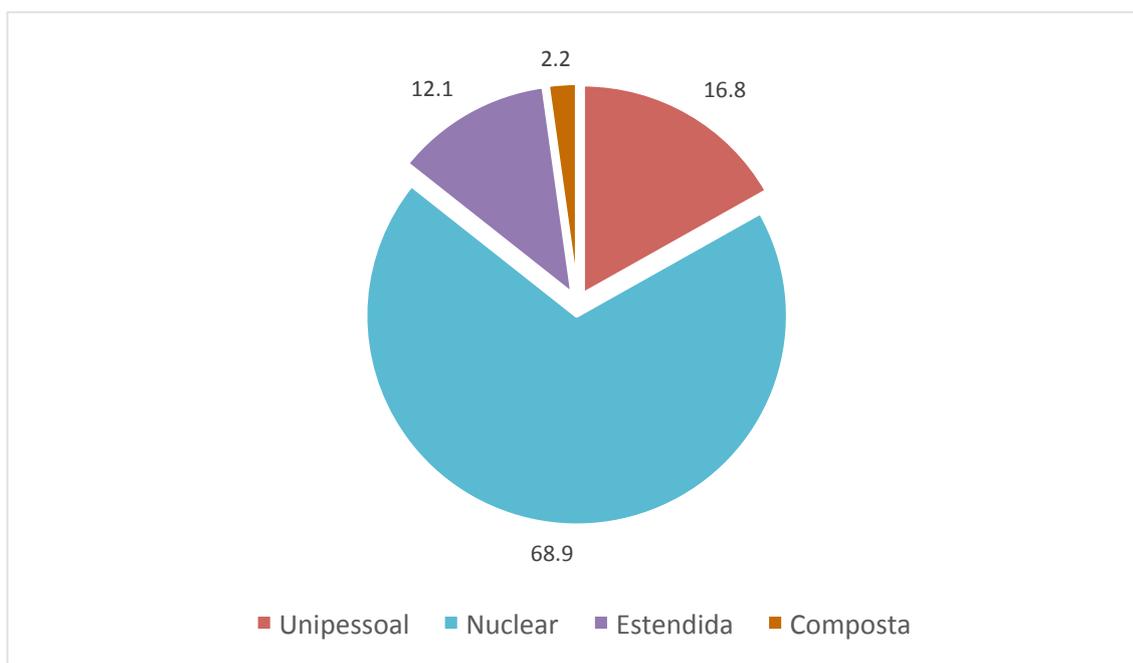
Figura 4 : Domicílios, segundo número de moradores (%) –Rio Manso, 2010



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Como é possível visualizar na próxima Figura, a grande maioria das unidades domésticas do município é do tipo nuclear, isto é, formada por responsáveis e seus filhos. É menos presente na composição doméstica municipal a presença de unidades compostas (parentes e não parentes), além de unidades unipessoais (apenas um morador) ou estendidas (com outros parentes).

Figura 5: Unidades domésticas, segundo tipo (%) –Rio Manso, 2010

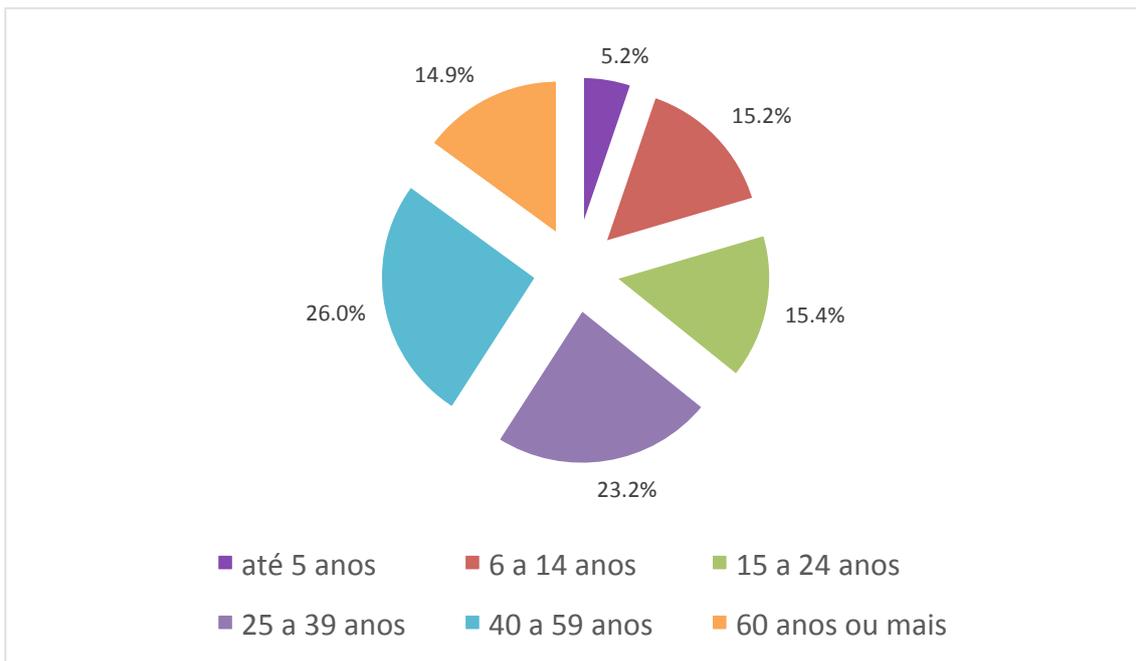


FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Em relação ao sexo da população do município, destaca-se que 50,2% são mulheres, percentual este ligeiramente abaixo do padrão mineiro (50,8%), da RMBH (52%) e do Brasil, onde 51% são mulheres, segundo o Censo 2010.

A distribuição da população por faixas etárias (ver Figura que segue) indica que há no município um percentual relevante de pessoas inseridas nas faixas etárias mais produtivas, especialmente entre 25 e 59 anos (49,2%). Tal panorama indica uma importante demanda por políticas públicas voltadas para jovens e adultos, incluindo formação profissional e oferta de trabalho e renda.

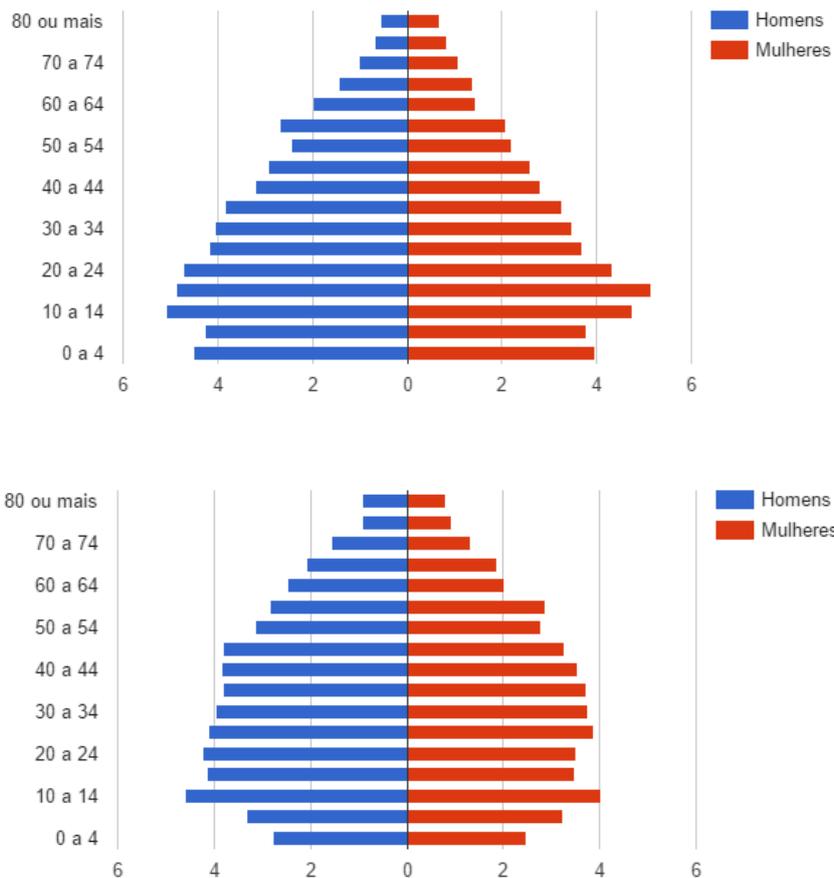
Figura 6: População residente, segundo faixa etária (%) –Rio Manso, 2010



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A análise da Figura abaixo permite avaliar que está havendo um encurtamento da base da pirâmide etária do município. Isso indica que Rio Manso vem passando por um processo de envelhecimento da população, com redução das pessoas que compõem as faixas etárias inferiores, e um alargamento das faixas etárias médias e superiores. Isso aponta também a necessidade, a curto prazo, de políticas públicas voltadas para a terceira idade, entre elas o atendimento de saúde e assistência social.

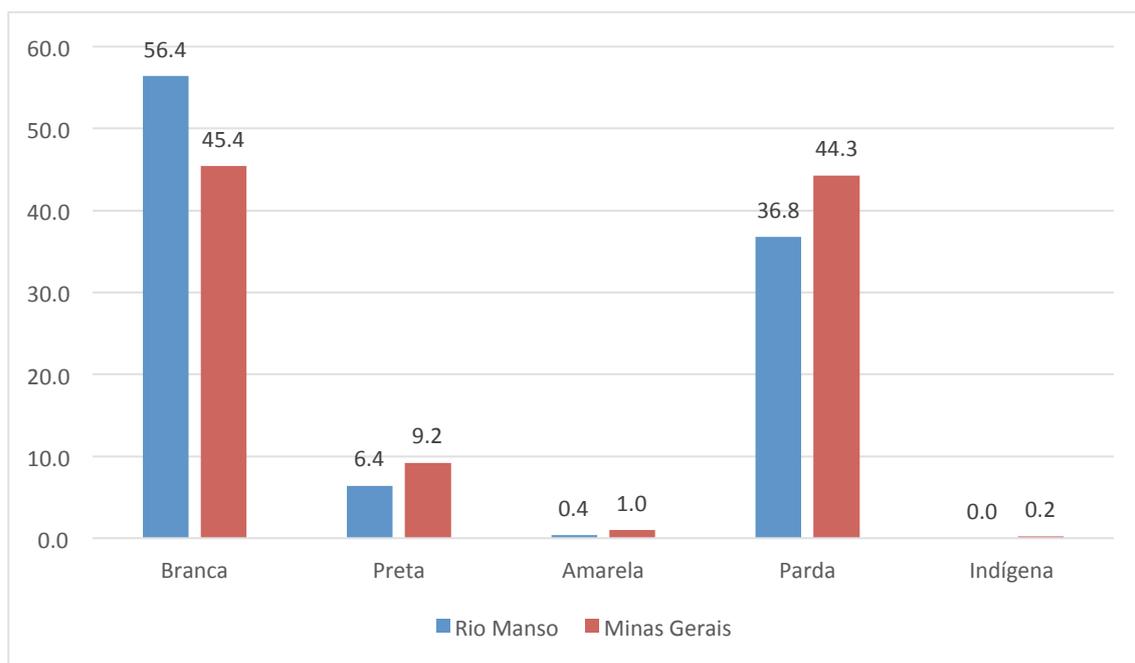
Figura 7: Evolução da população residente, segundo faixa etária e sexo (%) –Rio Manso, 2000 / 2010



FONTE: IBGE, Censos Demográficos 2000/ 2010.

Ao se analisar o perfil da população residente segundo cor ou raça declarada (ver Figura a seguir), é possível perceber que no município o percentual de pessoas que se autodeclararam brancas é maior, em comparação à média estadual. Em Rio Manso, elas representam 56,4% da população total, percentual este de 45,4% em Minas Gerais.

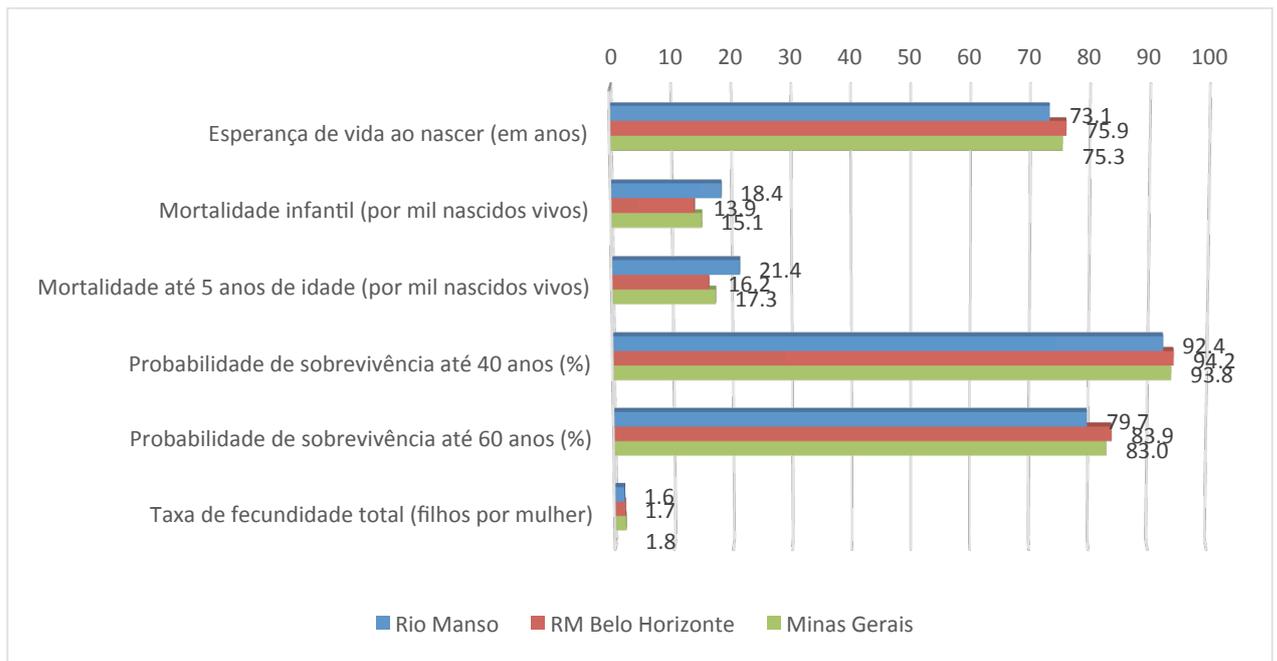
Figura 8: População residente, segundo cor ou raça declarada (%) –Rio Manso, 2010



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Para finalizar a caracterização demográfica do município, é importante avaliar indicadores como taxas de fecundidade, mortalidade e expectativa de vida, além de outros apresentados na Figura a seguir. O que se vê é que o município apresenta, em linhas gerais, pior situação do que a apurada na média metropolitana e mineira, com destaque para uma menor expectativa de vida e chance de sobrevivência até os 60 anos e uma maior mortalidade infantil e até os 5 anos de idade.

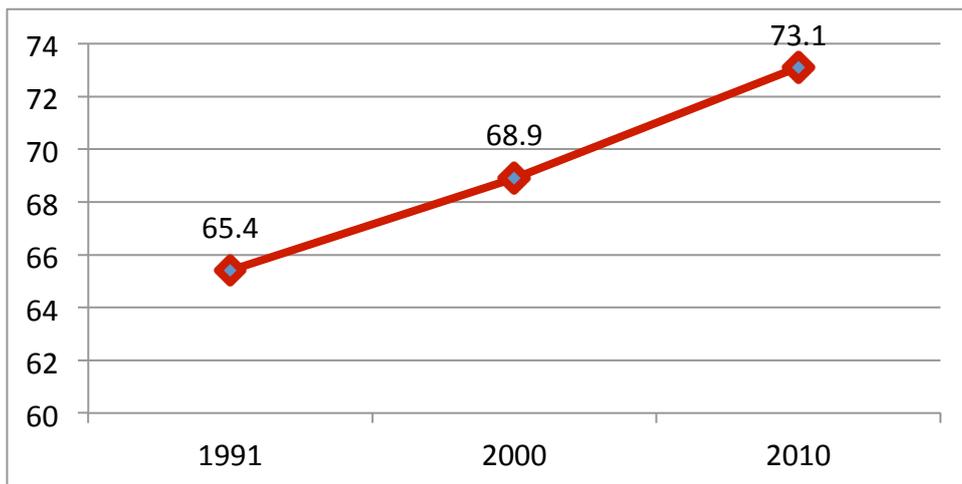
Figura 9: Indicadores demográficos selecionados –Rio Manso, 2010



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

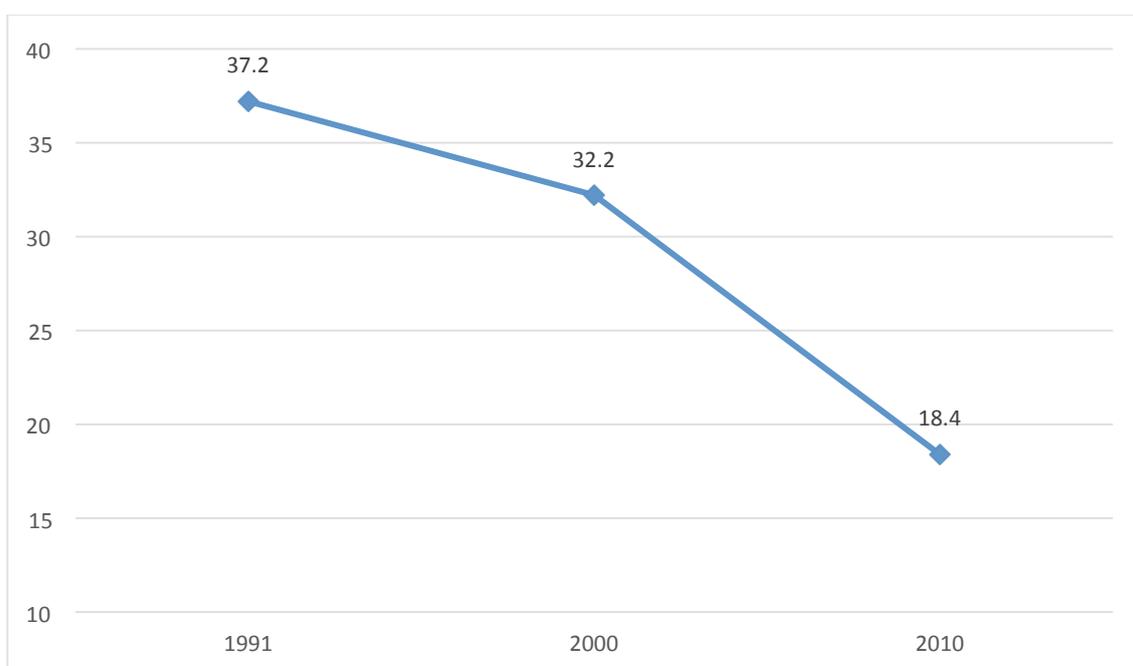
É importante considerar, entretanto, ao se avaliar a série histórica do município, que a situação vem melhorando ao longo das últimas décadas em todos os indicadores. Nesse sentido, a Esperança de vida da população ao nascer aumentou em 7,7 anos desde 1991, enquanto a mortalidade infantil diminuiu de 37,2 óbitos por mil nascidos vivos para 18,4 óbitos por mil nascidos vivos nesse período. As duas taxas e sua evolução estão apresentadas nas Figuras que se seguem.

Figura 10: Esperança de vida ao nascer (em anos) – Rio Manso, 1991/2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

Figura 11: mortalidade infantil (por mil NV) –Rio Manso, 1991/2010



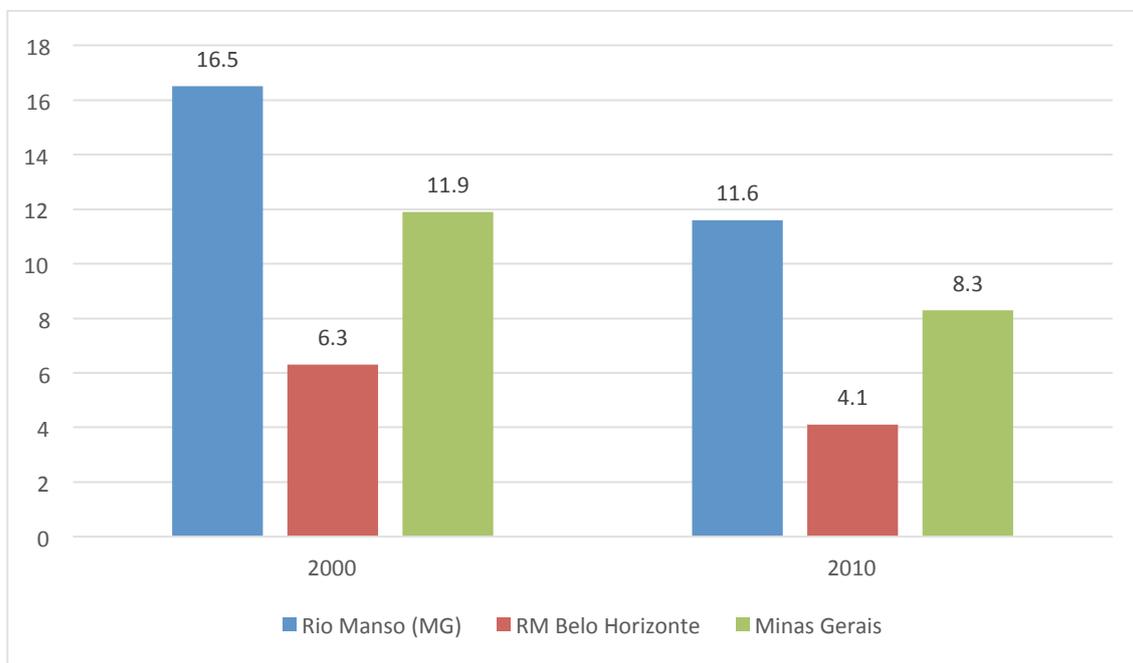
FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

3.2 Condições sociais e desenvolvimento humano

Nos últimos 20 anos, o município de Rio Manso, de maneira semelhante do que vem sendo verificado no Brasil como um todo, tem apresentado melhorias em seus indicadores sociais e de desenvolvimento humano. A seguir, serão apresentados alguns destes indicadores, de forma a permitir uma análise da situação do município e indicar o panorama que aparece como pano de fundo para a revisão do Plano Diretor Municipal.

No que é relativo aos indicadores educacionais, em primeiro lugar é fundamental destacar que a série histórica mostra um processo contínuo de redução do analfabetismo no município (e no Brasil), chegando ao ano de 2010 com 88,4% das pessoas de 15 anos ou mais alfabetizadas (ou seja, 11,6% de analfabetos). Tal percentual ainda é, contudo, abaixo da média metropolitana, onde 95,9% eram alfabetizados, ou mesmo mineira (91,7%), como pode ser visto na Figura a seguir.

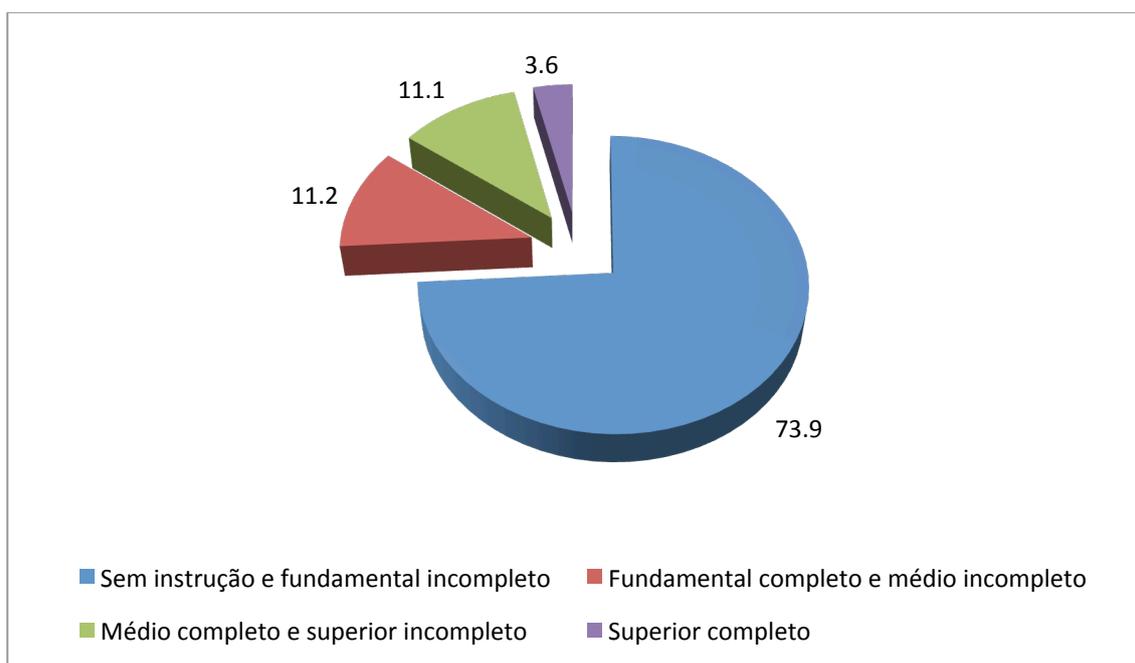
Figura 12 : Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais (%) – Rio Manso, 2000/2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

A Figura que se segue traz o nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais de idade. Neste quesito vê-se que ainda são maioria aqueles que não possuem instrução ou no máximo possuem o ensino fundamental incompleto, situação esta vista entre 73,9% dos moradores do município.

Figura 13: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução (%) – Rio Manso, 2010



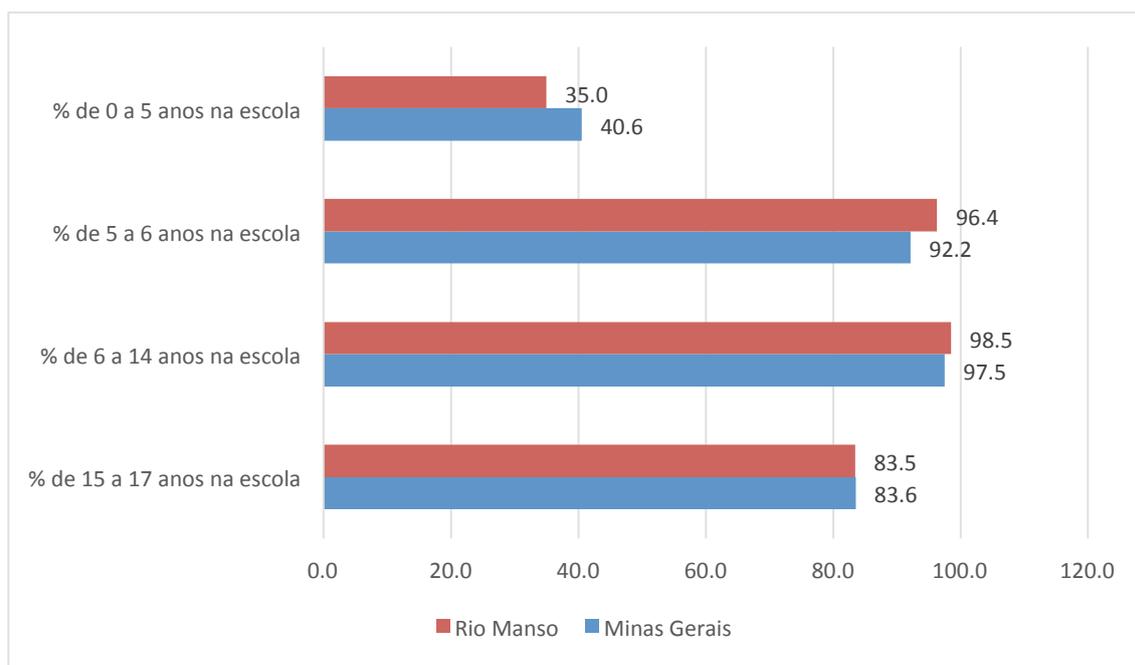
FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Entretanto, tal situação encontra-se em processo de melhoria, conforme foi apontado pelo PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. De acordo com tal fonte, nos últimos anos tem havido gradativa expansão da escolaridade da população maior de 25 anos em Rio Manso, ampliando-se os percentuais de pessoas com nível fundamental completo ou nível médio no município entre 1991 e 2010.

A Figura que se segue traz informações sobre a quantidade de crianças atendidas na rede educacional do município. É possível perceber que no ano de 2010 quase a totalidade das crianças de 6 a 14 anos e de 5 a 6 anos

estavam na escola. Além disso, Rio Manso apresenta um percentual próximo à média de Minas Gerais de crianças de 15 a 17 anos na escola (83,4%). Por outro lado, é menor no município o atendimento na faixa etária de 0 a 4 anos, disponível para apenas 35% das crianças nessa idade, abaixo da média mineira.

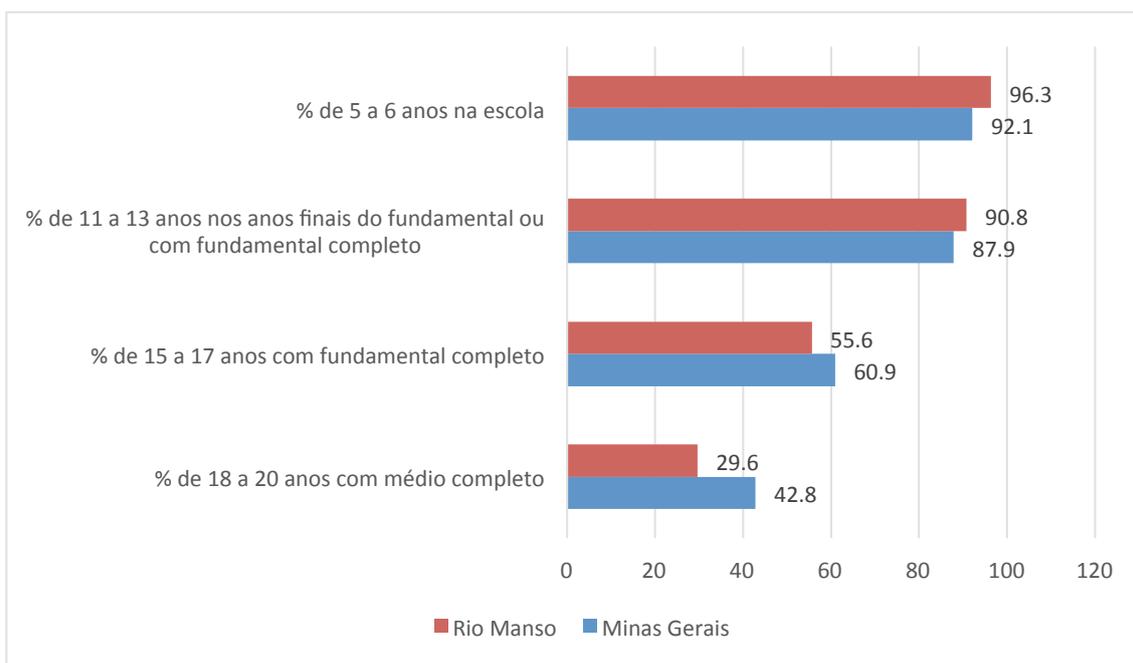
Figura 14: Crianças atendidas na rede educacional (%) –Rio Manso, 2010



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010.

De fato, a comparação dos dados de fluxo escolar no município com os apurados nas médias metropolitana e mineira indica que Rio Manso encontra-se em situação melhor no que é relativo às faixas etárias de 5/6 e 11/13 anos. Entretanto, como pode ser ver na Figura a seguir, nas faixas de 15/17 e 18/20 anos há menor proporção de população local com a escolaridade esperada.

Figura 15 : Fluxo escolar, por faixa etária (%) – Rio Manso, 2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

O Quadro abaixo traz dados atualizados a respeito da evolução no número de matrículas no ensino infantil e fundamental no município, apontando que houve decréscimo no número de vagas nos últimos anos, em todos os níveis de ensino avaliados.

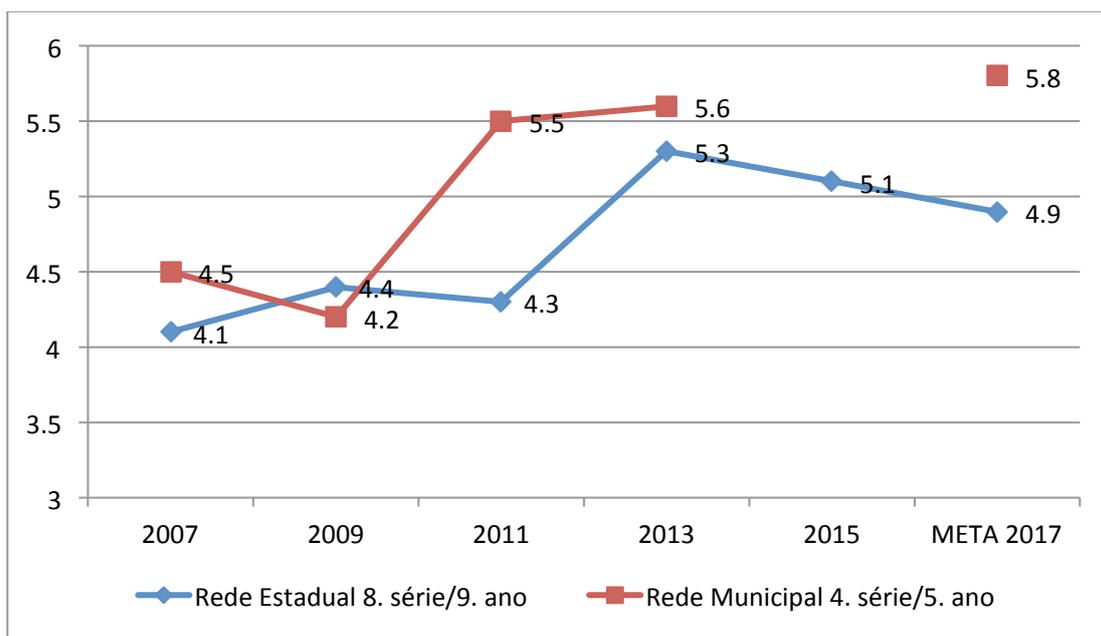
Quadro 2: Matrículas na rede municipal, segundo nível –Rio Manso, 2012/2014

NÍVEL DE ENSINO	MATRICULAS 2012	MATRICULAS 2013	MATRICULAS 2014	CRESCIMENTO 2012/2014 (%)
Ensino Infantil	99	109	97	-2,02
Ensino Fundamental	649	621	639	-1,54%
Total Geral	748	730	736	-1,60%

Fonte: INEP, Censo Escolar, 2015

Nos últimos anos o município tem mostrado um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB oscilante e com variações, como pode ser visto na Figura abaixo. O IDEB é um indicador sintético que combina informações de desempenho na Prova Brasil e no Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb com informações sobre rendimento escolar (aprovação)¹.

Figura 16 : Índice de desenvolvimento da educação básica da 8ª série / 9º ano- IDEB –Rio Manso, 2007/2013



FONTE: INEP, 2016.

Todos os indicadores antes apresentados refletem diretamente na situação do município frente ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, um dos índices mais completos utilizados para analisar a situação dos territórios.

¹ O IDEB varia numa escala de 0 a 10. O objetivo nacional, segundo o MEC, é que o Brasil conquiste 6 pontos no Ideb da primeira etapa do Ensino Fundamental até 2022. Essa nota é equivalente à média dos estudantes dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2005, primeiro dado disponível (e anterior à criação do Ideb, em 2007), a nota do Brasil para essa etapa do ensino era 3,8.

Tal instrumento foi adaptado para os municípios a partir da metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - ONU / PNUD para todos os países do mundo. Este índice - que varia entre 0 e 1, com melhor situação quanto mais próximo de 1 está um território² - mede o grau de desenvolvimento humano de países, estados e municípios, a partir de três dimensões principais, apresentadas no Quadro abaixo.

Quadro 3: Índice de desenvolvimento humano municipal - IDHM – dimensões e indicadores

DIMENSÕES / EIXOS	PRINCIPAIS COMPONENTES / INDICADORES
Renda (padrão de vida)	Renda per capita da população
Educação (acesso ao conhecimento)	Escolaridade da população adulta Fluxo escolar da população jovem
Longevidade (vida longa e saudável)	Expectativa de vida ao nascer

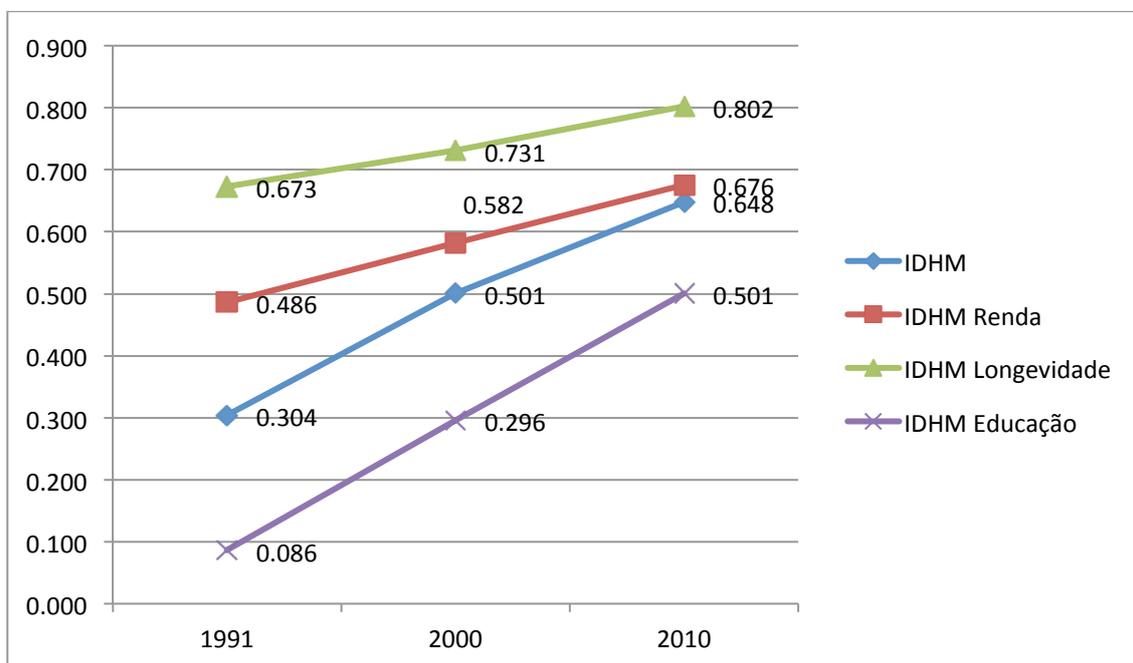
FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

A maior parte destes indicadores já foi apresentada anteriormente. Ao final, o resultado positivo na evolução de alguns indicadores tem levado à evolução do próprio IDHM de Rio Manso, como pode ser percebido na Figura que se segue. O município tem mostrado melhorias desde os anos de 1991 em todos os

² IDHM entre 0 – 0,499: Muito Baixo Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,500-0,599: Baixo Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,600 - 0,699: Médio Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,700 - 0,799: Alto Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,800 e 1: Muito Alto Desenvolvimento Humano.

índices, chegando a 2010 com melhor situação na longevidade e pior situação justamente na educação.

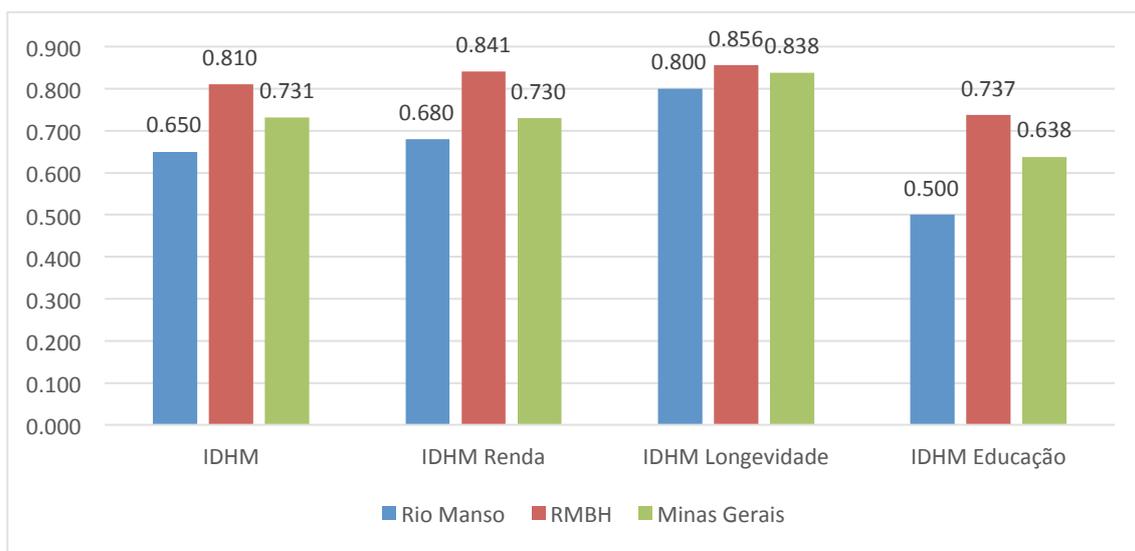
Figura 17 : Evolução do IDHM – Rio Manso, 1991/2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

É possível afirmar que o município, ainda hoje, apresenta médio grau de desenvolvimento humano, abaixo da média de Minas Gerais, da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Brasil. A próxima Figura deixa antever que, mesmo com o crescimento contínuo dos índices sociais no município, todos os indicadores apresentam-se abaixo da média estadual e metropolitana.

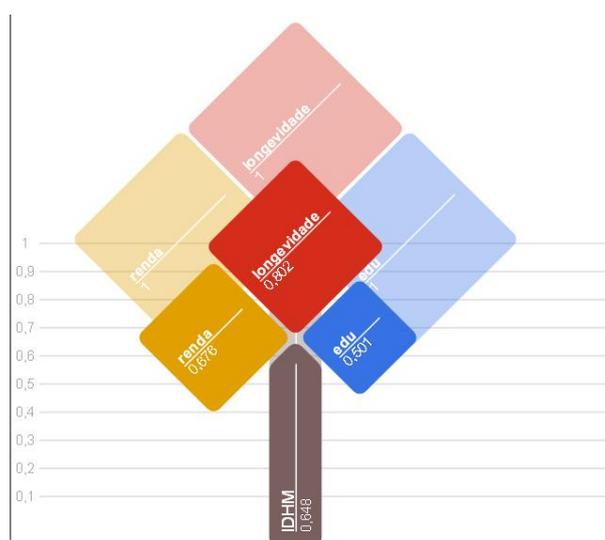
Figura 18: IDHM, segundo dimensões – Rio Manso, 2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

Rio Manso ocupa hoje a 3.566^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros e a 556^a entre os 853 municípios mineiros. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul - SP) e o menor é 0,418 (Melgaço - PA). A árvore do IDHM (Figura abaixo) mostra que o município ainda tem investimentos a fazer para alcançar a situação ideal.

Figura 19 : Árvore do IDHM – Rio Manso, 2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

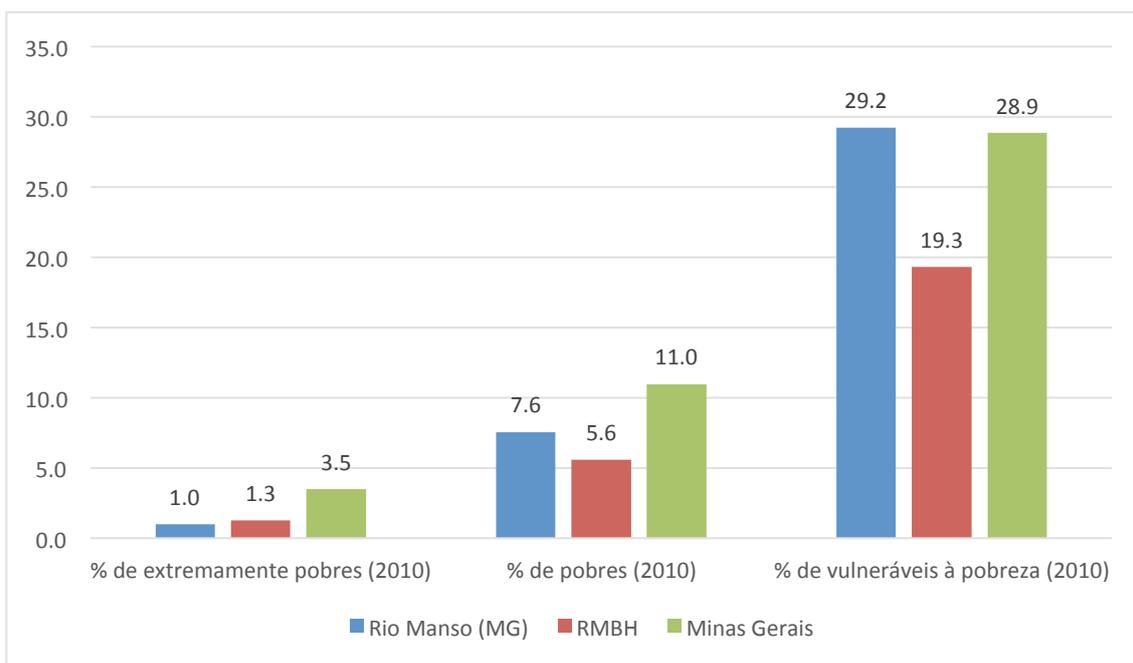
3.3 Vulnerabilidade social

Após conhecer o contexto municipal e analisar sua conjuntura do ponto de vista dos indicadores demográficos, sociais e de desenvolvimento humano, traz-se então um olhar sobre a vulnerabilidade social em Rio Manso.

Um dos primeiros elementos a se avaliar para conhecer a situação de vulnerabilidade das famílias diz respeito aos rendimentos e à pobreza³. A Figura a seguir traz informações sobre o percentual de moradores do município que podem ser considerados extremamente pobres, pobres ou vulneráveis à pobreza, em comparação com Minas Gerais e a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

³ De acordo com os critérios adotados pelo Governo Brasileiro, são consideradas extremamente pobres as famílias que têm renda per capita familiar abaixo de R\$ 85 mensais (valores atualizados para 2017); pobres são as famílias que têm renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; e vulneráveis à pobreza as famílias que têm renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo.

Figura 20: População segundo situação de pobreza (%) –Rio Manso, 2010

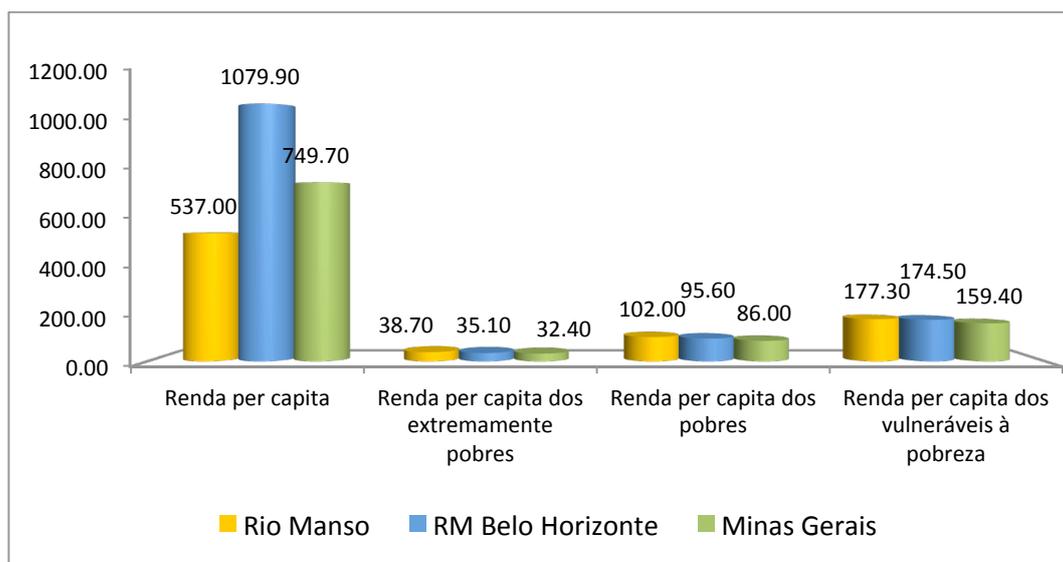


FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

Como se vê, em Rio Manso há menor percentual de pessoas extremamente pobres, em comparação com os dois outros âmbitos territoriais, mas, por outro lado, há maior presença de população considerada vulnerável à pobreza, que perfazia 29,2% dos moradores do município no ano de 2010.

A renda domiciliar per capita média em Rio Manso vem mostrando evolução na última década, mas ao se analisar as populações vulneráveis é possível perceber que a precariedade de renda vem se mantendo, bem como as desigualdades internas na distribuição dos rendimentos. Em 2010, a média municipal de renda domiciliar per capita era de R\$ 537,00, enquanto a dos extremamente pobres era de R\$ 38,70; a dos pobres era de R\$ 102,00 e a dos vulneráveis à pobreza era de R\$ 177,30 per capita. Em comparação com a RMBH e o Estado (ver Figura abaixo), Rio Manso apresentava pior renda domiciliar per capita média.

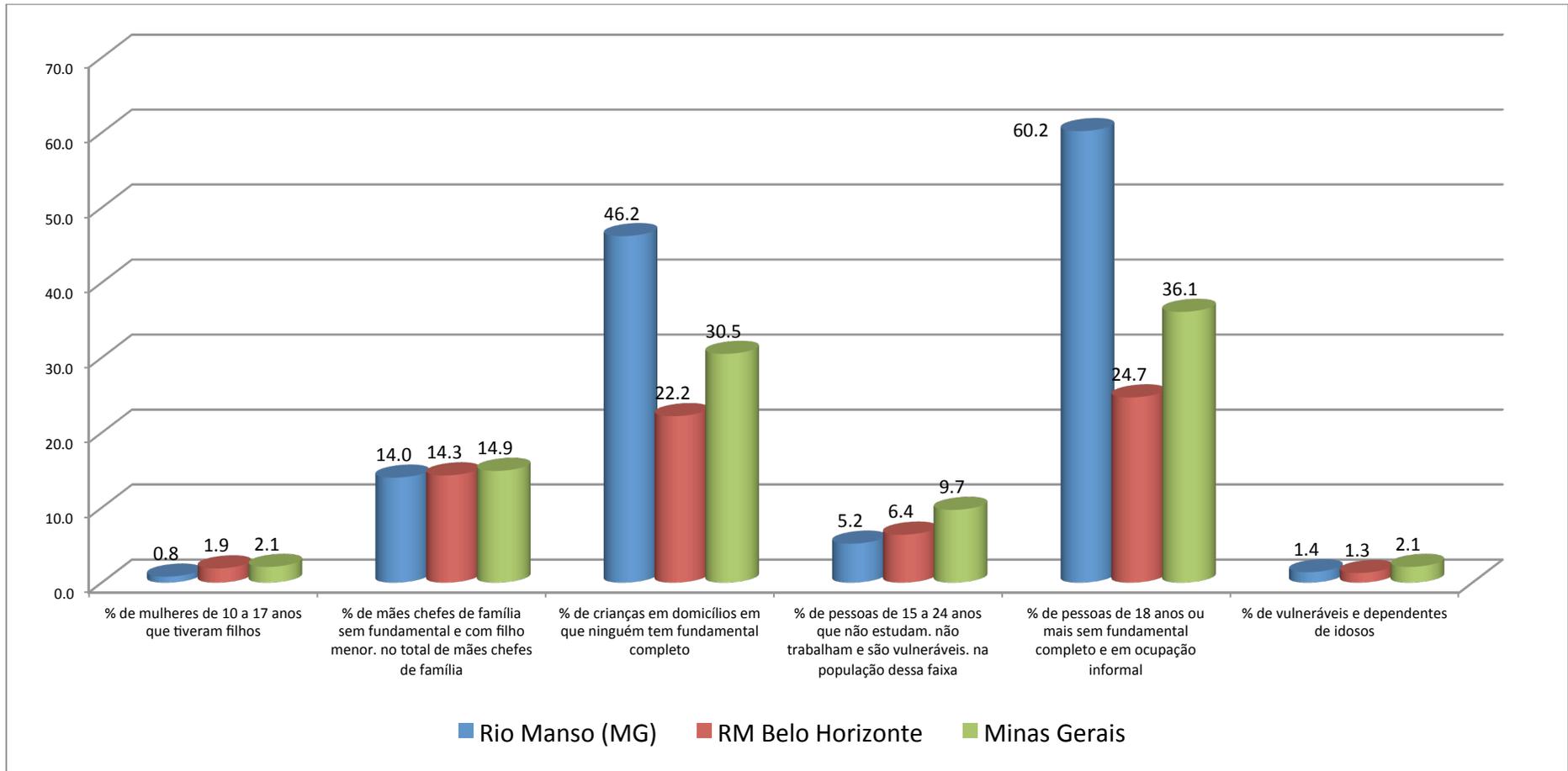
Figura 21 : Renda domiciliar per capita média (em R\$) – Rio Manso, 2000/2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

Outras características importantes – para além da renda - devem ser destacadas quando se avalia a vulnerabilidade das famílias. A Figura na página que se segue apresenta um compilado de outras vulnerabilidades associadas registradas no município. Dentre estas, se destacam o percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal (60,2%) e o de crianças residindo em domicílios onde ninguém tem o ensino fundamental completo (46,2%), ambos indicadores acima da média metropolitana e mineira.

Figura 22: Vulnerabilidades associadas (%) – Rio Manso, 2010



FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano

Todos os indicadores acima mencionados, além de outros apresentados ao longo do diagnóstico, podem ser consolidados no chamado Índice de Vulnerabilidade Social – IVS. Este é um índice sintético que reúne indicadores do bloco de vulnerabilidade social do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) no Brasil, que mede, para além da insuficiência de renda, indicadores de exclusão social, pobreza multidimensional e vulnerabilidade social. O valor do IVS varia entre 0 e 1, sendo maior a vulnerabilidade quanto mais próximo de 1 estiver a situação do indicador⁴. Foi elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, sobre dados do Censo 2010 e é considerado um parâmetro importante e válido para todos os municípios brasileiros.

O Quadro abaixo traz suas principais dimensões de análise e indicadores componentes.

Quadro 4: Índice de vulnerabilidade social - IVS – dimensões e indicadores componentes

DIMENSÕES / EIXOS	PRINCIPAIS COMPONENTES / INDICADORES
Infraestrutura Urbana	Abastecimento de água Esgotamento sanitário Coleta de lixo Tempo gasto no deslocamento entre a moradia e o local de

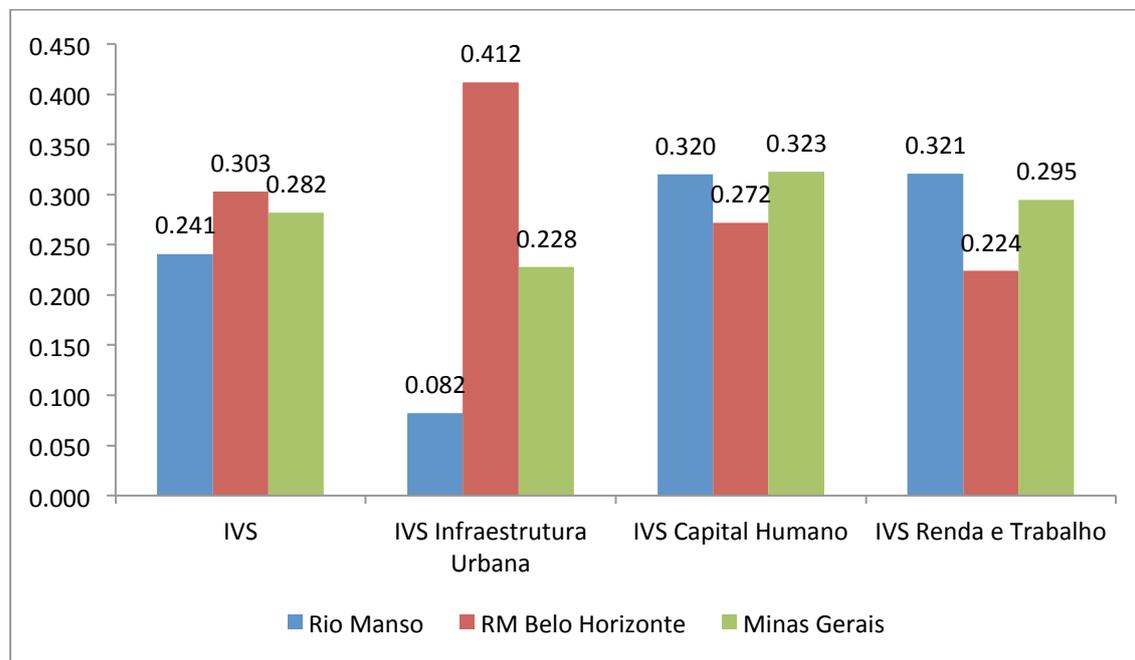
⁴ Para os municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,200, considera-se que possuem muito baixa vulnerabilidade social. Valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social, ao passo que, entre 0,401 e 0,500, são considerados de alta vulnerabilidade social. Qualquer valor entre 0,501 e 1 indica que o município possui muito alta vulnerabilidade social.

trabalho pela população ocupada de baixa renda	
Capital Humano	<p>Mortalidade infantil</p> <p>Crianças e jovens fora da escola</p> <p>Mães precoces</p> <p>Mães chefes de família com baixa escolaridade</p> <p>Baixa escolaridade entre os adultos</p> <p>Presença de jovens que não trabalham e não estudam</p>
Renda e Trabalho	<p>Renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo</p> <p>Insegurança de renda: desocupação de adultos; ocupação informal de adultos pouco escolarizados; dependência com relação à renda de pessoas idosas; presença de trabalho infantil</p>

FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade social, 2010.

Como apresentado nos capítulos anteriores, na maior parte dos quesitos avaliados a situação de Rio Manso está em evolução. Nesse sentido, o município apresentou em 2010 baixa vulnerabilidade social. Como se vê na Figura abaixo, o município apresenta melhor situação do que a RMBH e o Estado na dimensão Infraestrutura urbana, mas pior nas dimensões capital humano e renda e trabalho.

Figura 23: Comparativo IVS, segundo dimensões –Rio Manso, 2010



FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade social, 2010.

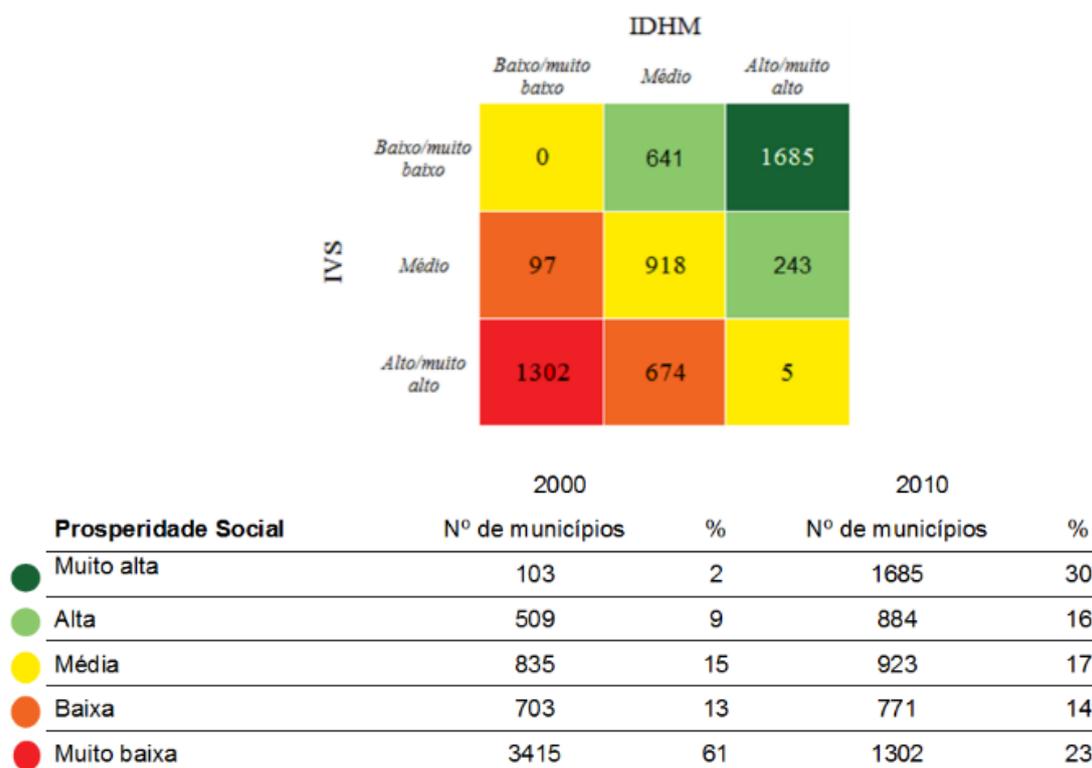
A partir de tal resultado, o IPEA criou o indicador de Prosperidade Social, que é uma análise conjunta entre o Desenvolvimento Humano e a Vulnerabilidade Social. Nos locais onde se encontra alto Desenvolvimento Humano e baixa Vulnerabilidade Social, é possível afirmar que nesse território ocorre uma trajetória de desenvolvimento humano menos vulnerável e socialmente mais próspera, assentada em bases sociais mais sólidas e onde há uma perspectiva de prosperidade não apenas econômica, mas das “condições de vida no meio social”.

No caso de Rio Manso, segundo o IPEA, que apresenta médio IDHM e baixo IVS, chega-se a um patamar de Prosperidade Social Alta, conforme indicativo de cálculo a seguir:

$$\begin{array}{c} \text{IDHM} \\ \boxed{0.648} \end{array} \times \begin{array}{c} \text{IVS} \\ \boxed{0.241} \end{array} = \begin{array}{c} \text{Prosperidade Social} \\ \boxed{\text{Alta}} \end{array}$$

Ao se analisar a situação dos municípios brasileiros em geral, vê-se na Figura a seguir que em 2010 havia um total de 641 municípios na faixa alta/muito alta da Prosperidade Social, onde se enquadra Rio Manso.

Figura 24: Prosperidade social nos municípios brasileiros - 2010



Fonte: IPEA, Atlas da vulnerabilidade social.

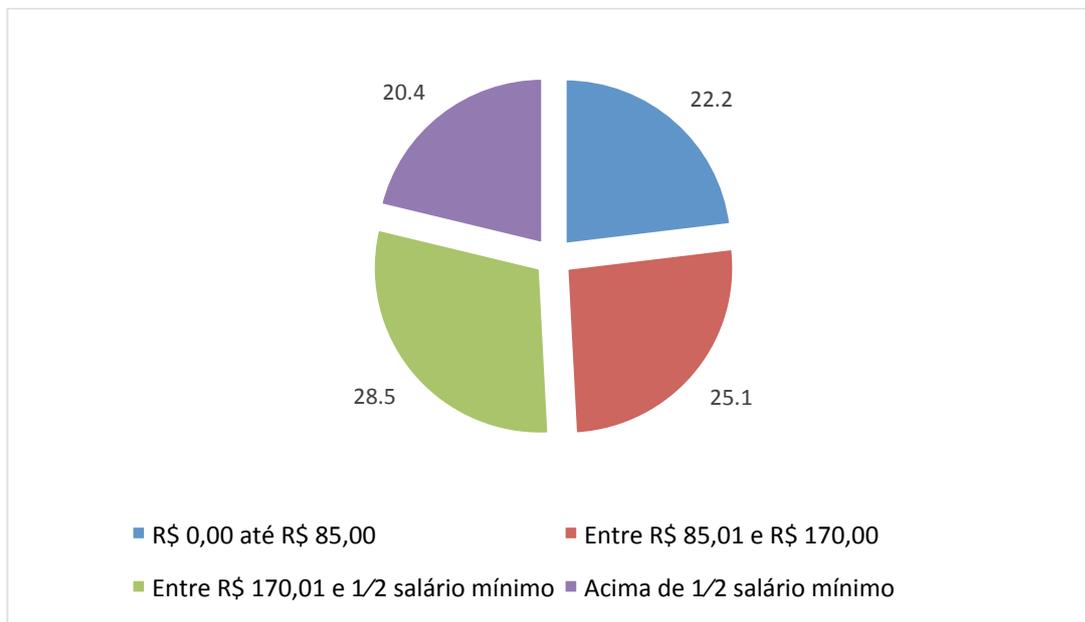
3.3.1 Cadastro único, Bolsa família e transferência de renda

Buscando superar a extrema pobreza no país, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Sem Miséria, tendo como público prioritário as pessoas em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 85 por pessoa (valor atualizado para 2017). As famílias em tal situação devem ser cadastradas pelas administrações municipais no chamado Cadastro Único - CadÚnico, a partir do qual são acompanhadas e recebem benefícios diversos e têm acesso a serviços socioassistenciais e de formação profissional e geração de trabalho e renda.

Serão apresentadas a seguir as principais informações relativas ao município de Rio Manso, segundo os boletins "O Brasil sem miséria no seu município" (maio de 2016) e "Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município" (março de 2017).

Segundo informações do MDSA, havia 617 famílias do município inscritas no CadÚnico no mês de fevereiro de 2017, totalizando 2.048 pessoas cadastradas. A Figura a seguir mostra o percentual de famílias cadastradas segundo renda per capita mensal. Como se vê, predominam aquelas entre R\$ 170 e 1/2 salário mínimo.

Figura 25: Famílias cadastradas, segundo faixa de renda domiciliar per capita mensal (%) - Rio Manso, 2017



FONTE: SAGI/MDSA, 2017.

De acordo com os dados para fevereiro de 2017, há em Rio Manso 287 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que equivalem a aproximadamente 12,8% da população total do município. A cobertura do programa é de 52% em relação à estimativa de pobreza do município, calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico. O relatório do MDSA aponta que:

O município está abaixo da meta de atendimento do programa. O foco da gestão municipal deve ser na realização de ações de Busca Ativa para localizar famílias que estão no perfil do programa e ainda não foram cadastradas. A gestão também deve atentar para a manutenção da atualização cadastra dos beneficiários, para evitar que as famílias que ainda precisam do benefício tenham o pagamento interrompido (MDSA, 2017, p.1).

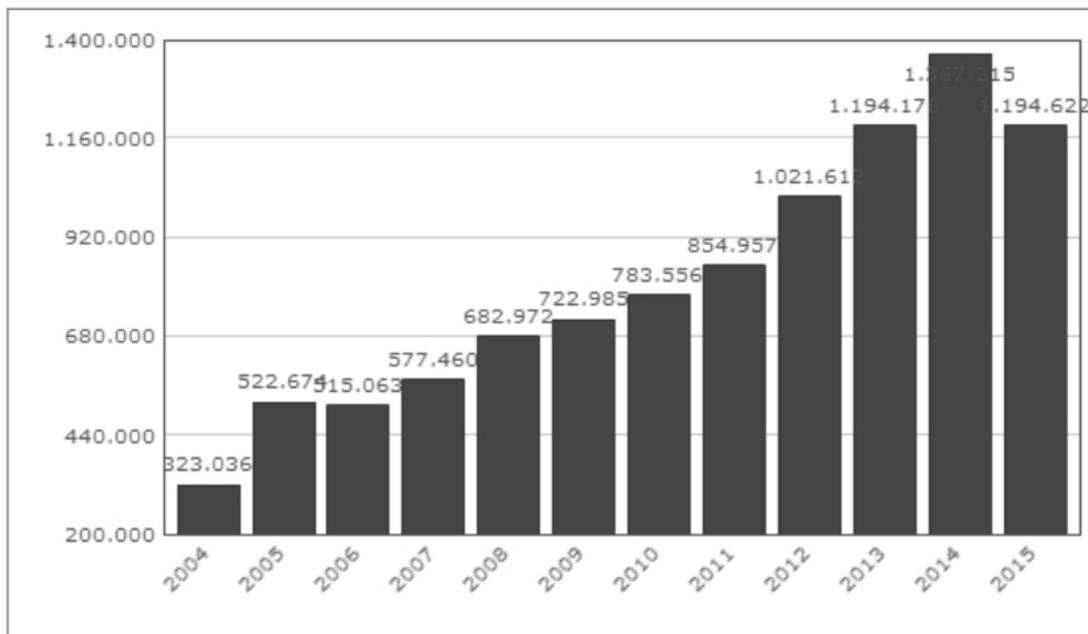
O valor repassado no mês para as famílias ficou na casa dos R\$ 40.001,00, com um acumulado anual de R\$ 465.149,00. O valor médio do benefício por família é de R\$ 139,38. O Quadro a seguir traz a quantidade de benefícios, por tipo, ao passo que a Figura subsequente mostra a evolução dos valores repassados.

Quadro 5: Programa Bolsa Família - Benefícios repassados, segundo tipo – Rio Manso, 2017

TIPO DE BENEFÍCIO	ABS.
Benefício básico	176
Benefícios variáveis	406
Benefício Variável Jovem – BVJ	65
Benefício Variável Nutriz – BVN	4
Benefício Variável Gestante – BVG	9
Benefício de Superação da extrema pobreza - BSP	50

FONTE: SAGI/MDSA, 2017.

Figura 26: Valores anuais repassados pelo Programa Bolsa Família – Rio Manso, 2004 / 2015



FONTE: CECAD MDS, 2016

Os valores mais atualizados (repasse mensais) estão expressos no quadro a seguir:

Quadro 6 : Valores mensais repassados pelo Programa Bolsa Família – Rio Manso, março 2016 / fevereiro 2017

Mês	Qtd famílias	Valor
fevereiro de 2017	287	R\$ 40.001,00
janeiro de 2017	286	R\$ 38.553,00
dezembro de 2016	293	R\$ 40.916,00
novembro de 2016	296	R\$ 42.939,00
outubro de 2016	302	R\$ 42.954,00
setembro de 2016	290	R\$ 41.659,00
agosto de 2016	287	R\$ 41.780,00
julho de 2016	290	R\$ 41.329,00
junho de 2016	270	R\$ 34.016,00
maio de 2016	272	R\$ 33.740,00
abril de 2016	270	R\$ 33.616,00
março de 2016	266	R\$ 33.646,00

Fonte: MDSA, Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município, março de 2017

Por fim, vale destacar que Rio Manso tem cumprido satisfatoriamente o acompanhamento das condicionalidades do PBF, que são ligadas à saúde e à educação. As principais condicionalidades para recebimento do benefício são: crianças menores de 7 anos devem ser vacinadas e ter acompanhamento de peso e altura; gestantes precisam fazer o pré-natal; crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem ter frequência escolar mínima de 85% a cada mês; e jovens de 16 e 17 anos devem ter frequência escolar mínima de 75% das aulas a cada mês.

Conforme constante no Relatório do Programa Bolsa Família, em Rio Manso 344 crianças e jovens de 6 a 17 anos precisavam ter a frequência escolar acompanhada no último bimestre. Dessas, foram acompanhadas 326. Portanto,

94,8% das crianças e jovens de 6 a 17 anos beneficiárias do Programa tiveram a informação de frequência escolar registrada nesse período, acima da média nacional, que é de 92,6% de acompanhamento na educação. O município possui, portanto, um acompanhamento da frequência escolar muito bom.

Na área da Saúde, as famílias que devem ser acompanhadas são aquelas que possuem crianças de até 7 anos e/ou mulheres gestantes. O município conseguiu acompanhar 238 famílias, o que corresponde a um acompanhamento de 93,7%, acima da média nacional, que é de 78,2%. O município possui, portanto, um acompanhamento da agenda de saúde considerado muito bom.

3.4 Organização social e associativismo

Apresenta-se a seguir um panorama da organização social em Rio Manso, considerando-se os seguintes aspectos:

- Entidades, associações, ONGs e fundações ativas no município, nas mais diversas áreas de atuação;
- Conselhos de políticas públicas e controle social;

Considera-se que tais informações são primordiais no processo de revisão do Plano Diretor, pois é através do conhecimento e fortalecimento do capital social de um município que se consegue ampliar os processos de participação e efetiva influência da população na tomada de decisões relativas a seu território.

O Quadro a seguir traz o nome de cada entidade identificada no município, segundo localização. Realça-se que a complementação dos dados será feita em parceria com o Grupo de Acompanhamento municipal, na fase seguinte do projeto, destinada às leituras comunitárias e leituras técnicas.

Quadro 7 : Entidades e instituições ativas em Rio Manso

NOME	LOCALIZAÇÃO
Associação dos Oleiros de Rio Manso	Povoado de Bernardas
ASSOHIMAN – Associação dos Produtores Rurais de Rio Manso	Rio Manso
Art Rio – Associação dos Artesões de Rio Manso – MG	Centro
Associação Ajudar	Rio Manso
AHRIMAN – Associação dos Hortifrutigranjeiros de Rio Manso	Barracão do Produtor – Distrito de Souza
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Manso	Rio Manso
EMATER	Rio Manso
Pastoral da Criança	Bernardas
Associação Comunitária de Moradores de Bom Jardim	Povoado de Bom Jardim

FONTE: Pesquisa Lumes 2015.

O Quadro abaixo, por sua vez, apresenta os Conselhos de Políticas públicas previstos em Rio Manso e suas respectivas legislações de criação. Vale destacar que a vários deles estavam com as atividades paralisadas, ou não foram ainda efetivamente instituídos e/ou empossados.

Quadro 8 : Conselhos de políticas públicas e legislação de criação – Rio Manso, 2017

CONSELHO	TEMA CENTRAL	LEGISLAÇÃO QUE PREVÊ	LEGISLAÇÃO QUE INSTITUI
Conselho Popular de Política Urbana	Planejamento Urbano	Lei Complementar n 23/2007 – Plano Diretor	
Conselho Municipal de Meio Ambiente - CODEMA	Meio Ambiente		Lei Complementar n 22/2007

FONTE: Prefeitura Municipal e pesquisa de campo, equipe UFMG, 2017.

A pesquisa realizada junto ao Grupo de Acompanhamento apontou que atualmente funcionam em Rio Manso os seguintes conselhos:

- Conselho Municipal de Assistência Social;
- Conselho Municipal de Habitação;
- Conselho Municipal da Saúde;
- Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho Municipal da Cultura;
- Conselho Municipal da Defesa Civil.

4 CULTURA E PATRIMÔNIO

4.1 Patrimônio Cultural

No levantamento de informações para o Produto 4 foram utilizadas fontes de dados disponibilizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, Fundação João Pinheiro e pelos municípios. Esses dados correspondem aos bens culturais materiais e imateriais protegidos por tombamento nas escalas federal, estadual e municipal. Este levantamento será importante para se constituir na leitura imediata do patrimônio cultural protegido em cada Município.

Os dados relativos ao ICMS Patrimônio Cultural serão importantes, pois atendem a uma avaliação baseada em pontuação que qualifica o patrimônio cultural de cada município de acordo com a constituição legal da política cultural local, da educação patrimonial, do inventário de bens, do tombamento e das áreas de proteção. Serão também levantadas em escala municipal as legislações pertinentes ao Patrimônio Cultural em vigor nos municípios, cujo conteúdo específico retrata o que foi institucionalizado. Com propósito similar serão identificados os fundos pertinentes à área de proteção do patrimônio cultural nos municípios.

As zonas específicas de proteção cultural, instituídas pela legislação vigente, foram também pesquisadas no âmbito do presente relatório.

4.1.1 Bens Protegidos

No que tange aos bens protegidos no município de Rio Manso, estes são divididos, de acordo com a classificação do IEPHA/MG, em categorias de proteção, a saber:

- NH: Núcleos Históricos, Centros Históricos;
- CP: Conjuntos Paisagísticos Urbanos e Naturais;
- BI: Bens Imóveis - Estruturas Arquitetônicas Isoladas;
- BM: Bens Móveis / Bens Móveis Integrados;
- RI: Registro Imaterial.

O dado mostra a relação de bens apresentados ao IEPHA-MG para o ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2016 - exercício 2017. O Município encaminha para o instituto os dados pertinentes ou requeridos relativos ao seu patrimônio cultural e o instituto atualiza a listagem anualmente. O dado é importante por apresentar a categoria, a institucionalização legal (quando disponível) e o nível de proteção (federal, estadual ou municipal), além de constituir informação atualizada dos bens protegidos.

Quadro 9: Bens Protegidos do município de Rio Manso, 2017

MUNICÍPIO	N DECRETO DE TOMBAMENTO OU REGISTRO	DENOMINAÇÃO DO BEM CULTURAL TOMBADO OU EDIFICADO	NÍVEL DE PROTEÇÃO	CATEGORIA
Rio Manso	-	Capela São Rafael	Municipal	BI
Rio Manso	-	Festa de Santa Luzia	Municipal	RI
Rio Manso	-	Igreja Matriz e Santa Luzia	Municipal	BI

Rio Manso	-	Imagem de Santa Luzia de Rio Manso	Municipal	BM
-----------	---	------------------------------------	-----------	----

Fonte: IEPHA-MG - DIRETORIA DE PROMOÇÃO DO IEPHA/MG - Gerência de Cooperação Municipal - Relação de Bens apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2016 – exercício 2017

Rio Manso possui Patrimônio Cultural protegido em sua totalidade em âmbito municipal. O IEPHA/MG não informou os decretos de tombamento para os 4 itens apresentados na tabela. Também não foi possível identificá-los junto à Prefeitura Municipal.

4.1.2 ICMS Patrimônio Cultural – Pontuação

A base para a pontuação tem levado em consideração os seguintes itens:

- Política cultural local - PCL;
- Educação patrimonial;
- Inventário de proteção do acervo cultural – planejamento e ações;
- Tombamento
- Ações de proteção.

A partir dessa base de pontuação foi estabelecida a forma de cálculo da pontuação do ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL instituída com base na Lei Estadual nº 13.803/2000 e na Deliberação Normativa nº 01/2005 do Conselho Curador do IEPHA/MG para o exercício de 2008. Quanto maior a pontuação maior é o repasse financeiro dado ao Município, dentro dos critérios legais estabelecidos. A seguir tem-se a pontuação alcançada pelo município de Rio Manso em três exercícios, a saber:

Quadro 10: Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural

Município	ICMS Exercício 2017	ICMS Exercício 2015	ICMS Exercício 2013
-----------	---------------------	---------------------	---------------------

Rio Manso	3,35	-	6,55
-----------	------	---	------

Fonte: IEPHA/MG - 2017

O aumento ou diminuição da pontuação se refletirá diretamente nos repasses de ICMS, pois quanto maior a pontuação, maior é o repasse financeiro dado ao Município, dentro dos critérios legais estabelecidos. O município de Rio Manso, de acordo com o quadro acima, apresentou uma diminuição de repasse nos anos que pontuou. Estas pontuações garantem o repasse de valores conforme é possível visualizar nos quadros a seguir.

4.1.3 ICMS Patrimônio Cultural – Repasse

Em 2002, primeiro ano em que se tem este dado disponível no site da Fundação João Pinheiro, o município de Rio Manso obteve os seguintes repasses:

Quadro 11: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
7.107,71	6.816,27	6.564,99	7.178,14	7.962,96	8.784,69	9.444,84	9.514,70	10.181,36	9.911,97	10.191,31	10.513,64	104.172,58

Fonte: FJP/CEPP 2002

Em 2012, o Município obteve um repasse cerca de 50% inferior ao de 2012.

Quadro 12: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2012

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
4.650,04	4.277,17	4.415,35	4.404,77	4.572,14	4.622,23	4.861,71	4.702,23	4.892,67	4.936,83	4.895,57	5.473,55	56.704,26

Fonte: FJP/CEPP 2012

Já em 2016, último ano em que se tem disponível este dado no site da Fundação João Pinheiro, o município de Rio Manso apresentou uma piora no repasse de verbas.

Quadro 13: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2016

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
3.714,95	3.506,26	3.896,62	3.908,74	4.005,60	3.907,02	3.967,63	4.062,38	4.109,14	4.100,01	4.208,39	4.293,25	47.679,99

Fonte: FJP/CEPP 2016

Tal situação apontaria um possível retrocesso em relação à apresentação da base documental necessária à obtenção da pontuação e seu consequente acesso a recursos públicos. É importante ressaltar que os critérios de pontuação no ICMS - Patrimônio Cultural levam em consideração aspectos como a composição da Política Cultural Local e a capacitação de técnicos municipais ligados à área.

4.1.4 Existência de inventário municipal de bens culturais

O Inventário de Bens relativos ao Patrimônio Cultural Municipal é importante para a identificação, registro, e controle do acervo cultural, pois nele estão contidas todas as informações necessárias sobre os bens culturais e suas características. Existe um padrão definido pelo IEPHA-MG para a realização do Inventário de Bens, determinando a sua forma e conteúdo, sendo também importante sua realização para a pontuação no ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL, fonte de onde foi extraída a verificação de sua realização. Essa informação é relevante, pois a realização do inventário pelo Município, contribui para o acervo de informações e mapeamento cultural na realização da revisão do Plano Diretor Local pois revela informações mais abrangentes sobre os bens protegidos.

O município de Rio Manso apresentou o inventário dos bens protegidos ao IEPHA/MG em 2016. O inventário é um documento que fica sob domínio da Prefeitura Municipal e é encaminhado para o IEPHA/MG. Através da lista de documentos recebidos pelo IEPHA/MG no exercício de 2017, disponível em seu web-site, é possível verificar se o inventário foi entregue. Não é possível acessá-lo virtualmente.

4.1.5 Existência de legislação municipal de proteção do patrimônio cultural

O dado existe na Lei Orgânica Municipal de 1º. de maio de 1990, que estabeleceu as diretrizes para cultura no Município (Art. 152 a 155). Dentre elas destacam-se as seguintes:

- O Município protegerá as manifestações das culturas populares e dos grupos étnicos participantes do processo civilizatório nacional e promoverá, em todos os níveis das escolas municipais, a educação sobre a história local e a dos povos indígenas e de origem africana;
- Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores do povo riomansense, entre os quais se incluem:
 - I - Normas de expressão;
 - II - Modos de criar, fazer e viver,
 - III - Criações tecnológicas, científicas e artísticas;
 - IV - Obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artísticas e culturais;
 - V - Sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;

- O teatro de rua, a música, por suas múltiplas formas e instrumentos, a dança, a expressão corporal, o folclore, as artes plásticas, as cantigas de roda, o carnaval, entre outras, são consideradas manifestações culturais;
- Serão objeto de incentivo financeiro especial, estabelecido por lei, a banda de música, congado, folia de reis e a recuperação dos carros de boi;
- Todas as áreas públicas, especialmente os parques, jardins e praças públicas são abertas às manifestações culturais;
- Município, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá, por meio de planos permanentes, o patrimônio histórico e cultural municipal, por meio de inventários, pesquisas, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação;
- O Poder Público elaborará e implantará com a participação e cooperação da sociedade civil, plano de instalação de centro cultural, com bibliotecas públicas nos distritos e povoados. Junto ao centro cultural e às bibliotecas serão instaladas, progressivamente, oficinas ou cursos de redação, artes plásticas, artesanato, dança e expressão corporal, cinema, teatro, literatura, filosofia e fotografia, além de outras expressões culturais e artísticas.

4.1.6 Existência de fundo municipal de patrimônio cultural

O dado existe para o município de Rio Manso. O Fundo Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural pode ser encontrado no site do TCE - Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais através de repasses de verbas concedidos a ele (acesso

realizado em 16/05/2017). Porém, não foi ainda localizada a Lei de criação do Fundo junto ao Município e Câmara Municipal.

A regulamentação do Fundo é importante para a estruturação da política cultural local e para garantir o repasse de verbas federais e estaduais para ações de interesse municipal em relação ao Patrimônio Cultural.

4.1.7 Existência de zonas de proteção cultural no Plano Diretor

O dado não existe no Plano Diretor Participativo de Rio Manso - Lei Complementar nº 20, de 20 de fevereiro de 2007. O Plano Diretor do Município não apresenta esta definição de zona em seu texto assim como não possui como anexo mapa de macrozoneamento ou zoneamento.

4.2 Política cultural e diversidade

O item relativo à Política Cultural e Diversidade no município de Rio Manso tem como objetivos principais agregar informações fundamentais ao processo de revisão do Plano Diretor, em especial no que se refere às manifestações culturais do território, bem como sobre a institucionalidade e instrumentos da política pública voltada para o setor.

Além de sua importância como política setorial no contexto municipal e regional, entende-se aqui que a cultura - e os elementos identitários, simbólicos, econômicos, sociais e humanos que a compõem - é constituinte de todo o processo de desenvolvimento humano e social de um determinado território. Esta visão está consubstanciada não apenas nas atuais concepções do Sistema Nacional de Cultura, mas também na visão da cultura como fator de desenvolvimento humano, seguindo as orientações da ONU/UNESCO.

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, foi implementada a partir de 2003, com a implantação do Sistema Nacional de Cultura – SNC, objetivando articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas.

Considerando as diretrizes do sistema nacional, apresentam-se, a seguir, informações sobre a política cultural e a diversidade no município de Rio Manso.

4.2.1 Institucionalidade e política cultural

O município de Rio Manso não conta com órgão exclusivo para gestão da política pública de cultura, sendo tal responsabilidade assumida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS⁵, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar a política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

⁵ O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”.

Além disso, realça que dentro da configuração do Sistema Nacional de Cultura⁶, entende-se que o município ainda não cumpriu plenamente suas obrigações no que é relativo à política cultural. De acordo com informações do Ministério da Cultura, Rio Manso realizou sua adesão ao Sistema Nacional de Cultura, através do Acordo de Cooperação Federativa nº 01400.008494/2012-72, assinado em 18/05/2012. Entretanto, tal acordo não está vigente, necessitando ser renovado. Além disso, parece que em âmbito municipal o Sistema Municipal de Cultura ainda não foi implantado e tampouco foi elaborado seu Plano Municipal de Cultura.

De acordo com dados constantes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014⁷, realizada pelo IBGE, as principais ações e projetos em desenvolvimento pelo poder público municipal na área da cultura em Rio Manso eram, àquela época: apoio financeiro a festivais ou mostras

⁶ Onde cabe ao município implantar o seu Sistema Municipal, ao qual compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura, previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

⁷ A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

de cinema/vídeo; promoção e fomento a iniciativas voltadas para Pessoa com deficiência, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, mulheres, crianças e adolescentes, jovens, Pessoas idosas e membros das culturas populares; ações de promoção do livro e leitura; desenvolvimento de programa ou ação para a implantação, reforma ou modernização da biblioteca pública; realização de ações de incremento do turismo cultural, incluindo a divulgação de atrações e de manutenção de calendário de atividades e eventos; oferta de cursos nas áreas de artesanato, literatura, teatro, patrimônio e conservação; apoio financeiro para realização de eventos, festas e celebrações locais. Segundo apurado, tais ações foram realizadas basicamente com recursos próprios do orçamento municipal.

Do ponto de vista da participação da sociedade civil na política cultural, consta na mesma base de dados a informação de que o município possuiria dois conselhos atuantes e separados, um de Cultura e outro de Patrimônio, ambos fundados em 2011. Entretanto, não foram encontradas informações pertinentes a tais conselhos ou à legislação que os teria instituído.

O município já realizou duas Conferências Municipais de Cultura, em 2005 e 2009, além de ter participado de conferências estaduais e nacionais de cultura (segundo dados do Ministério da Cultura, Rio Manso enviou representantes para a primeira e a segunda Conferência Nacional de Cultura).

A estrutura cultural do município se expressa também pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura. Nesse sentido, Rio Manso dispõe de poucos espaços para difusão e fruição de manifestações artísticas e culturais. Entretanto, estes são importantes referências espaciais e se consolidaram como pontos de sociabilidade da comunidade, para encontros, recreação, atividades de lazer, eventos e realização de atividades culturais diversificadas. São eles a Casa da Cultura Doutor Mildô Rugani, museu público situado à Rua Antônio Pedro de Melo 30, Loja 04, Centro; e a Biblioteca

Pública Municipal de Rio Manso, localizada na também na Rua Antônio Pedro de Melo, loja 06, Centro.

Também são utilizadas para as práticas culturais e de socialização as praças e quadras esportivas, que são seis no município, localizadas no centro da cidade, no Distrito de Souza e nos povoados de Bernardas, Lamas, Grotas e Viamão, além de dois campos de futebol, localizados no Centro e no Distrito de Souza.

Importante referência cultural da comunidade e atração turística local é a Igreja Matriz de Santa Luzia, tombada pelo patrimônio municipal.

4.2.2 Diversidade cultural

As informações disponíveis para Rio Manso na MUNIC 2014 apontam a presença de atividades artísticas e culturais no município, nas áreas de teatro, culturas populares, banda de música e artesanato, neste último caso nas modalidades de bordado, materiais reciclados e tecelagem.

O município participa do Circuito Veredas do Paraopeba, juntamente com Bonfim, Belo Vale, Igarapé, Moeda e Brumadinho. O circuito foi criado em 2001, mas ficou desativado durante seis anos. Em abril de 2010 recebeu certificação da Secretaria Municipal de Turismo de Minas Gerais, um incentivo ao maior desenvolvimento do turismo e da cultura na região.

Segundo consta no documento do PLHIS:

Antiga passagem de tropeiros e bandeirantes que cruzaram seus caminhos em busca de riquezas, o Vale do Paraopeba serviu como principal rota de escoamento de ouro e outras preciosidades minerais do Brasil durante o século XVII e XVIII. A visita aos diversos distritos e povoados que compõe o Vale do Paraopeba, também oferece o contato

com lugarejos de formação histórica datada de fins do século XVII e início do século XVIII. Além de conservar estruturas arquitetônicas e urbanas que remontam à sua formação, mantêm um modo de vida de cidades do interior, muitas vezes rural, proporcionando uma viagem de uma beleza impressionante. São roteiros que aliam passado e presente em uma das mais belas paisagens de Minas.

O Vale está situado em uma região privilegiada do Vale do Paraopeba, nas encostas das serras do Rola Moça, Calçada e Moeda. A região também é apelidada carinhosamente como Vale do Charme. (PIATTO, 2010, p. 28)

O município conta com uma banda de música (Banda de Música Cassiano Gonçalves Dornas) e com um grupo de Congado e Moçambique, do bairro Pequi, no distrito de Souza que se apresentam ambos na Festa de Nossa Senhora do Rosário, em agosto.

Além disso, há a ArtRio – Associação dos Artesãos de Rio Manso, que trabalha também a culinária regional, a produção de doces caseiros e de duas receitas especiais da comunidade: os biscoitos da Festa do Biscoito e a Broa das Almas.

Conforme apurado em pesquisa de campo, os principais eventos culturais de Rio Manso são os seguintes:

- Festa da Cerâmica – abril;
- Teatro da Semana Santa - Semana Santa, data móvel;
- Festa de Nossa Senhora das Graças - maio;
- Festa de Santa Cruz - maio;
- Festa do Biscoito - junho
- Festa de Santo Antônio – junho;
- Festa de Nossa Senhora de Santana;
- Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;

- Festa de Nossa Senhora do Rosário – Congado e Moçambique - agosto;
- Festa da Couve Flor – agosto;
- Rio Manso Gospel Show – agosto;
- Festa de São Bento;
- Festa de São Geraldo;
- Festa de São Judas Tadeu;
- Festa de São Rafael;
- Festa de São Vicente;
- Festa de Sebastião;
- Rodeio de Rio Manso – outubro;
- Festival de Folia de Reis – dezembro;
- Festa de Santa Luzia – dezembro;

A Festa de Nossa Senhora do Rosário e o Rio Manso Gospel Show acontecem em agosto, a primeira ocorre no Distrito de Souza – Bairro Pequi e o segundo na Praça Matriz de Rio Manso. Além disso, a Festa de Nossa Senhora do Rosário é uma festa típica do município e já existe há 63 anos. A Festa do Biscoito ocorre no povoado de Lamas, o restante ocorre em grande maioria na Praça Matriz. Todas as festas do município têm periodicidade anual.

Também foi verificada a existência de uma feira livre aos sábados, onde são vendidos produtos artesanais pelos moradores do município.

5 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

No que concerne ao meio ambiente e ao saneamento foram utilizadas informações referentes às unidades de conservação no território municipal, à arrecadação municipal com o ICMS ecológico, ao cadastro ambiental rural e áreas de reserva legal, proteção ambiental vinculados ao Plano Diretor Municipal, outorgas de autorização de uso de recursos hídricos e enquadramento de cursos d'água, bem como informações acerca da existência de conflitos socioambientais.

Pelas finalidades do trabalho, foram coletadas as informações de saneamento a partir do SNIS, principalmente pela quantidade de informações disponibilizadas e também por ser uma base de dados que foi considerada obrigatória a todos os municípios e prestadores de serviço de saneamento a partir da publicação da lei 11.445 de 5 de janeiro de 2007, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico. O SNIS ainda realizou o agrupamento de informações disponíveis em escalas regionais e municipais para informações anteriores à criação do sistema de informações, de forma que é possível acessar dados, em diferentes níveis de detalhamento, a partir do ano de 1995.

As diferentes dinâmicas de meio ambiente e as ações de saneamento no território municipal são considerados eixos fundamentais de entendimento para a atualização do plano diretor municipal, uma vez que podem possibilitar a compreensão das demandas municipais e permitir a articulação do território com outras escalas, como a metropolitana, a da gestão de recursos hídricos e também do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, por exemplo.

Diante disso o presente capítulo é estruturado em duas seções. A primeira apresenta os dados sobre a caracterização das estruturas e instrumentos da gestão ambiental municipal, enquanto, no segundo momento, são apresentadas as informações referentes ao saneamento básico no âmbito municipal.

5.1 Informações sobre a gestão ambiental municipal e instrumentos ambientais

A gestão ambiental do município de Rio Manso possui marco normativo próprio, estabelecido pela lei complementar nº 22 de 20 de fevereiro de 2007, que atribui a gestão ambiental do município à Secretaria Agrária, Pesca e de Proteção ao Meio Ambiente e também ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA).

Nesse momento são apresentadas de forma sintética, informações dos bancos de dados consultados e que foram agrupadas em três subitens: unidades de conservação, Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ICMS Ecológico, proteção ambiental no Plano Diretor; enquadramento e uso de recursos hídricos; conflitos ambientais.

5.1.1 Unidades de conservação, Cadastro Ambiental Rural e ICMS Ecológico.

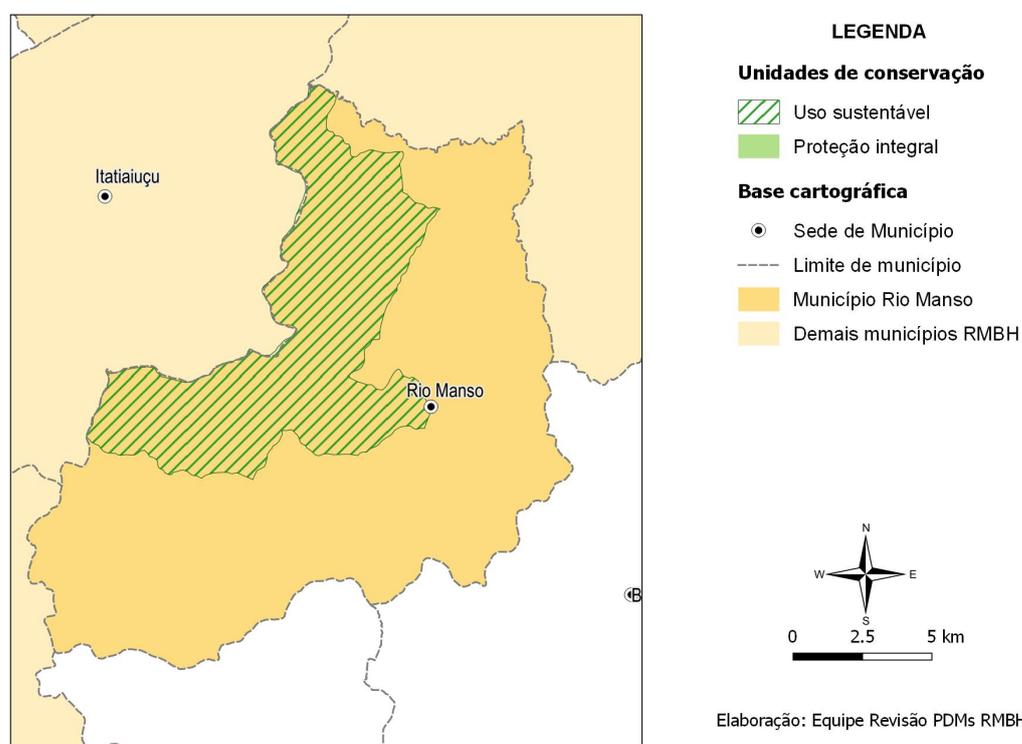
O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, foi criado pela lei 9.985/2000 e é responsável por sintetizar e disponibilizar uma quantidade significativa de informações sobre as Unidades de Conservação (UC) no Brasil, contudo, a escala de mapeamento dos limites das unidades de conservação é variável entre diferentes UCs. Para o Estado de Minas Gerais, o Instituto Pristino, em parceria com o Ministério Público elaborou estudo de detalhamento e correção dos limites das UC's, padronizando a escala e as metodologias de mapeamento para todo o estado de Minas Gerais.

As unidades de conservação, em acordo com o estabelecido pelo SNUC, são organizadas de acordo com duas tipologias de proteção: uso sustentável e proteção integral. A RMBH possui 218.108 hectares de área protegida por unidades de conservação de uso sustentável, o que corresponde a

aproximadamente 23,03% do território metropolitano e 67.160 hectares de áreas consideradas de proteção integral que correspondem a 7,09% da área da RMBH. Possui também 3026 hectares protegidas por RPPN.

O município de Rio Manso possui 7.298 hectares de seu território inserido em áreas protegidas por categorias de uso classificadas como sustentáveis pelo SNUC, o que seria equivalente a aproximadamente 31,19% de sua extensão territorial. Não foram encontrados registros de unidades de conservação de proteção integral e de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN).

Figura 27: Unidades de Conservação no município de Rio Manso



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

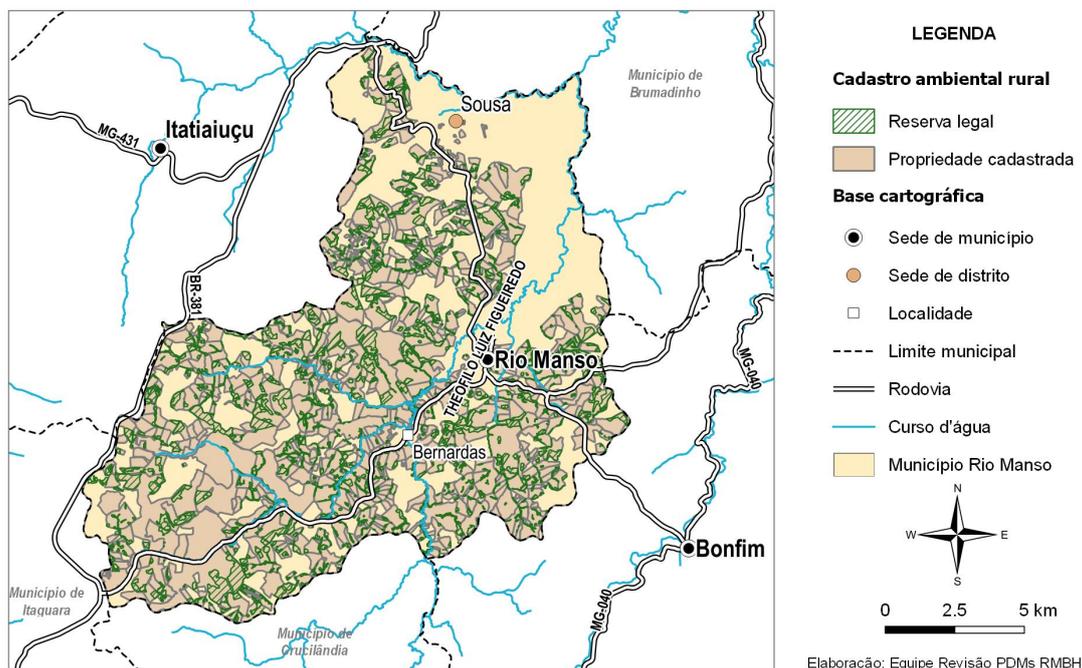
Aproximadamente 23.116 hectares, que correspondem a 99,87% do território municipal de Rio Manso estão inseridos na bacia do Rio Manso, considerada uma Zona de Interesse Metropolitano e uma Área de Proteção Especial (APE)

instituída pelo decreto 27.928 de 1988. A APE não é uma Unidade de Conservação, de acordo com as definições do SNUC.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um instrumento proposto pela lei 12.651/2012, que atualizou o código florestal brasileiro. O CAR é um dos principais instrumentos para a gestão e compreensão da estrutura das propriedades rurais brasileiras e apresenta importantes contribuições e usos para a gestão do território rural. O CAR é realizado pelo proprietário rural, que disponibiliza diferentes níveis de informação sobre as propriedades rurais, que podem ser acessadas por diferentes instituições e organizações sociais. O CAR apresentou uma metodologia única a ser construída e seguida por todos os proprietários rurais do país de forma que hoje apresenta uma base de dados bastante consolidada e muito importante.

O município de Rio Manso possui 902 propriedades rurais registradas no Cadastro Ambiental Rural, somando uma área total de propriedades cadastradas que é equivalente a 14.508 hectares. Considerando que o município tem aproximadamente 23.392 hectares, 62,02% do território municipal está cadastrado no CAR. As reservas legais das propriedades rurais correspondem a 2.356 hectares e se encontram fragmentadas no território, sem aparente conectividade e planejamento ambiental (CAR, 2017).

Figura 28: Reservas legais cadastradas no CAR



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

O ICMS ecológico é uma proposta de repasse de recursos, por meio de subsídio cruzado, para os municípios que tem apresentado bom desempenho em suas atividades ambientais, a partir de três principais eixos: a) unidades de conservação; b) ações de saneamento; c) ações específicas para a gestão do bioma de mata seca⁸. O ICMS ecológico é repassado para os municípios mineiros desde o ano de 2002 e é um importante instrumento para a gestão ambiental municipal, uma vez que pode permitir repasses à estrutura econômica para a efetivação de diferentes ações e políticas ambientais. Para a análise inicial foi realizado um comparativo de repasse do ICMS ecológico nos anos de 2006, 2011 e 2016.

⁸ O bioma de mata seca em Minas Gerais é específico da região norte do estado, razão pela qual essa informação não é apresentada para os municípios na RMBH.

O município de Rio Manso teve repasses referentes ao ICMS ecológico nos três anos consultados. Os repasses foram efetivados por ações relativas à proteção ambiental e também recentemente por ações de saneamento. O quadro a seguir apresenta os volumes de recursos repassados ao município.

Quadro 14: repasse total de ICMS ecológico para o município de Rio Manso

REPASSE ICMS - ECOLÓGICO	TOTAL 2006	TOTAL 2011	TOTAL 2016
Unidades de conservação (A)	139.821,94	236.222,22	320.812,41
Saneamento (B)	-	-	135.092,59
Mata Seca (C)	-	-	-
Meio Ambiente (A+B+C)	139.821,94	236.222,22	455.905,00

Fonte: Fundação João Pinheiro

5.2 Enquadramento e uso de recursos hídricos

Diferentes instrumentos e políticas ambientais de âmbito regional tem influência direta no ordenamento territorial de um município, é o caso do enquadramento dos cursos d'água em classes e a outorga de direito de uso de recursos hídricos. O enquadramento dos cursos d'água é um instrumento utilizado no Brasil desde a década de 1990, mas que foi regulamento e institucionalizado pela Política Nacional de Recursos Hídricos, lei 9433/1997. O Município de Rio Manso está completamente inserido na bacia hidrográfica do Rio Paraopeba, de forma que o enquadramento de referência para os cursos d'água na região utiliza a Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, nº 14, de 28 de dezembro de 1995.

O município de Rio Manso está integralmente inserido dentro da bacia do rio Manso, que é utilizado como um importante manancial metropolitano. O rio Manso, o Córrego Pinguela, o Ribeirão Itatiaia e o Córrego Samambaia, todos

localizados à montante do reservatório de Rio Manso estão inseridos total ou parcialmente no município de Rio Manso e são enquadrados, pela DN nº 14, de 28 de dezembro de 1995 do COPAM como cursos d'água de classe 1, portanto de alta relevância hídrica e com restrições para o recebimento de efluentes.

O cadastro de outorgas é o único banco de dados disponível para o estado de Minas Gerais e que apresenta os usos de recursos hídricos. Importante destacar, todavia, que diferentes estudos, como é o caso do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Rio das Velhas, apontam que existe uma considerável quantidade de usos que não se encontram registrados nos termos da outorga e do cadastro de uso insignificante. O quadro abaixo apresenta as outorgas de uso de recursos hídricos autorizadas e localizadas no território de Rio Manso.

Quadro 15: Outorgas de direito de uso de recursos hídricos no município de Rio Manso

REF	RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO
1	RBM EMPREENDIMENTOS LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de Consumo humano
2	RBM EMPREENDIMENTOS LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de Consumo humano
3	RBM EMPREENDIMENTOS LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de Consumo humano
4	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de Abastecimento público
5	ORGANIZAÇÃO SANTO MILK LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de
6	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de Abastecimento público

Fonte: PDRH do Rio das Velhas

5.3 Conflitos ambientais

O Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA é vinculado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG e desenvolve desde o ano de 2001 pesquisa, ensino e extensão dedicados à compreensão dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais. A base de dados disponibilizada em ambiente virtual pelo Gesta é considerada um importante instrumental para a percepção dos conflitos ambientais vigentes em determinadas áreas.

Em consulta à base de dados dos conflitos ambientais do GESTA não foram localizados conflitos ambientais mapeados para o município de Rio Manso.

5.4 Informações sobre o Saneamento Básico

O saneamento básico é considerado pela Política Nacional de Saneamento Básico, como ações envolvendo quatro eixos: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos. O saneamento básico é condição essencial para a garantia de qualidade de vida e de saúde para a população residente, sendo, portanto, trabalhado em diferentes instrumentos legais e normas no âmbito federal, estadual e municipal.

Os dados do SNIS estão disponíveis para a grande maioria dos municípios brasileiros e são apresentados pelos responsáveis pelo saneamento básico em cada município. Importante destacar que existe certo comprometimento de algumas informações para as quais as concessionárias ou o próprio município não tem informações ou as existentes encontram-se muito desatualizadas. Contudo, o SNIS é a fonte de dados considerada mais completa e atualizada existente para os municípios brasileiros.

Segundo o Sistema Nacional de Informações de Saneamento, os serviços de Água e Esgoto e os serviços de resíduos sólidos são prestados, respectivamente, pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA; e pela Prefeitura de Rio Manso.

O abastecimento de água do município de Rio Manso é realizado pela COPASA. Aproximadamente 100% da população urbana tem acesso à água tratada. No município existem 1.823 ligações de água, sendo que o consumo médio per capita de água é estimado em 216,8 litros por habitante por dia. O sistema de tratamento de água para atendimento da população de Rio Manso produz aproximadamente 280,01(1000m³/ano) (SNIS, 2017).

Não existem informações sobre os serviços de esgotamento sanitário para o município de Rio Manso no Sistema Nacional de Informações de Saneamento.

No município de Rio Manso a coleta dos resíduos sólidos domiciliares e resíduos comerciais com características similares (RDO) atende, em áreas urbanas, 3.010 pessoas, considerando-se o distrito-sede e as diferentes localidades. São 2.040 toneladas de resíduos coletados anualmente, considerando-se o RDO e os resíduos sólidos públicos (RPU), sendo que 20 % da população é atendida diariamente pela coleta, 65 % é atendida duas a três vezes por semana 15 % e atendida uma vez por semana (SNIS, 2017).

Os resíduos sólidos coletados no município são destinados a um aterro sanitário regularizado. No município de Rio Manso não existe coleta seletiva de resíduos sólidos.

6 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Os dados secundários que concernem o uso e ocupação do solo no município de Rio Manso foram coletados de diversas fontes e serão apresentados a seguir em três seções, a saber: dinâmica imobiliária, zoneamento ecológico econômico e relação de equipamentos urbanos. Cada subtítulo será acompanhado de uma contextualização geral de sua inserção e relevância para o diagnóstico municipal e de uma análise da qualidade dos dados existentes.

6.1 Dinâmica Imobiliária

6.1.1 Relação de parcelamentos anuídos ou em processo de anuência

A seguir apresentam-se dados referentes aos parcelamentos anuídos ou em processo de anuência junto à Diretoria de Regulação da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH) desde 2013.

O parcelamento do solo para fins urbanos é a divisão da terra em unidades juridicamente independentes, com vistas à edificação, assim definidas em lei brasileira, desde 1979 (Lei Federal nº 6.766/1979).⁹

⁹ A respeito dos trâmites de anuência de loteamentos, destaca-se sua divisão em duas etapas. Em um primeiro momento, o interesse do empreendedor é encaminhado à Agência RMBH pelas prefeituras municipais já com uma relação de diretrizes municipais para a área. Em seguida, a Agência RMBH emite um conjunto de diretrizes metropolitanas que deverão orientar o projeto no que tange a localização de áreas públicas e o traçado viário básico, trazendo considerações específicas oriundas de legislações estaduais. Na sequência o processo de anuência em si, que consiste na análise do projeto do loteamento juntamente aos projetos complementares de drenagem e terraplenagem - utilizados para apreciação de sua adequação no que tange a infraestrutura e relação com o perfil natural do terreno - com a emissão de um parecer. Já no caso

Entende-se que a análise do conjunto de loteamentos recentes é fundamental para a compreensão da dinâmica imobiliária de um município, uma vez que cada novo pedido de diretrizes ou anuência concedida pode representar um novo vetor de crescimento urbano, assim como um potencial conflito, seja este ambiental, social ou relacionado às condições de mobilidade urbana. Já em relação aos desmembramentos, ainda que, em sua análise isolada, possam ser avaliados como menos impactantes na estrutura urbana, quando analisados em conjunto podem indicar tendências de adensamento ou reações à alterações de marcos urbanísticos regulatórios. Destaca-se ainda que os dados aqui apresentados se referem a dinâmica formal de parcelamentos, podendo haver dinâmicas informais paralelas no município de Rio Manso, que poderão ser identificadas em outras etapas do processo de revisão de seu Plano Diretor.

A planilha a seguir traz informações de cada parcelamento anuído ou em processo de anuência no município de Rio Manso desde 2013, seu tipo (diretrizes, loteamentos e desmembramentos) área, data de início e de término e o resultado do processo de anuência (caso finalizado). Sempre que existentes são trazidas também informações de seu uso e do número de lotes gerados.

Quadro 16: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Rio Manso

Ano	Modalidade	Área (m ²)	Lotes	Uso	Status
2014	Diretrizes	53.960			Diretriz emitida
2015	Desmembramento	30.000	11	Residencial	Anuído
2015	Desmembramento	600			Pendências

dos desmembramento, dada sua característica de aproveitamento do sistema viário existente, não se faz necessária a etapa de diretrizes.

2015	Desmembramento	1.815			Pendências
2015	Loteamento	53.960	102	Residencial	Pendências
2015	Desmembramento	969			Pendências
2015	Desmembramento	720	2		Outros

Fonte: Agência RMBH, 2013-2017

A partir da planilha acima destaca-se que no período analisado, apenas 1 diretriz foi solicitada e emitida pela Agência RMBH no município de Rio Manso. Nesse mesmo período 1 loteamento e 5 desmembramentos foram submetidos para aprovação, sendo que apenas 1 dos desmembramentos recebeu anuência. Entre os processos analisados destaca-se também a predominância de parcelamentos de uso residencial e um número pouco significativo de lotes gerados. Em princípio, identifica-se, portanto, uma dinâmica imobiliária de expansão urbana formal pouco significativa e pouco impactante no município de Rio Manso.

A partir do mapa apresentado a seguir – que traz a localização básica desses parcelamentos a partir de um raio simples equivalente à área do empreendimento a partir de seu ponto central – é possível uma análise preliminar da dinâmica de forma territorializada.

Figura 29: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Rio Manso



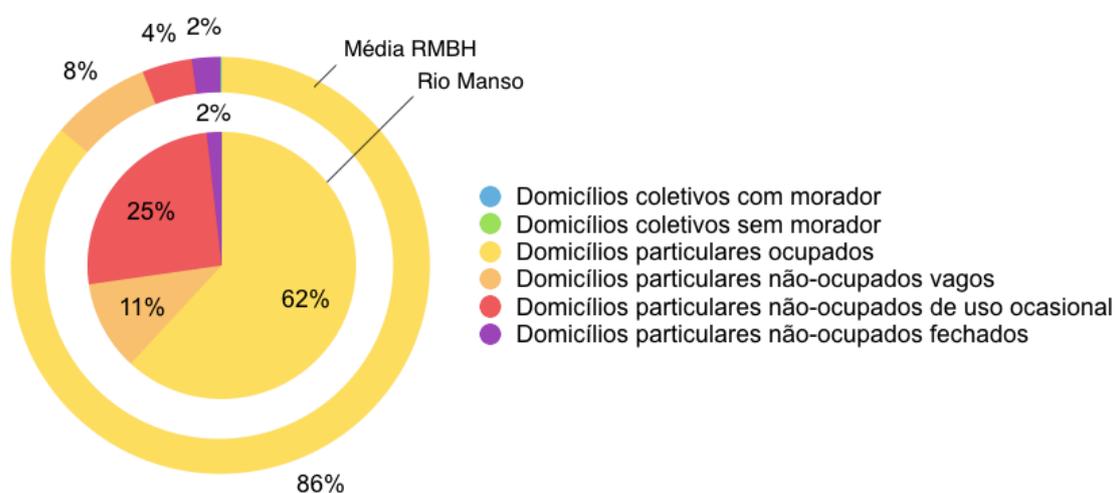
Fonte: Agência RMBH, 2013-2017

A partir do mapa acima nota-se que a dinâmica formal de parcelamentos no município de Rio Manso é dispersa e bastante incipiente e, ainda que de maneira geral, concentrada no entorno da mancha urbana consolidada da sede, distritos e localidades. Destaca-se, portanto, a especial necessidade de verificação da existência de uma dinâmica de parcelamentos informal no município.

6.1.2 Vacância domiciliar

O cálculo de vacância domiciliar¹⁰ é, um dado importante para embasar uma política de regulação do solo que busque potencializar o uso do espaço já urbanizado, buscando, assim, combater a especulação imobiliária. O levantamento mais recente nesse sentido é do Censo de 2010.

Figura 30: Tipos e ocupação de domicílios, Rio Manso



Fonte: IBGE, 2010

De maneira geral, pode-se concluir a partir do gráfico acima que o município de Rio Manso apresenta um número bastante elevado de domicílios não-ocupados

¹⁰ Para o cálculo de vacância domiciliar, o IBGE considera os Domicílios Particulares Permanentes, que, na data de referência, encontravam-se sem moradores (IBGE, 2010, p.67). Por meio de consulta à vizinhança, são somados os domicílios fechados, aqueles que, apesar de ocupados, não tiveram moradores presentes no período de coleta. Também por esse meio, são desconsiderados os domicílios de uso ocasional, ou seja, aqueles utilizados “para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes” (IBGE, 2010, p.67).

de uso ocasional, compondo 25% do estoque de domicílios, especialmente quando comparado à média da RMBH, que é de 4%.

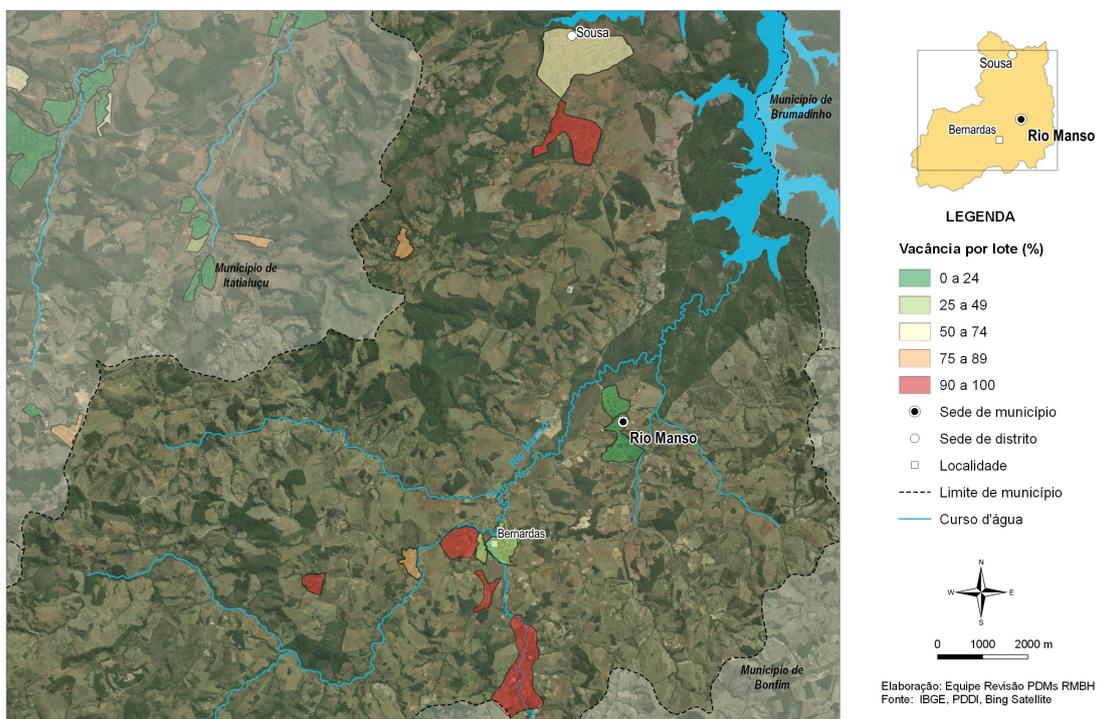
A quantificação dos domicílios vagos pelo IBGE, entretanto, não considera qualitativamente os imóveis em questão, sendo o dado, portanto, incompleto para embasar uma política habitacional com base na utilização desse estoque ocioso de habitação.

Uma outra deficiência do dado é que ele não considera o estoque de lotes vagos, restringindo-se às unidades habitacionais construídas. Essa lacuna não é preenchida por nenhum outro estudo sistemático no Brasil, o que dificulta estimar a quantidade de lotes vagos e subutilizados que poderiam também contribuir na construção de políticas para a intensificação do uso do solo.

6.1.3 Taxa de vacância fundiária

Com vistas a cobrir a lacuna deixada pela pesquisa de vacância imobiliária embasada pelo Censo 2010, o grupo Morar de Outras Maneiras da Universidade Federal de Minas Gerais (MOM-UFMG), desenvolveu, no contexto de elaboração do PDDI-RMBH, um pesquisa para identificação de loteamentos vagos na RMBH. A análise restringiu-se à uma escala macro de levantamento e conseguiu identificar grandes vazios como loteamentos periféricos em áreas de expansão. Entretanto, não foram delimitados lotes isolados ou em conjuntos menores inseridos nas áreas de ocupação mais consolidada.

Figura 31: Taxa de vacância fundiária, Rio Manso



Fonte: UFMG, 2011

O mapa evidencia a descontinuidade da mancha urbana parcelada no município de Rio Manso. Na sede e no distrito de Bernardas observam-se taxas baixas de vacância, entre 0 e 49%, conforme considerado no estudo para o PDDI. Já no distrito de Souza, a taxa encontra-se em níveis intermediários, com uma área ao sul com valores altos de vacância, entre 90 e 100%. Outras áreas com esses altos valores estão localizadas ao sul, no entorno do distrito de Barnardas.

6.2 Zoneamento ecológico-econômico

O Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), elaborado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2012, consiste em diagnóstico do Estado de Minas Gerais a partir

das diretrizes metodológicas propostas pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA. Foram geradas duas cartas principais que trazem, de forma territorializada, índices e possibilidades de combinações de critérios e de agrupamento de áreas em relação à severidade dos problemas ambientais e dos potenciais sociais que nelas podem ser encontrados.

Além de compor uma base organizada e integrada de informações oficiais, essa ferramenta, sem caráter limitador, impositivo ou arbitrário, pode apoiar a gestão territorial fornecendo subsídios técnicos à definição de áreas prioritárias para a proteção e conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento, segundo critérios de sustentabilidade econômica, social, ecológica e ambiental. Assim, entende-se que o ZEE/MG poderá ser útil para a elaboração das políticas públicas e das ações em meio ambiente no município de Rio Manso, orientando o governo e a sociedade civil na elaboração de programas e investimentos. A seguir serão apresentados e discutidos os resultados dessas duas cartas para o município de Rio Manso.

6.2.1 Índice de Potencialidade Social

No contexto do ZEE-MG o Índice de Potencialidade Social é medido pelas dimensões produtiva, natural, humana e institucional e determina o ponto de partida de um município ou de uma microrregião para alcançar o desenvolvimento sustentável.¹¹

¹¹ Em cada dimensão os fatores condicionantes analisados são: Dimensão produtiva: atividades econômicas, índice de malha rodoviária, infraestrutura de transporte, índice transporte aéreo, índice do VA agropecuário, índice do VA indústria, índice do VA serviços e índice das exportações; Dimensão natural: densidade de ocupação de terras, recursos minerais, nível tecnológico da agropecuária, índice IMS ecológico, concentração fundiária invertida e utilização das terras; Dimensão institucional: presença de organizações de fiscalização e controle, presença de organizações jurídicas, gestão pública municipal, presença de organizações financeiras, de

O Índice de Potencialidade Social identificado para o município de Rio Manso pelo ZEE-MG foi "pouco favorável", apesar de seu resultado "favorável" no componente institucional, tal como especificado na tabela a seguir.

Quadro 17: Resultados Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), Rio Manso

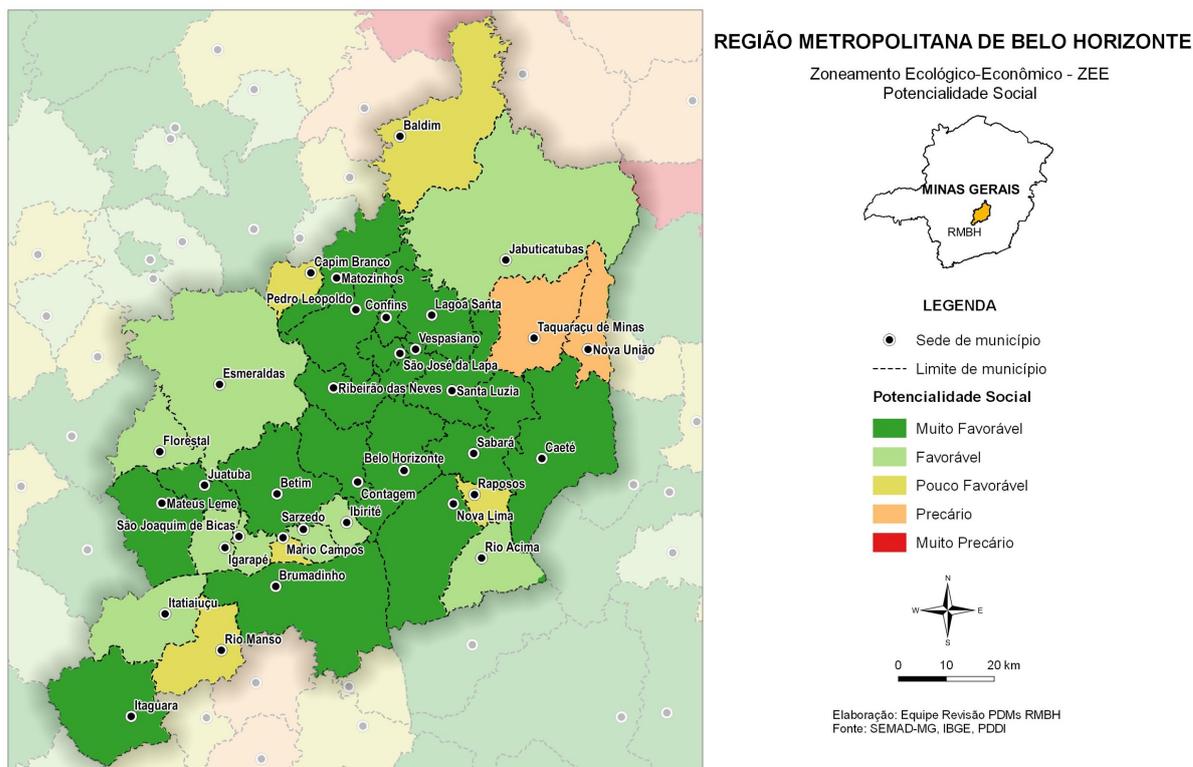
Componentes Índice de Potencialidade Social	Resultados
Componente produtivo	Pouco favorável
Componente natural	Muito precário
Componente institucional	Favorável
Componente humano	Pouco favorável
Resultado final	Pouco favorável

Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012

Como pode ser observado no mapa a seguir, esse resultado encontrado para o município de Rio Manso é um dos piores entre os municípios da RMBH. O que pode ser indicativo de uma especial fragilidade social no contexto do município.

organizações de segurança pública e de organizações de ensino e pesquisa, gestão cultural, gestão do desenvolvimento rural, presença de organizações de ensino superior e ensino profissionalizante, unidades de defesa social, gestão ambiental municipal, capacitação de aplicação da lei e organização de pós-graduação e pesquisa; Dimensão humana: demografia, taxa de ocupação, taxa de desocupação invertida, condições sociais, distribuição espacial da população, razão de dependência invertida, índice de emprego formal, renda per capita, educação, habitação, saneamento, saúde, taxa de crimes violentos e índice de desenvolvimento humano.

Figura 32: Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), RMBH



Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012

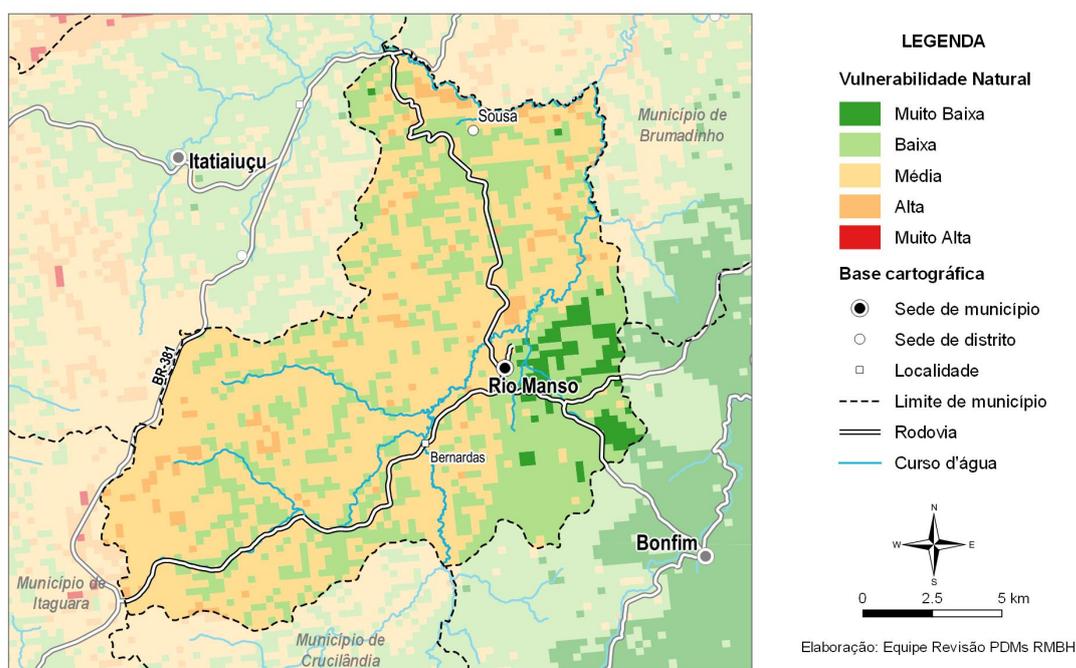
6.2.2 Carta de Vulnerabilidade Natural

No contexto do ZEE-MG entende-se como vulnerabilidade natural a incapacidade de uma unidade espacial resistir e/ou recuperar-se após sofrer impactos negativos decorrentes de atividades antrópicas consideradas normais, isto é, não-passíveis de licenciamento ambiental pelo órgão competente. Assume-se que, se uma unidade espacial apresenta um dado nível de vulnerabilidade ambiental a uma atividade antrópica normal, ela também terá um nível igual ou superior para uma atividade econômica passível de licenciamento. Deve-se ressaltar que a vulnerabilidade natural é referente à situação do local na época do estudo.

Entre os fatores condicionantes analisados pelo índice destacam-se: integridade da flora e da fauna, susceptibilidade dos solos à contaminação e à erosão, susceptibilidade geológica à contaminação das águas subterrâneas, disponibilidade natural de água e condições climáticas.

Cabe ressaltar que Carta de Vulnerabilidade Natural gerada pelo ZEE-MG foi construída em uma escala regional apresentando, portanto uma certa imprecisão para a análise intramunicipal. Sabendo disso, a seguir apresenta-se a Carta de Vulnerabilidade Natural do município de Rio Manso.

Figura 33: Carta de Vulnerabilidade Natural, Rio Manso



Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012

Como pode ser observado no mapa, o Município de Rio Manso apresenta áreas com um índice de vulnerabilidade natural "baixa" e "muito baixa" concentradas especialmente em sua porção leste. De maneira geral, áreas de vulnerabilidade "baixa" e "média" podem ser observadas distribuídas em todo o território

municipal, com apenas indicativos pontuais de alta vulnerabilidade, tratando-se de maneira geral de um bom resultado.

7 HABITAÇÃO

A habitação é uma função pública de interesse comum (Lei Complementar nº 89/2006) que sofre diretamente os impactos produzidos por fenômenos como dinâmica imobiliária, investimentos públicos, grandes empreendimentos produtivos, condições ambientais, estruturas de transporte e mobilidade etc. Ao mesmo tempo, a habitação não constitui, em si mesma, um equipamento ou serviço metropolitano que possa ser determinado a partir de um planejamento nessa escala. Pelo contrário, o espaço da moradia e de seu ambiente urbano imediato se define, em grande parte, por características específicas de cada pequena porção do território. Sua qualidade é uma qualidade na escala microlocal.

A seguir os dados secundários relacionados à questão habitacional coletados de diversas fontes serão apresentados em quatro subtítulos, a saber: quadro habitacional, produção habitacional de interesse social, bem-estar urbano, zonas especiais.

7.1 Quadro Habitacional

7.1.1 Déficit habitacional

O cálculo do déficit habitacional, a seguir apresentado para o contexto de Rio Manso, foi produzido pela Fundação João Pinheiro com base no censo de 2010, quando, pela primeira vez, foi estimado o déficit para municípios com população abaixo de 20 mil habitantes na área urbana - o censo de 2000 trazia estimativas de déficit habitacional e inadequação de domicílios apenas para municípios com população acima de 20 mil habitantes.

Atualmente o déficit habitacional é calculado a partir da soma de quatro componentes principais: domicílios precários (o que engloba domicílios improvisados e rústicos), coabitação familiar (famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo¹²), ônus excessivo com aluguel urbano¹³ e adensamento excessivo de domicílios alugados¹⁴.

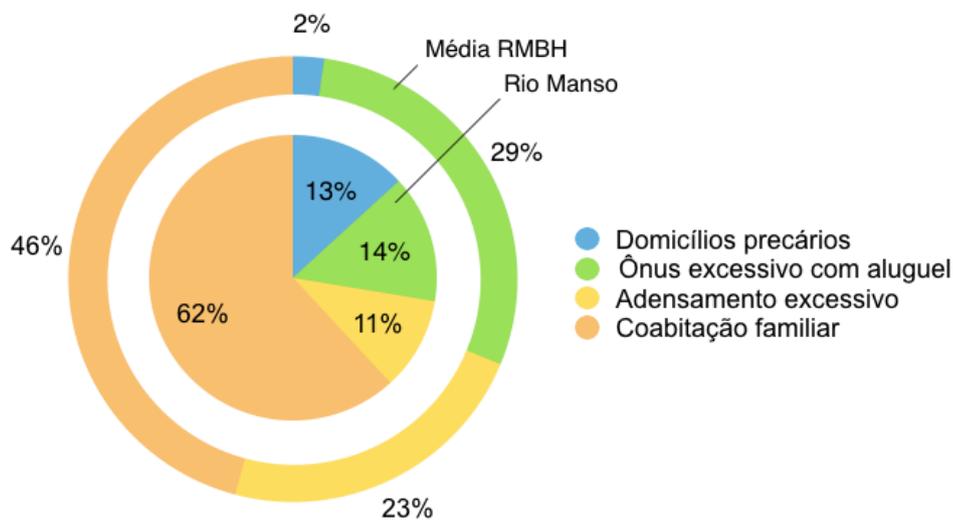
Segundo dados da Fundação João Pinheiro o déficit de Rio Manso é de 76 unidades habitacionais, o que equivale à 2,85% do estoque habitacional existente no município (muito abaixo da média metropolitana em que o déficit equivale a 10,82% do estoque habitacional). Deste total, 10 domicílios são precários, 11 domicílios têm ônus excessivo com aluguel, 8 domicílios apresentam adensamento excessivo e 47 domicílios estão em situação de coabitação familiar.

¹² A partir de 2007 passou a ser consideradas para o cálculo do déficit somente as famílias em coabitação com a intenção de constituir um edifício exclusivo, o que acarretou em mudanças no dado.

¹³ Segundo a Fundação João Pinheiro são consideradas: “famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel” (FJP, p.18, 2013). Até 2000 a questão do ônus excessivo com aluguel era considerada inadequação habitacional.

¹⁴ Incorporado ao cálculo de déficit habitacional a partir de 2008. É considerado adensamento excessivo uma média maior do que três moradores por dormitório.

Figura 34: Composição déficit habitacional, Rio Manso



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

O principal problema em Rio Manso em relação ao déficit habitacional é, portanto, a coabitação familiar. Destaca-se também que a composição do déficit habitacional de Rio Manso difere da média da RMBH particularmente por apresentar elevados índices de coabitação familiar e de domicílios precários.

7.1.2 Domicílios precários

Em complementaridade ao dados do déficit habitacional, a Fundação João Pinheiro junto ao Índice Mineiro de Responsabilidade Fiscal disponibiliza outros dados vinculados à precariedade de domicílios, importantes para a compreensão do quadro habitacional do município. A saber:

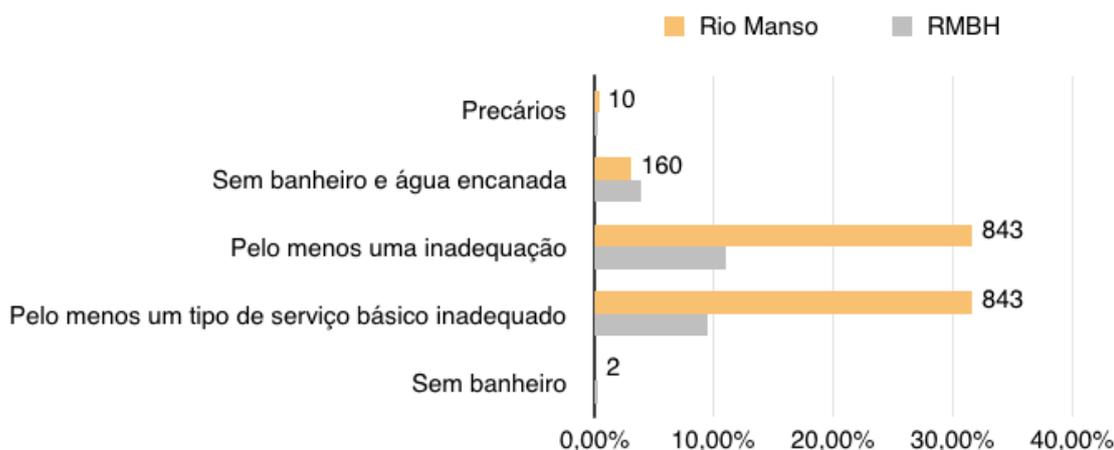
- Percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada;
- Número de domicílios urbanos que apresentam inadequação (pelo menos um componente) entre: carência de infraestrutura,

adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios, problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, sem unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação;

- Número de domicílios urbanos com pelo menos um tipo de serviço básico inadequado entre: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo;
- Número de domicílios urbanos sem banheiro.

A seguir são apresentados os resultados os resultados encontrados a partir do censo de 2010 para o Município de Rio Manso..

Figura 35: Domicílios precários, Rio Manso



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

Em suma, os números encontrados para Rio Manso revelam uma porcentagem muito alta de domicílios com alguma inadequação ou serviço básico inadequado, inclusive em comparação com a média metropolitana. Faz-se necessário, portanto, maior proximidade com a realidade do município para que essas

inadequações possam ser compreendidas em sua relação com a infraestrutura pública distribuída no território.

7.1.3 Aglomerados subnormais

Entende-se que o conhecimento da existência e das características territoriais dos Aglomerados Subnormais¹⁵ no município de Rio Manso – áreas que, ao longo do tempo, foram sendo conhecidas por diversos nomes, tais como favela e comunidade – é de suma importância para orientar o poder público na tomada de decisões e no planejamento de Políticas Públicas visando a melhoria da qualidade de vida dessa população. Entretanto destaca-se que, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, áreas com tais características não existiam no município de Rio Manso.

7.2 Produção habitacional de interesse social

A produção de Habitações de Interesse Social está normalmente relacionada à necessidade de realocação de famílias removidas de áreas de risco, assim como ao combate do déficit habitacional de um município. Desde 2009, essa produção

¹⁵ O conceito de Aglomerado Subnormal surgiu em 1987, quando o IBGE começa a fazer seu mapeamento. O mapeamento é feito por setores censitários que apresentem um conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo:

- Irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes;
- Carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

tem sido articulada em todo o país através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Destaca-se que a produção habitacional pelo PMCMV se divide em duas modalidades principais diferenciadas pela faixa de renda das famílias beneficiadas. A saber, a produção habitacional voltada para famílias com renda de até R\$1.600,00 (referente a 3 salários mínimos à época) a chamada 'faixa 1', financiada via Fundo de Arrendamento Residencial (FAR); e a produção habitacional voltada para famílias com renda familiar de 3 a 10 Somos (faixas 2 e 3), financiada através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (MORADO NASCIMENTO, 2014).

Sobre às faixas 02 e 03, a Caixa Econômica Federal não disponibiliza os dados dos empreendimentos contratados. Desse modo, o impacto demográfico da produção resultante dessa modalidade do Programa aparecerá somente no Censo Demográfico de 2020. Segundo dados oriundos de pesquisa desenvolvida pelo grupo PRAXIS – EA/UFMG, até dezembro de 2012 havia sido contratada, na RMBH, a produção de 32.540 moradias.

Tanto em relação à faixa 1, quanto às faixas 2 e 3 não foram colhidos dados em relação à produção de unidades habitacionais em Rio Manso.

7.3 Bem-estar urbano

7.3.1 Índice de Bem-estar Urbano (IBEU) Local

O Índice de Bem-estar Urbano (IBEU) foi elaborado pelo Observatório das Metrópoles, a partir de variáveis do Censo Demográfico de 2010, e calculado para as Áreas de Ponderação¹⁶ (AP), de duas maneiras, quais sejam, um índice para

¹⁶ As Áreas de Ponderação são unidades territoriais resultantes de agregação de Setores Censitários, definidas pelo IBGE para divulgação dos microdados do Censo Demográfico

comparação nacional (denominado IBEU Global), em que o indicador de cada área de ponderação é calculado em relação a todas as outras AP das quinze regiões metropolitanas consideradas, e outro regional (denominado IBEU Local), em que o indicador de cada AP é calculado em relação as demais AP da mesma região metropolitana – a análise aqui apresentada utiliza o IBEU local¹⁷. O índice é calculado com base em cinco temas que colaboram ao bem-estar urbano: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos e infraestrutura urbana. Os resultados são divididos nas seguintes faixas de avaliação: 0,000-0,500 muito ruim ou péssimo, 0,501-0,700 e 0,701-0,800 faixas intermediárias e 0,801-0,900 e 0,901-1,00 bons e excelentes.

Os mapas a seguir apresentam, respectivamente, o Índice de Bem Geral e sua decomposição nas cinco dimensões de análise: Mobilidade, Condições Ambientais Urbanas, Condições habitacionais, Atendimento aos Serviços Coletivos Urbanos e Infraestrutura Urbana.

Como podemos observar no primeiro mapa, Rio Manso foi avaliada com um índice intermediário de Bem Estar. Ao desagregá-lo nas cinco dimensões entretanto, evidenciam-se diferenças consideráveis entre os valores atingidos.

Rio Manso possui os valores mais altos em termos de mobilidade. Como o índice é calculado com base no tempo de deslocamento casa/trabalho, isso pode sugerir que seus habitantes trabalham no próprio município ou nos municípios de maior proximidade.

¹⁷ Para conhecimento mais detalhado acerca do IBEU, ver Ribeiro; Ribeiro, 2001

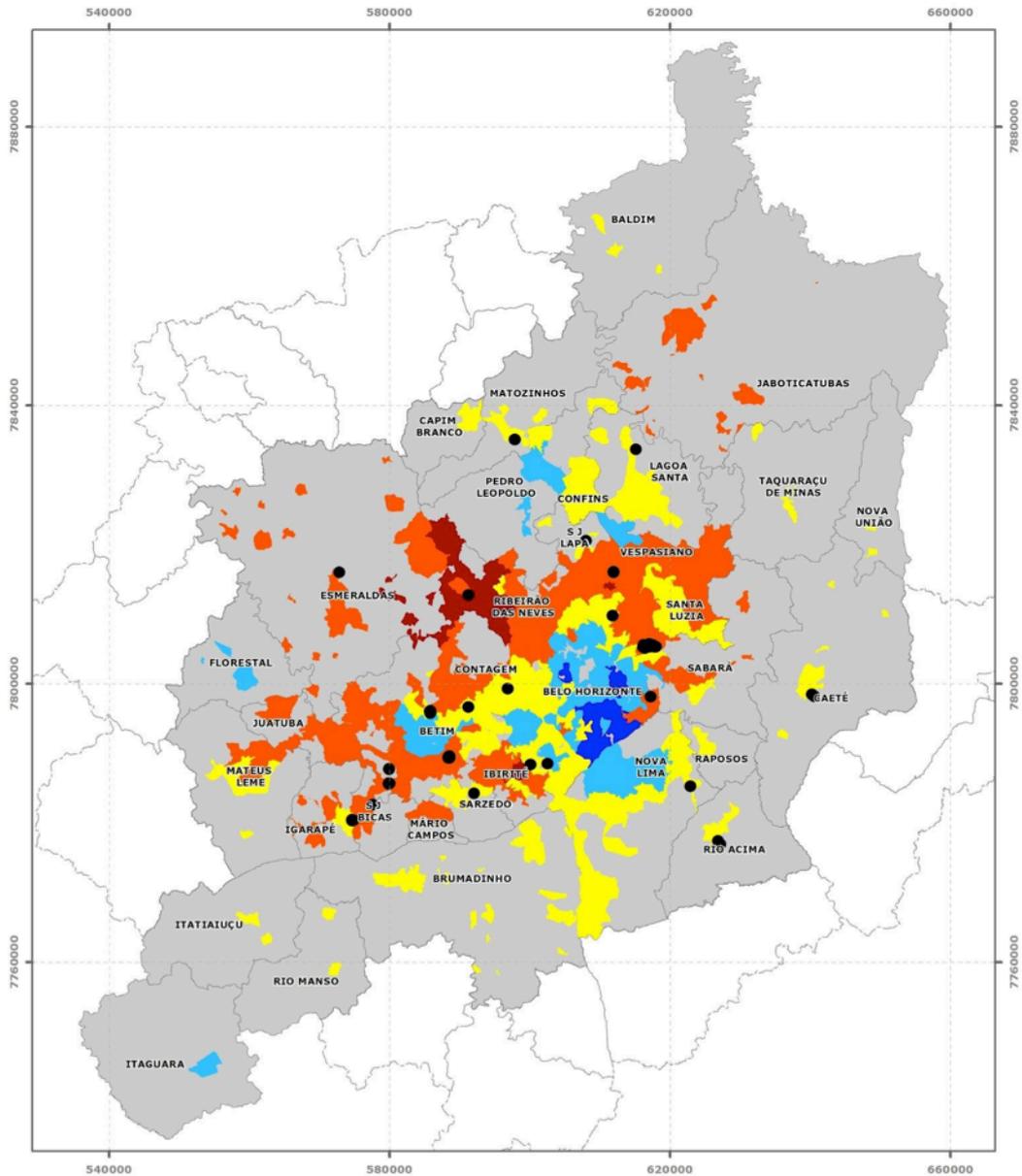
De acordo com o IBEU, o município de Rio Manso possui um nível intermediário de condições ambientais. Para a avaliação da qualidade ambiental urbana são considerados aspectos como arborização, a presença ou não de esgoto ao céu aberto e a proporção de lixo por residentes.

As condições habitacionais urbanas tratam da escala da moradia e seu padrão e consideram em seu cálculo se as unidades encontram-se em áreas categorizadas como aglomerados subnormais, a espécie de domicílio, as densidades domiciliar e morador/banheiro e os materiais das paredes das construções. Em relação à qualidade habitacional, é observado um nível bom.

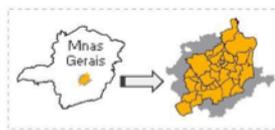
O atendimento a serviços coletivos é considerado ruim, pelo IBEU. Esse indicativo considera em sua avaliação os serviços coletivos englobam serviços essenciais: água, esgoto, energia e coleta de lixo.

O município está nas piores faixas de avaliação em relação à infraestrutura urbana. Nessa avaliação são considerados iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio e/ou guia, bueiro, boca de lobo, rampas para acessibilidade e identificação dos logradouros.

Figura 36: Índice de Bem Estar Urbano Local, RMBH



MACROZONEAMENTO RMBH:
 IBEU - Índice de Bem-Estar Urbano



PARÂMETROS CARTOGRÁFICOS: SIRGAS 2000.
 Projeção UTM, Fuso 23 Sul.
 FONTE: IBGE, PDDI, IBEU.
 ELABORAÇÃO: Equipe MZRBH.
 MAIO / 2014

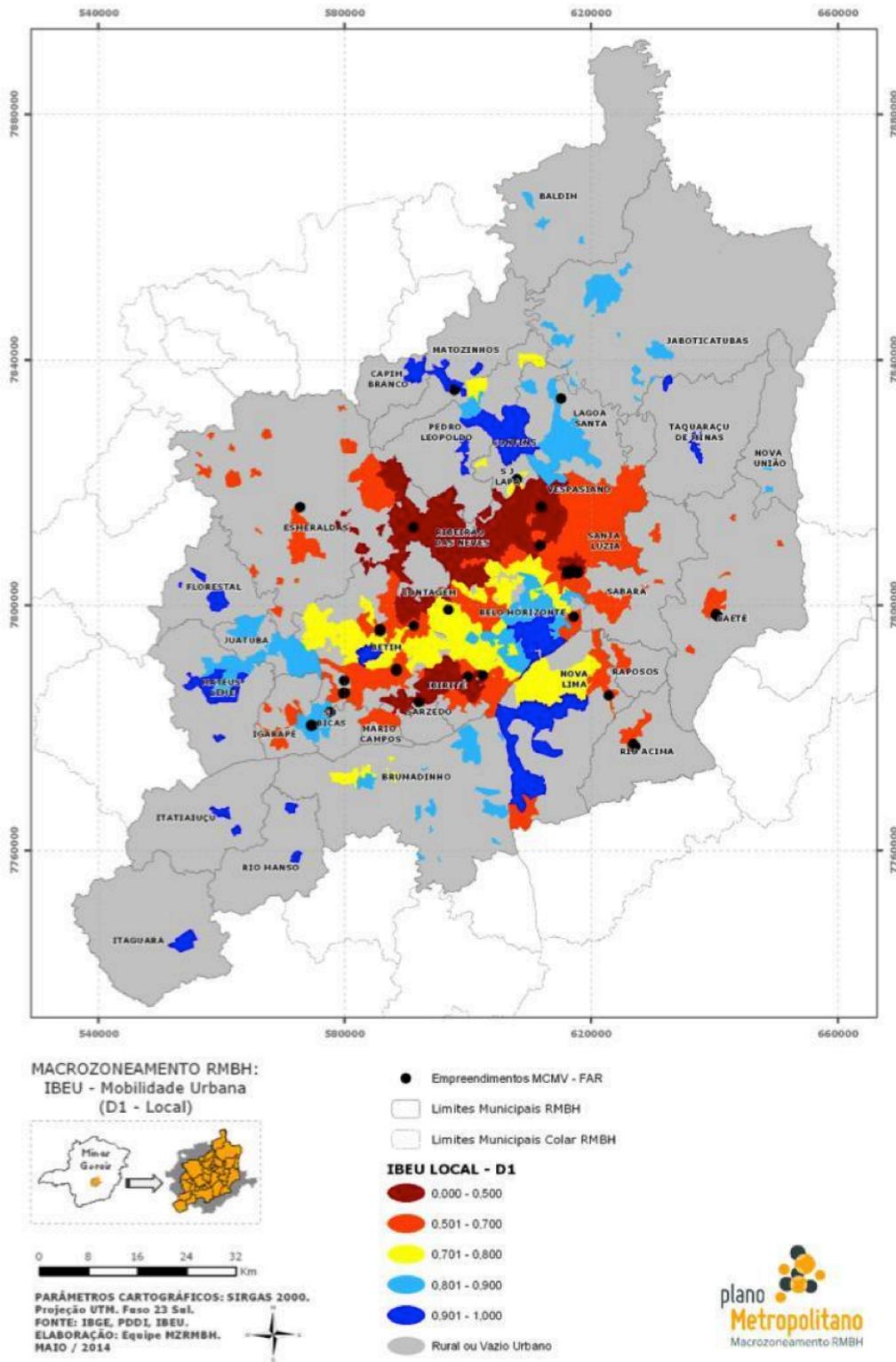


- Empreendimentos MCMV - FAR
 - Limites Municipais RMBH
 - Limites Municipais Colar RMBH
- IBEU**
- 0,000 - 0,500
 - 0,501 - 0,700
 - 0,701 - 0,800
 - 0,801 - 0,900
 - 0,901 - 1,000
 - Rural ou Vazio Urbano



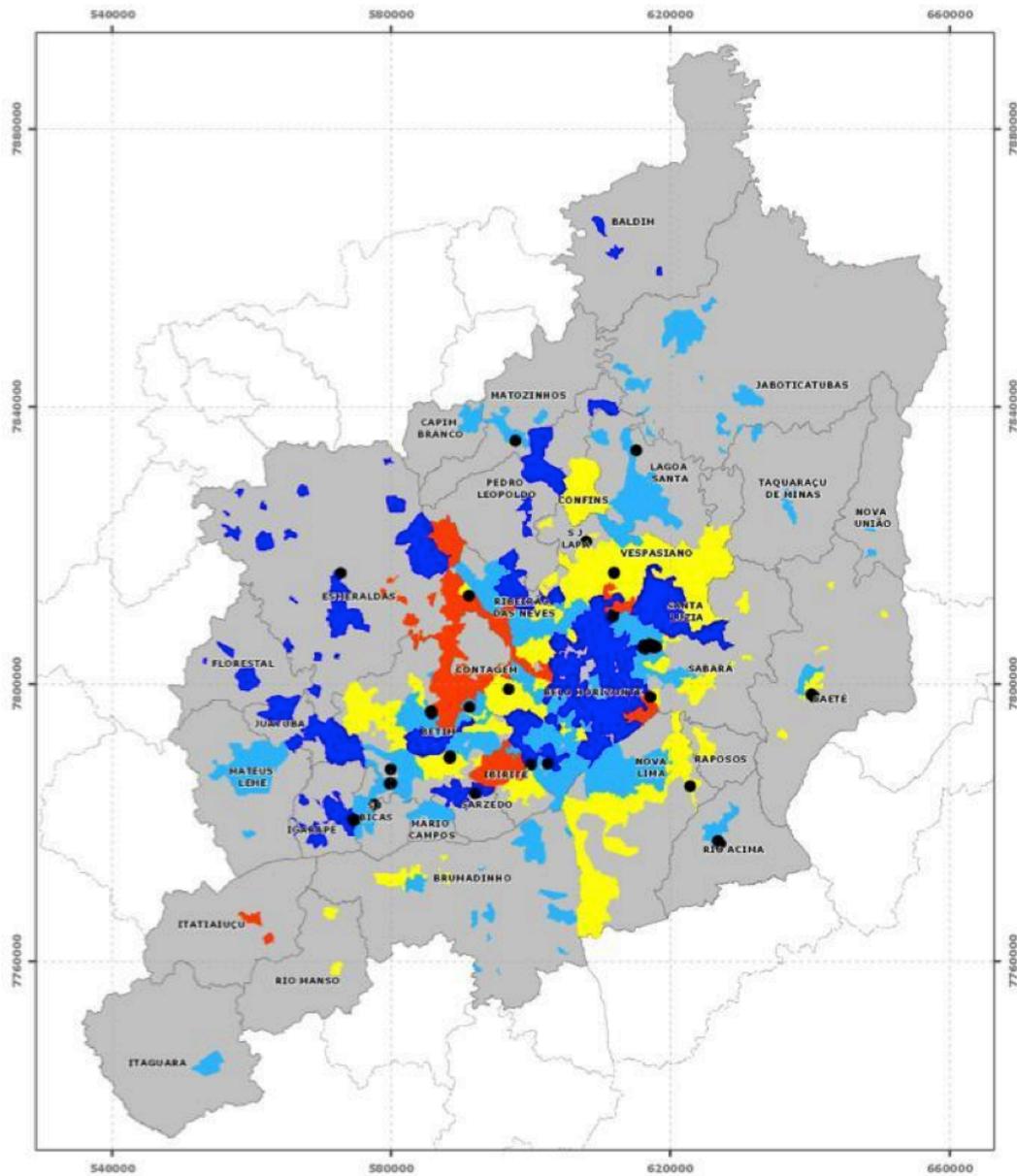
Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 37: Índice de Bem-estar Urbano Local, Mobilidade, RMBH

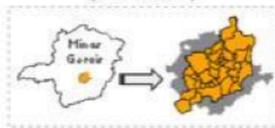


Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 38: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Ambientais Urbanas, RMBH



MACROZONEAMENTO RMBH:
 IBEU - Condições Ambientais
 (D2 - Local)



PARÂMETROS CARTOGRÁFICOS: SIRGAS 2000.
 Projeção UTM, Fuso 23 Sul.
 FONTE: IBGE, PDDI, IBEU.
 ELABORAÇÃO: Equipe MZRMHB.
 MAIO / 2014

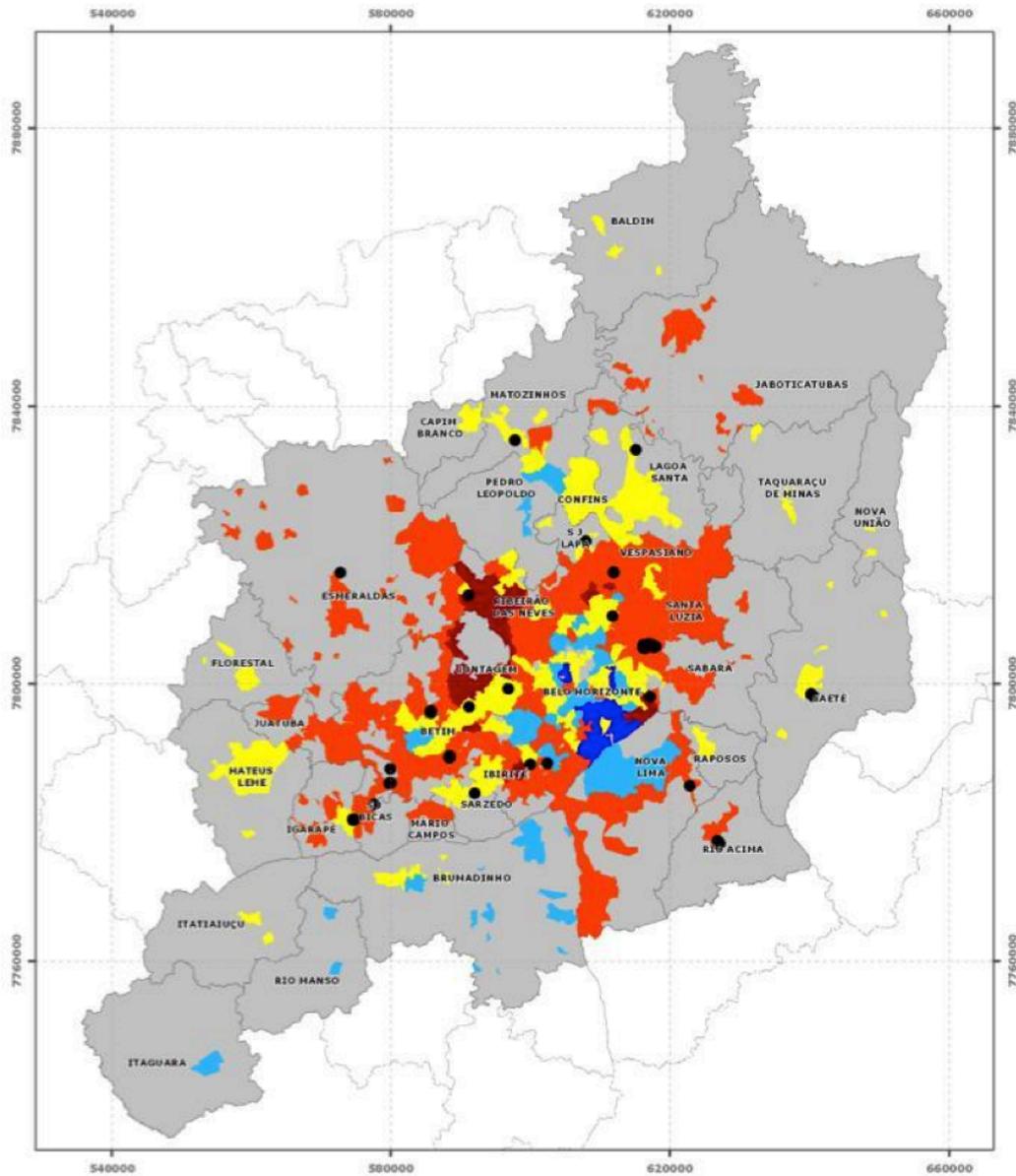


- Empreendimentos MCMV - FAR
 - Limites Municipais RMBH
 - Limites Municipais Colar RMBH
- IBEU LOCAL - D2**
- 0.000 - 0.500
 - 0.501 - 0.700
 - 0.701 - 0.800
 - 0.801 - 0.900
 - 0.901 - 1.000
 - Rural ou Vazio Urbano

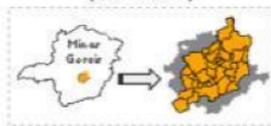


Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 39: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Habitacionais, RMBH



MACROZONEAMENTO RMBH:
 IBEU - Condições Habitacionais
 (D3 - Local)



PARÂMETROS CARTOGRÁFICOS: SIRGAS 2000.
 Projeção UTM, Fuso 23 Sul.
 FONTE: IBGE, PDDI, IBEU.
 ELABORAÇÃO: Equipe NZRMBH.
 MAIO / 2014

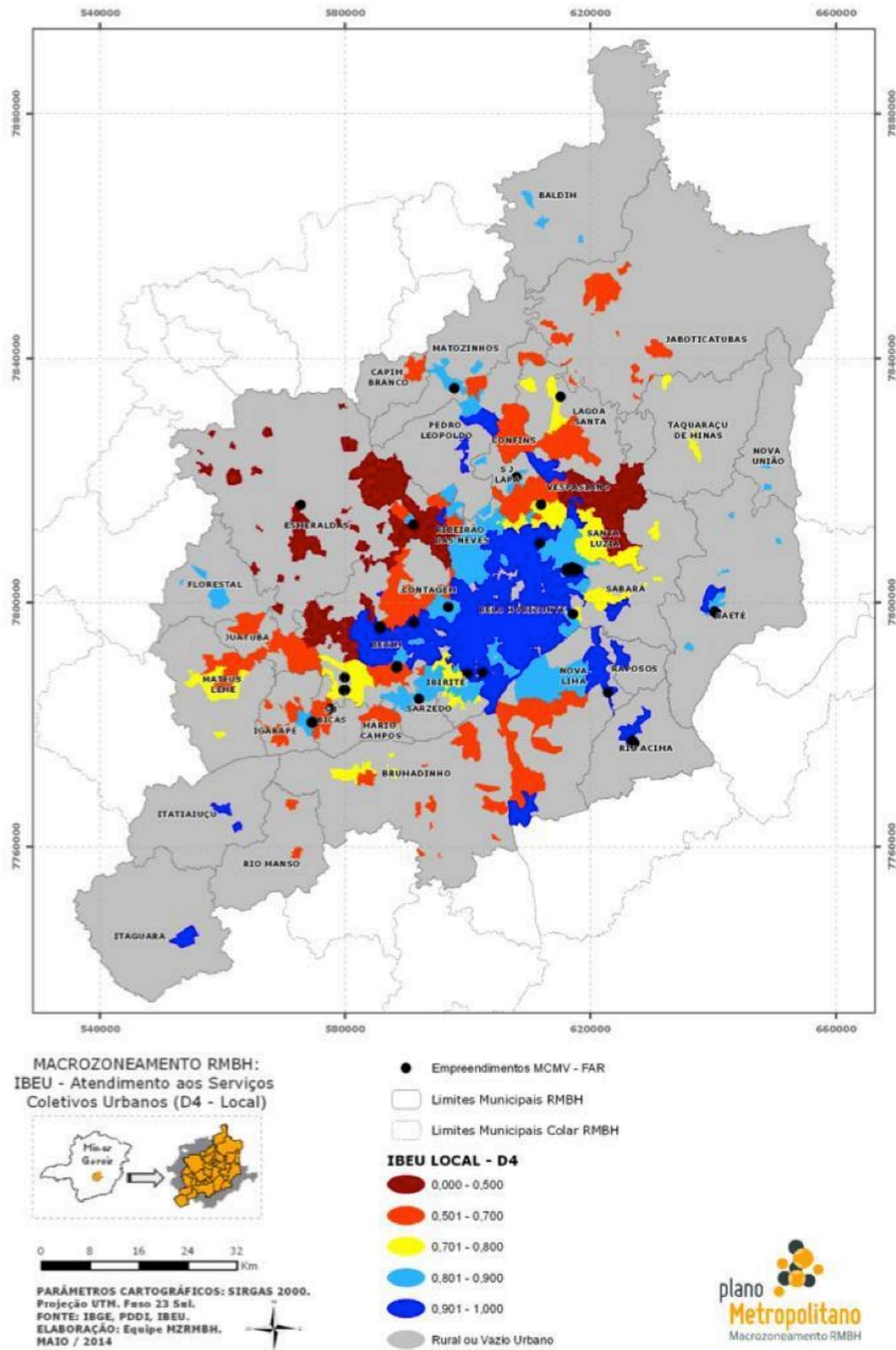


- Empreendimentos MCMV - FAR
 - Limites Municipais RMBH
 - Limites Municipais Colar RMBH
- IBEU LOCAL - D3**
- 0.000 - 0.500
 - 0.501 - 0.700
 - 0.701 - 0.800
 - 0.801 - 0.900
 - 0.901 - 1,000
 - Rural ou Vazio Urbano



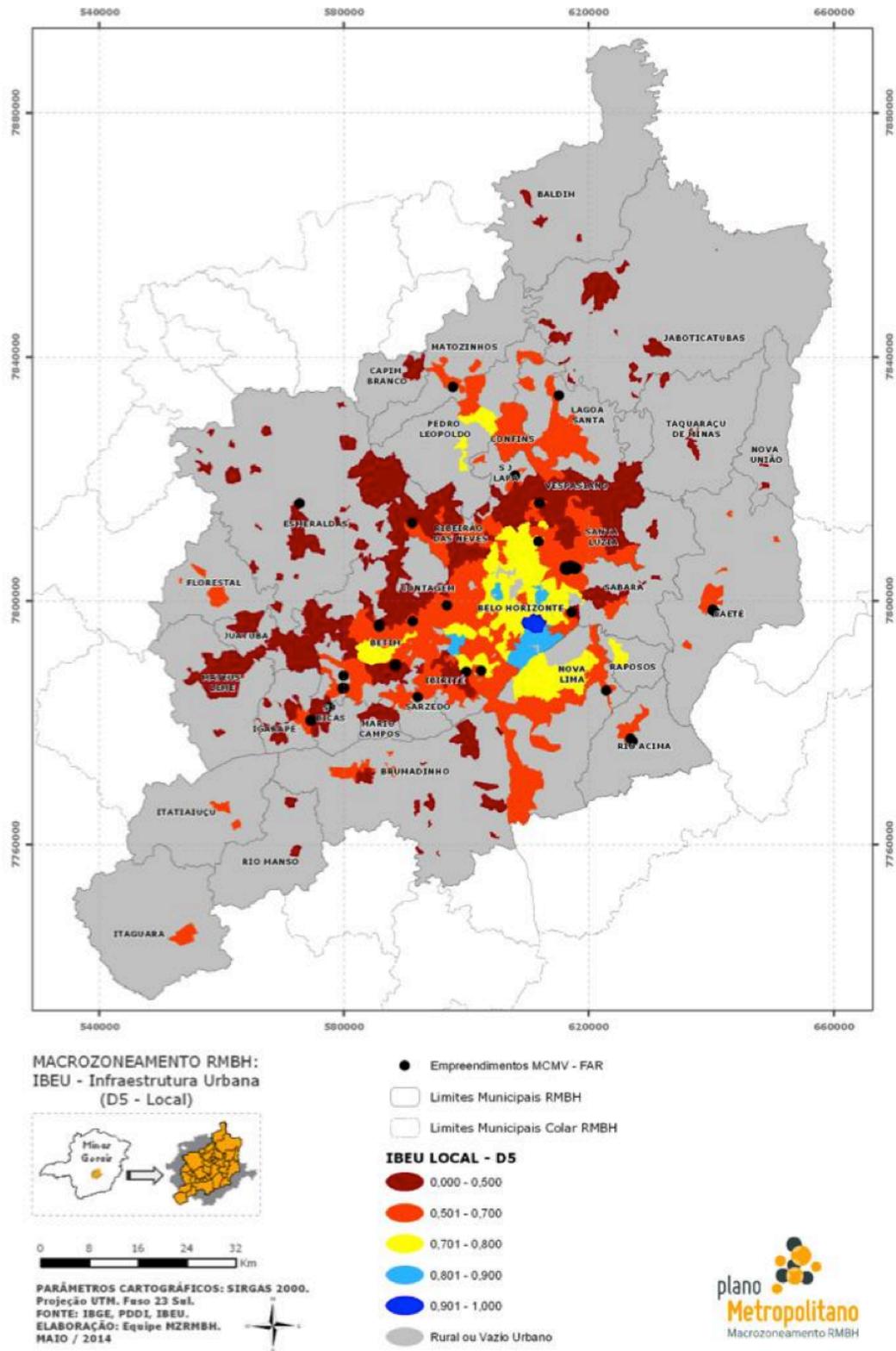
Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 40: Índice de Bem-estar Urbano Local, Atendimento aos Serviços Coletivos Urbanos



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 41: Índice de Bem-estar Urbano Local, Infraestrutura Urbana, RMBH



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

7.4 Zonas Especiais

A partir de sua definição legal, entende-se como ZEIS as zonas urbanas destinadas ao uso habitacional, ou seja, integram o perímetro urbano do município e devem possuir infraestrutura e serviços urbanos ou garantir a viabilidade da sua implantação. Tratam-se de áreas destinadas predominantemente à moradia de população de baixa renda, independentemente de tratar-se de áreas previamente ocupadas por assentamentos populares ou de áreas vazias e subutilizadas¹⁸.

Entretanto, o Plano Diretor de Rio Manso (Lei Complementar nº 23 de 20 de fevereiro de 2007) não delimita quaisquer tipos de ZEIS em seu território.

¹⁸ A delimitação das ZEIS é considerada pelo Estatuto das Cidades (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001) como um dos instrumentos a ser utilizados pelo planejamento municipal. Essa mesma lei torna a demarcação dessas áreas obrigatória para a ampliação do perímetro urbano dos municípios como consta no art. 42-B (Lei 10.257/2001, art. 42-B, inciso V).

8 MOBILIDADE URBANA

No que diz respeito aos dados levantados para o presente relatório, a principal fonte de dados é a Pesquisa Origem e Destino da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Pesquisa O/D. Esta é a designação dada a um conjunto de levantamentos realizados para conhecer o padrão de deslocamentos da população, bem como avaliar as condições de mobilidade das diferentes áreas que caracterizam a região metropolitana. A Pesquisa O/D é formada por quatro pesquisas: pesquisa domiciliar, pesquisa nos terminais de transporte, na linha de contorno da região e na linha de travessia. Para atual etapa do processo de revisão do Plano Diretor, esse trabalho considerou apenas os dados da pesquisa domiciliar, por ser a pesquisa mais abrangente e com maior volume de informações.

A Pesquisa O/D é realizada a cada dez anos desde 1972, mas para o presente relatório foram levadas em consideração e sistematizadas as pesquisas dos anos de 2002 e 2012. Na pesquisa foram levantadas, a partir de amostragem domiciliar, os dados referentes às viagens cotidianas realizadas, seu motivo e modo, além da caracterização socioeconômica dos domicílios pesquisados¹⁹.

Além dos dados da Pesquisa O/D, este relatório levantou dados relativos à frota e população municipal, disponibilizados pelo Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN – e pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Adicionalmente, utilizou-se dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Transporte e Obras

¹⁹ Os domicílios foram divididos em Áreas Homogêneas (AHs) a partir de setores censitários e posteriormente agregados em campos. A validade estatística dessa amostragem só é possível a partir do campo como unidade territorial. Para efeito do presente relatório, foi considerada a agregação por município

Públicas (SETOP) e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) para verificação das linhas de transporte metropolitano que passam pelo território do município, bem como consultas a legislação e órgãos administrativos municipais, para verificação do atual estado de planejamento e gestão da mobilidade urbana em Rio Manso.

Antes de passarmos ao detalhamento de como os dados serão apresentados, é necessário compreender que aspectos fundamentais da mobilidade urbana ainda não foram identificados e sistematizados por pesquisas específicas, como é o caso de demandas reprimidas de deslocamento, isto é, de deslocamentos não realizados por falta de meios e oportunidades para tal. Esse dado é fundamental para o planejamento da mobilidade e políticas de gestão de demanda no transporte.

Os dados foram sistematizados e serão apresentados da seguinte maneira:

- Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.
- Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação.
- Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo.

8.1 Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.

O município de Rio Manso se localiza na porção sul da RMBH, seu território é tangenciado pela rodovia BR-381, ligando a RMBH ao sul de Minas Gerais e ao estado de São Paulo e por estradas municipais que o ligam ao município de Brumadinho e Bonfim, ligando-o à MG-040.

Quanto à administração da mobilidade urbana no município, buscou-se aferir as seguintes informações: existência de secretaria específica para mobilidade

urbana ou para administração do transporte e trânsito; existência de Plano de Mobilidade Urbana para o município, conforme previsto pela lei federal 12.587/2012 em seu artigo 24; existência de mapa de hierarquia viária, além da forma de concessão do serviço de transporte coletivo municipal, conforme diretrizes estabelecidas na Constituição Federal e na lei supracitada (capítulo II). As informações foram sistematizadas no quadro abaixo:

Quadro 18: Dados indicadores da capacidade de planejamento e gestão da mobilidade urbana no município de Rio Manso.

CATEGORIA	DADO	FONTE E DATA
Existência de secretaria específica para mobilidade urbana ou transporte e trânsito	Não – Assessor especial para assuntos de trânsito e transporte, dentro da Secretaria Municipal de infraestrutura urbana e rural	Lei Complementar 52/2013
Existência de Plano de Mobilidade Urbana	Não – sem previsão no Plano Diretor	Lei Complementar 23/2007
Existência de mapa de hierarquia viária	Não	Lei Complementar 23/2007
Forma de concessão e operação do transporte coletivo municipal	Inexistente	Secretaria de obras, abril de 2017

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores Municipais, 2017

Assim, como se pode constatar, há indicadores de que Rio Manso tem uma relativa baixa capacidade administrativa para o planejamento e gestão da mobilidade urbana, uma vez que não possui secretaria específica para o tema.

De acordo com a lei complementar nº 52/2013 compete à Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Rural, entre suas 16 competências

atribuídas, apenas uma diz respeito especificamente ao transporte e trânsito municipal, nos seguintes termos:

XIII - avaliar, propor e definir, em consonância, com as demais áreas envolvidas, nos assuntos relacionados a transporte coletivo e individual de passageiros, cargas, em especial com relação a itinerário, paradas, terminais e outras;

Além da ausência de secretaria específica, destaca-se, também, a ausência do Plano de Mobilidade Urbana para o município de Rio Manso que, como citado anteriormente, deve ser obrigatoriamente elaborado para municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas até 3 de janeiro de 2018, sob a penalidade de o município não poder receber repasses federais para políticas de mobilidade urbana. A elaboração do plano de mobilidade urbana não está prevista no plano diretor do município.

Por fim, o município de Rio Manso não possui mapa de hierarquização viária para seu território. Além de não ofertar transporte coletivo por ônibus no âmbito municipal. Outras informações a respeito da oferta de transporte público no município e sobre fatores de atração de viagens podem ser vistas no quadro abaixo.

Quadro 19: Dados sobre oferta de transporte público e polos atratores de viagens em Rio Manso

CATEGORIA	DADO	FONTE E DETALHAMENTO
Nº de linhas de transporte municipal no município	Não possui	Secretaria de Obras
Nº de linhas de transporte metropolitano pelo território municipal	2 linhas (3792, 3793)	SETOP, 2017, cotejada com dados da pesquisa O/D RMBH 2012 e informações do Grupo de Acompanhamento

Linhas de transporte interurbano (para fora da RMBH) relevantes	Não possui	SETOP, 2017, cotejada com informações do Grupo de Acompanhamento
Atendimento por transporte público à área rural do município	Sim – via transporte escolar	Secretaria de Obras
Existência de transporte escolar	Sim – 8 veículos, 7 linhas	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Secretaria de Obras
Existência de local de atração e/ou produção de viagens de carga (ex: centro de distribuição logística)	Não	Site da prefeitura, cotejada com dados da pesquisa O/D

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017

O transporte público coletivo por ônibus no município de Rio Manso, como serviço específico para esse fim, é constituído por linhas do sistema metropolitano, cuja sua concessão é regulada pela Superintendência de Transporte Metropolitano (STM), vinculada à Secretaria de Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais (SETOP), existem 2 linhas que perpassam o território municipal, são elas:

- 3792 – Rio Manso/Belo Horizonte – tarifa R\$11,70
- 3793 – Rio Manso/Estação Eldorado (Contagem) – tarifa R\$8,25

A principal constatação a partir das informações apresentadas é a ausência de itinerários para outros municípios da RMBH que não Belo Horizonte e Contagem. Municípios limítrofes como Itatiaiuçu, Itaguara e Brumadinho, não recebem ligação por transporte coletivo com Rio Manso. Esse fato contribui para o relativo isolamento do município na RMBH, como se verá a seguir. Por outro lado, é importante notar que, quando tomado em comparação distâncias e demandas semelhantes, a tarifa do transporte interurbano não é a das mais caras da RMBH.

Além da baixa quantidade de linhas metropolitanas, não se constatou nenhuma linha intermunicipal não metropolitana que influa nos deslocamentos cotidianos do município de Rio Manso.

Além das linhas de transporte coletivo propriamente ditas, Rio Manso conta com uma frota para realizar o transporte escolar rural e urbano, financiadas com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Segundo o Censo Escolar do Transporte Escolar do Plano Nacional de Atendimento por Transporte Escolar 2017 (PNATE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Rio Manso possui uma população de 324 alunos que necessitam de transporte escolar rural, recebendo um aporte do governo federal de R\$41.760,36.

Por fim, constata-se que, no município de Rio Manso, não há nenhuma atividade econômica que seja polo atrator e gerador de viagens de transporte de carga na região.

8.2 Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação

Os dados a seguir apresentados buscam dar uma dimensão de como a mobilidade urbana variou em Rio Manso ao longo da última década, bem como comparar essa variação com cenários mais abrangentes – no município de Belo Horizonte, na Região Metropolitana como um todo e no país, quando houver dados. Assim, são apresentados os dados referentes a quantidade de veículos registrados no município, e nas outras unidades territoriais em análise, nos anos de 2004 e 2015, bem como o número de viagens realizadas no município, em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, nos anos de 2002 e 2012, a partir da Pesquisa Origem-Destino. Para tornar a comparação mais possível, são elaboradas e apresentadas as taxas de motorização e mobilidade de cada uma dessas informações.

8.2.1 Frota de veículos

A frota de veículos é a informação da quantidade de veículos motorizados registrados pelo Departamento Nacional de Trânsito no período em questão. Quando o território se refere a um município, o dado se refere a quantidade de veículos emplacados no referido município. Para a RMBH e Brasil, o dado se refere ao somatório de veículos emplacados nos municípios que compõem essas unidades territoriais²⁰. O quadro a seguir resume os dados:

Quadro 20: Frota de veículos em 2004 e 2015 e sua variação em Rio Manso, Belo Horizonte, RMBH e Brasil

TERRITÓRIO	FROTA DE VEÍCULOS EM 2004	FROTA DE VEÍCULOS EM 2015	VARIAÇÃO (%)
Rio Manso	828	2.506	202,66%
Belo Horizonte	816.091	1.714.233	110,05%
RMBH	1.217.730	2.830.842	132,47%
Brasil	39.240.825	90.686.936	131,10%

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de DENATRAN (2004 e 2015)

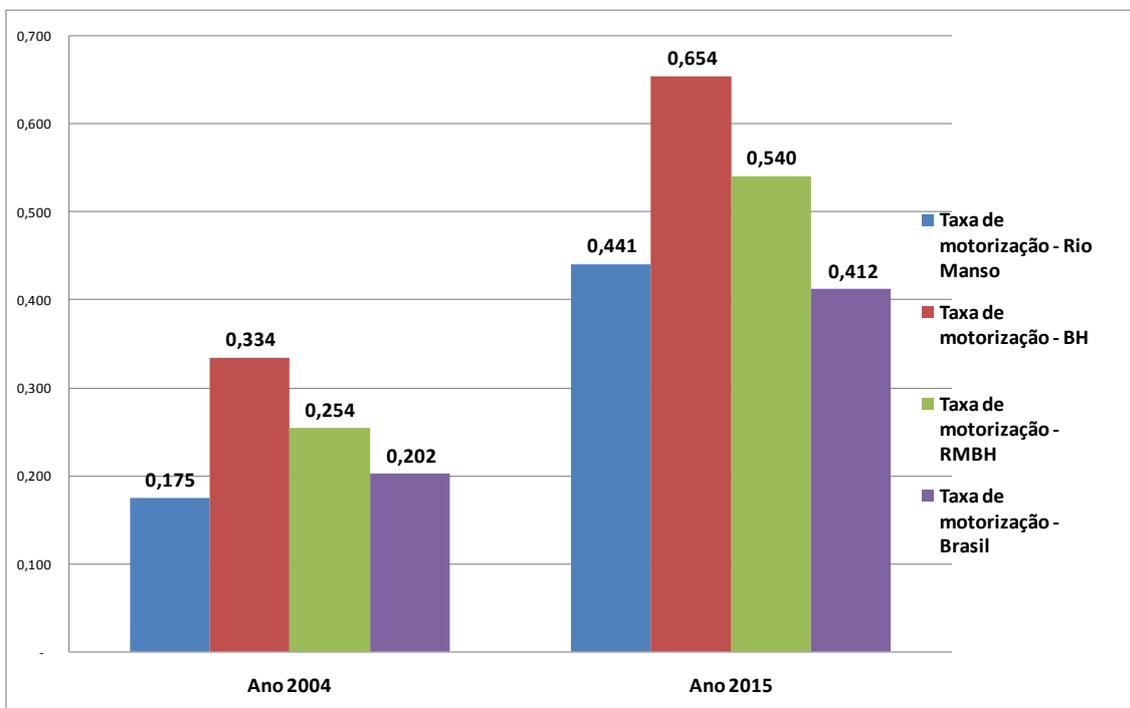
²⁰ É importante frisar que os dados se referem a todas qualidades de veículos automotores existentes (automóveis, caminhonetes, camionetas, utilitários, motocicletas, motonetas, ciclomotores, quadriciclos, triciclos, micro-ônibus, ônibus, caminhões, caminhões-tratores, reboques e semi-reboques), mas que os veículos leves automotores (automóveis, caminhonetes, motocicletas e afins) respondem pela maior parte de sua composição. Além disso, ressalta-se que ambos os dados se referem aos meses de dezembro de cada ano e foram retirados do sítio eletrônico do Denatran no ano de 2016. Atualmente, o Denatran retirou a informação de frota por município de seu portal na internet.

Se na capital mineira, na RMBH e no país como um todo o número de veículos mais que duplicou, em Rio Manso esse valor cresceu significativamente acima da média metropolitana, mais que triplicando. Entretanto essa alta taxa de crescimento deve ser ponderada pelo menor número absoluto de veículos adicionados (1.678) e pelo número de habitantes do município, como se verá a seguir.

8.2.2 Taxa de motorização 2004 e 2015

A taxa de motorização é a razão entre o número de veículos pertencentes a um território e sua quantidade de habitantes. Em outras palavras, é a quantidade de veículos por pessoa que existe em cada localidade. Ponderada pela população (a partir das estimativas populacionais oficiais do IBGE), a taxa de motorização permite a comparação entre territórios de escala e complexidade diferentes.

Figura 42: Taxa de motorização em 2004 e 2015 em Rio Manso, Belo Horizonte, RMBH e Brasil



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de DENATRAN e IBGE (2004 e 2015)

Como se pode ver na figura acima, a taxa de motorização de Rio Manso praticamente triplicou entre 2004 e 2015, mas, mesmo assim, permaneceu abaixo das médias para a RMBH e de Belo Horizonte, mas ultrapassou a média nacional. Nesse sentido, o crescimento ocorrido no município se deu, entre outros fatores, pelo fato de que havia mais espaço e potencial de crescimento do que nas outras localidades, justamente por seu índice se encontrar abaixo da média. Cabe a reflexão se esse volume de motorização é necessário para a mobilidade urbana do município, e qual seria um eventual ponto de saturação.

8.2.3 Divisão territorial na pesquisa O-D – número de áreas homogêneas e unidades de macro mobilidade no município

A Pesquisa Origem-Destino da RMBH, tanto em 2002 como 2012, trabalha com amostragens de domicílios divididos a partir de áreas homogêneas, como sua menor área de divisão territorial. As áreas homogêneas são determinadas a partir da agregação de setores censitários do IBGE. As áreas homogêneas, entretanto, não podem ter seus dados de viagens e caracterização socioeconômica expandidos com validade estatística para o universo total da RMBH. Por isso, as áreas homogêneas são agregadas em campos, a menor unidade territorial com validade estatística para a Pesquisa O-D e posteriormente em unidades de macro mobilidade (UMM).

Antes de se analisar os dados sobre viagens em Rio Manso apresentados pela Pesquisa O-D em 2002 e 2012, é necessário ressaltar que o município se constitui de uma única UMM, composta de 4 áreas homogêneas em 2002 e 4 em 2012. A quantidade e a variação da divisão territorial de análise do município funciona como um elemento de aproximação da variação do grau de complexidade de sua mobilidade urbana. Como o número de áreas homogêneas não variou em dez anos, infere-se que a complexidade da mobilidade urbana no município também permaneceu baixa.

8.2.4 Número de viagens realizadas por dia útil e taxa de mobilidade 2002 e 2012

O número de viagens realizadas em um município se refere à quantidade de pessoas que realizaram um deslocamento entre dois pontos específicos, utilizando-se um ou mais meios de transporte. As viagens levantadas pela pesquisa são aquelas realizadas em um dia útil da semana. A Pesquisa O-D

RMBH identificou a seguinte composição de viagens para a RMBH, Belo Horizonte e o município de Rio Manso.

Quadro 21: Viagens cotidianas realizadas em Rio Manso, BH e RMBH em 2002 e 2012

TERRITÓRIO	VIAGENS REALIZADAS EM 2002	VIAGENS REALIZADAS EM 2012	VARIAÇÃO (%)
Rio Manso	3.239	7.600	+134,65%
Belo Horizonte	3.955.844	6.810.346	+72,16%
RMBH	6.264.678	13.059.719	+108,47%
Participação percentual Rio Manso no total de viagens da RMBH	0,06%	0,10%	+157,20%

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

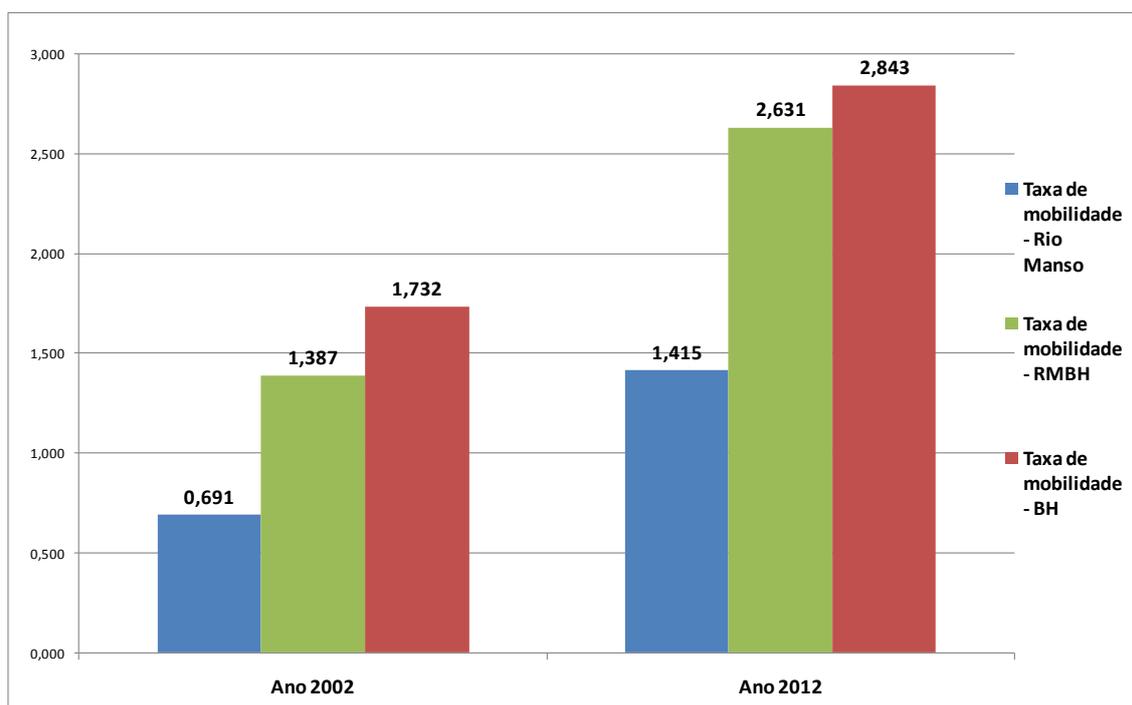
Como se pode ver pelo quadro acima, houve grande crescimento do número de viagens realizadas tanto no município de Rio Manso, como em Belo Horizonte e na RMBH. É de se atentar que a taxa de crescimento de Rio Manso foi 30% maior que a taxa da RMBH, mais que duplicando seu número de viagens entre 2002 e 2012. Entretanto, como na questão da frota de carros, há uma diferença no volume que as quantidades no município e na RMBH representam. É importante ressaltar que, em virtude da taxa de crescimento do número de viagens em Rio Manso ter sido maior que a RMBH, a participação percentual das viagens geradas no município em relação ao total metropolitano aumentou de 0,05% para 0,06% de 2002 para 2012. Mas, como mostram as percentagens, essa mudança teve

pouco impacto na RMBH como um todo, representando ainda menos de uma a cada mil viagens realizadas na região metropolitana.

Para podermos realizar uma comparação mais efetiva dos dados de crescimento do número de viagens, cabe o mesmo tratamento realizado com as informações sobre a frota de veículos.

A taxa de mobilidade é a razão entre o número de viagens realizadas por dia útil, constatada na pesquisa Origem-Destino em determinada localidade, e a quantidade de habitantes do território em questão. Abaixo é apresentada a figura comparativa da taxa de mobilidade para Rio Manso, Belo Horizonte e a Região Metropolitana.

Figura 43: Taxa de mobilidade 2002 e 2012 em Rio Manso, Belo Horizonte e RMBH



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH e IBGE (2002 e 2012)

Como se vê acima, as taxas de mobilidade cresceram significativamente em todas as agregações territoriais analisadas. Entretanto, pode-se ver que a taxa de mobilidade de Rio Manso cresceu pouco em termos absolutos, não chegando a ultrapassar o patamar de Belo Horizonte em 2002 e ainda muito distante da média metropolitana de 2012. Sendo assim, percebe-se que, embora o crescimento de viagens tenha sido acima da média metropolitana, o fato de se encontrar em um patamar muito baixo em 2002 faz com que se constate um baixo desenvolvimento da capacidade de mobilidade no município.

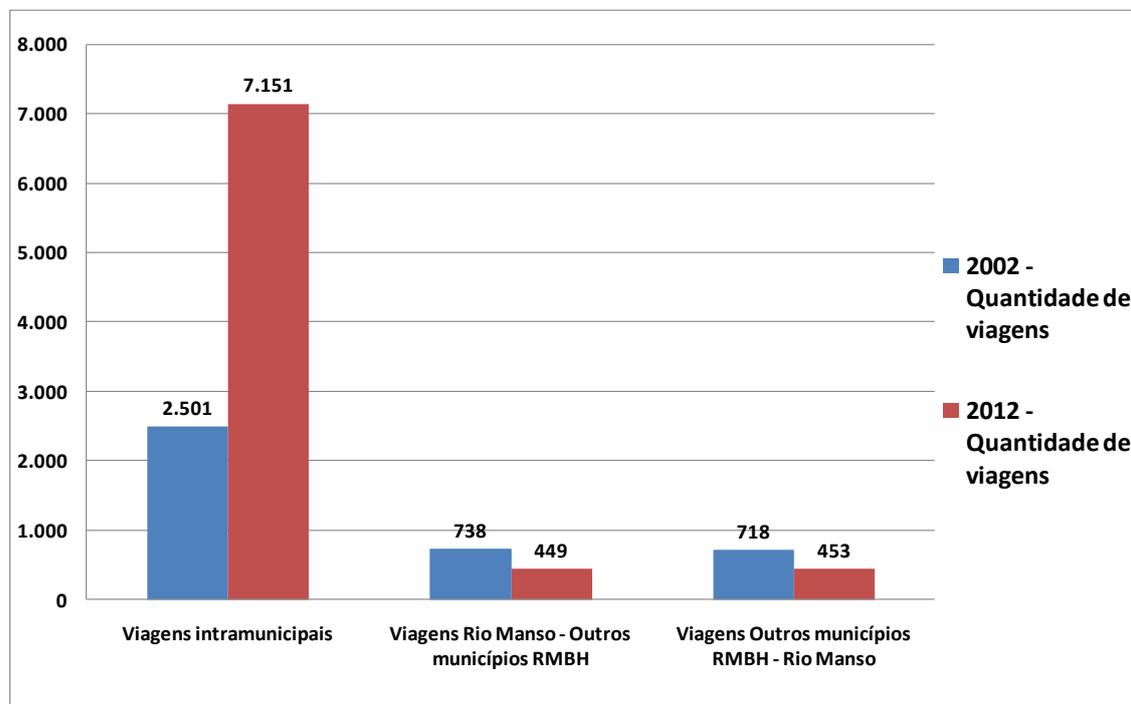
8.3 Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo

A presente seção irá detalhar os dados agregados de viagens por unidade territorial, sistematizando o modo como foram realizadas, o local de origem e destino e os motivos para o deslocamento. Essas informações são relevantes não apenas para se pensar políticas públicas de mobilidade urbana, como também para compreender as relações econômicas e sociais de interdependência entre os territórios.

8.3.1 Pesquisa O-D - composição das viagens por origem e destino e relação percentual com o restante da RMBH

O gráfico abaixo mostra, para 2002 e 2012 a composição das viagens com origem em Rio Manso divididas por destino, se para o próprio município ou se para outros municípios da RMBH, bem como mostra quantas viagens foram realizadas de outros municípios metropolitanos com destino a Rio Manso.

Figura 44: Número de viagens realizadas entre Rio Manso e outros municípios da RMBH, por origem e destino, em 2002 e 201



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Como se vê pelos dados acima, Rio Manso teve uma queda no número de viagens intermunicipais em dez anos, em um movimento contrário à tendência constatada para a RMBH. Para se compreender melhor a divisão das viagens de Rio Manso por origem e destino, os quadros a seguir mostram os dados em termos percentuais.

Quadro 22: Divisão percentual das viagens com origem em Rio Manso, por destino da viagem, em 2002 e 2012

DESTINO DO DESLOCAMENTO / ANO	2002	2012
Rio Manso	77,28%	94,10%

Outros municípios da RMBH	22,78%	5,90%
---------------------------	--------	-------

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Quadro 23: Divisão dos destinos das viagens com destino a Rio Manso, por origem da viagem, em 2002 e 2012

ORIGEM DO DESLOCAMENTO / ANO	2002	2012
Rio Manso	77,70%	94,04%
Outros municípios - RMBH	22,30%	5,96%

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Os quadros acima demonstram que 77,28% das viagens produzidas pelo município de Rio Manso em 2002 eram viagens intramunicipais, ou seja, viagens com origem e destino no território do município. Esse valor tem grande crescimento até 2012, chegando a 94,10% do total de viagens. Inversamente, pode-se dizer que 22,78% das viagens em 2002 têm por destino outro município na RMBH, valor que cai proporcionalmente para 5,90% em 2012. Esses valores apresentam grande mudança no cenário da mobilidade de Rio Manso e sua inserção na RMBH, o município passa de um dos mais interdependentes da região para um dos mais isolados em dez anos, diminuindo o número absoluto de deslocamentos intermunicipais. É necessário avaliar outros aspectos da realidade municipal para compreender essa mudança e afirmar se esse valor pode ou não ser considerado um bom indicador do grau de autonomia ou de isolamento do município. Tendo em vista o porte populacional e econômico do município, é mais possível que o segundo caso seja mais correto.

A proporção de viagens atraídas pelo município de Rio Manso, isto é, viagens cujo destino final foi o município, segue praticamente a mesma distribuição que as viagens produzidas. Ou seja, 22,30% dos deslocamentos com destino a Rio

Manso se originaram de outros municípios da RMBH em 2002, valor que cai significativamente para 5,96% em 2012. Essa similaridade na proporção de deslocamentos indica complementaridade das viagens e, possivelmente, movimentos pendulares entre casa e trabalho. Futuramente, esses dados poderão ser desagregados por motivo do deslocamento, para melhor caracterização.

O quadro seguinte apresenta os municípios da RMBH com os quais Rio Manso realizou deslocamentos em 2002 e 2012.

Quadro 24: Distribuição das viagens com origem em Rio Manso e destino a outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.

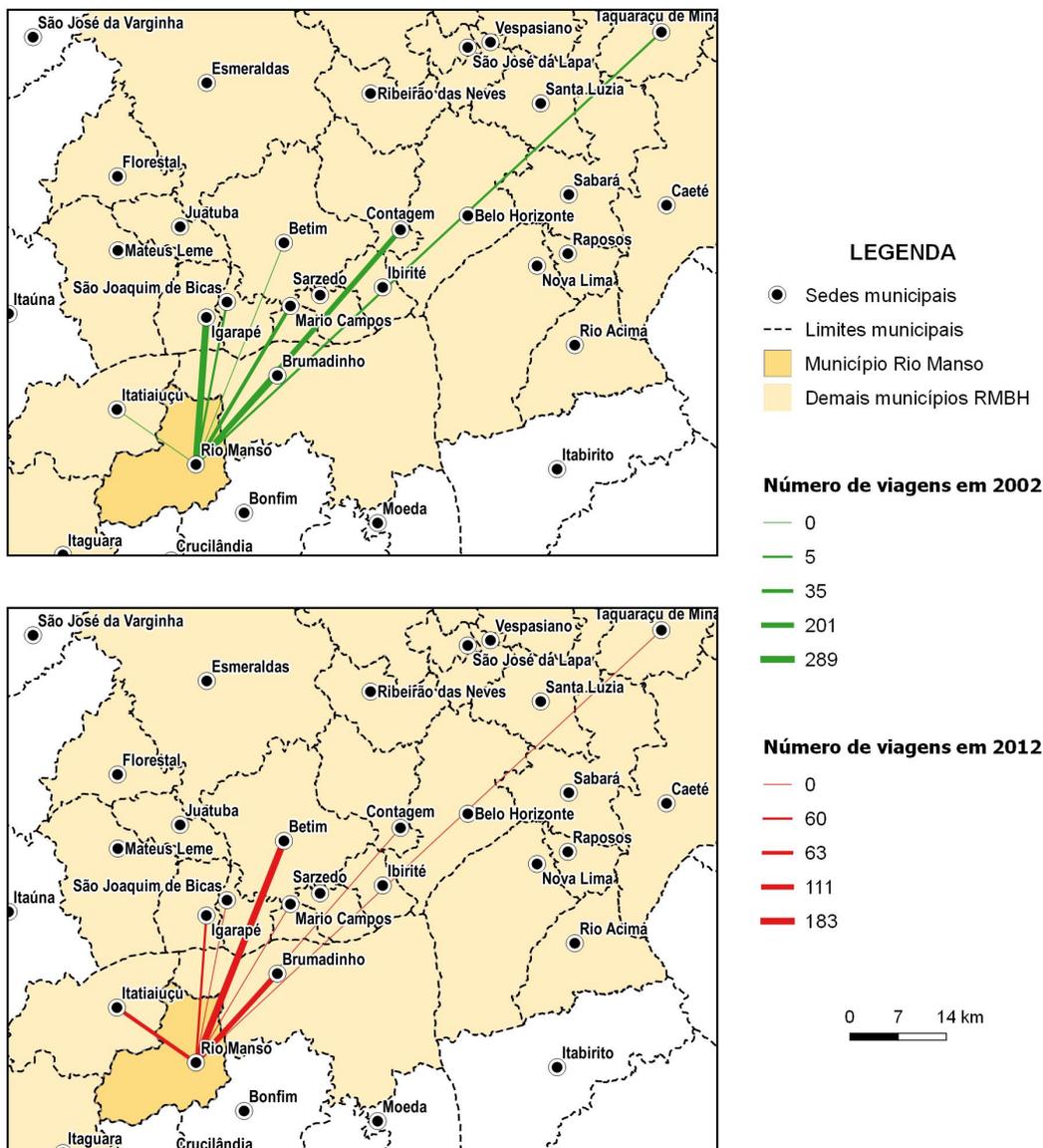
DESTINO DA VIAGEM	PROPORÇÃO VIAGENS 2002	PROPORÇÃO DE VIAGENS EM 2012
Betim	0,69%	31,36%
Brumadinho	4,78%	23,56%
Belo Horizonte	19,50%	14,10%
Itatiaiuçu	0,00%	13,98%
Igarapé	39,92%	13,28%
Contagem	29,72%	3,72%
Mário Campos	4,69%	0,00%

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

A composição de viagens com origem em Rio Manso e destino a outros municípios apresentou mudanças significativas entre 2002 e 2012. Assim, a participação de Betim passou de 0,69% em 2002 para 31,36% dos deslocamentos intermunicipais na RMBH em 2012 com origem no município.

Brumadinho também cresce de 4,78% em 2002 para 23,76% das viagens em 2012. Da mesma forma, Itatiaiuçu passa de nenhuma participação a 13,98% dos deslocamentos. Inversamente, Contagem cai de 29,72% dos destinos intermunicipais de Rio Manso em 2002 para 3,72% em 2012, Igarapé passa de 39,92% para 13,28% no mesmo período e Belo Horizonte, passa de 19,50% para 14,10% entre 2002 e 2012. Assim, se o principal destino de deslocamentos era Igarapé em 2002, passa a ser o município de Betim em 2012. Todos esses dados proporcionais devem ser cotejados com o decréscimo do número absoluto de viagens, que pode ser melhor visualizada na figura a seguir:

Figura 45: Mapa de destino dos deslocamentos intermunicipais com origem em Rio Manso, anos 2002 e 2012.



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Assim, percebe-se que as principais relações que geram deslocamentos intermunicipais cotidianos, e que permaneceram entre 2002 e 2012, em Rio

Manso são apenas com Brumadinho. Outras relações de destaque são com Igarapé e Contagem, em 2002, e Betim, em 2012. Pode-se inferir que o motivo da permanência de Brumadinho é sua proximidade com Rio Manso, com o qual é limítrofe. Por outro lado, a variação dos municípios de destino e o baixo número total de viagens impedem que outras análises sejam realizadas. Entretanto, cabe aqui apontar a necessidade de se aprofundar na compreensão da natureza dessas relações intermunicipais.

Analogamente aos destinos, apresenta-se abaixo a figura que detalha a origem dos deslocamentos intermunicipais com destino a Rio Manso, em 2002 e 2012.

Quadro 25 - Distribuição das viagens com destino a Rio Manso com origem em outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.

ORIGEM DA VIAGEM	PROPORÇÃO VIAGENS 2002	PROPORÇÃO DE VIAGENS EM 2012
Betim	0,00%	40,48%
Brumadinho	4,92%	24,51%
Itatiaiuçu	0,00%	13,84%
Igarapé	40,31%	13,15%
Belo Horizonte	20,53%	8,02%
Contagem	27,95%	0,00%
Jaboticatubas	5,63%	0,00%
Outros	6,29%	0,00%

Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

A figura acima apresenta algumas semelhanças com a composição da figura anterior. Isso se dá em virtude, principalmente, de deslocamentos pendulares, no qual se vai e volta para o mesmo município em um mesmo dia. Na figura, Betim tem crescimento de 0,00% para 40,48% dos deslocamentos para

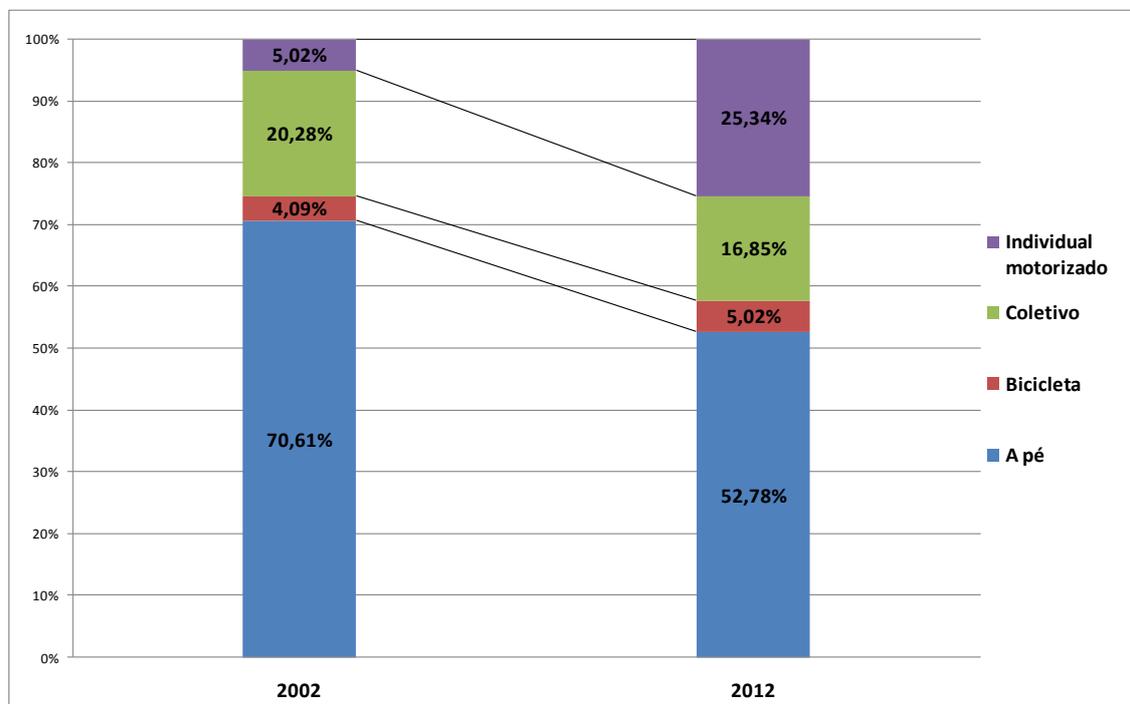
Rio Manso. Brumadinho aumenta sua participação, passando de 4,92% para 24,51% entre 2002 e 2012. Itatiaiuçu passa a exercer peso significativo, passando de 0% em 2002 para 13,84% da origem dos deslocamentos para Rio Manso. Por outro lado, Contagem (de 27,85% para 0,00%), Jaboticatubas (5,63% para 0,00%) e Belo Horizonte (de 20,53% para 8,02%) perdem toda participação nas viagens cotidianas com destino ao município.

Todas essas informações são relevantes para se pensar o planejamento da mobilidade urbana coordenada com o uso e ocupação do solo, além de ser argumento necessário para discussões interfederativas sobre a malha rodoviária que perpassa o município.

8.3.2 Pesquisa O-D - Divisão de viagens por modo agrupado - 2002 e 2012

A seguir é apresentada a variação das viagens realizadas em Rio Manso, por modo de transporte, entre os anos de 2002 e 2012. Além do modo a pé e por bicicleta, há as categorias de “modo individual motorizado” que compreende qualquer deslocamento cujo modo principal foi o automóvel, seja como motorista ou carona, motocicleta, táxi, caminhão ou perua, e de “modo coletivo”, que compreende deslocamentos por ônibus, transporte especial e transporte escolar.

Figura 46: Distribuição das viagens produzidas em Rio Manso por modo de transporte, em 2002 e 2012



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

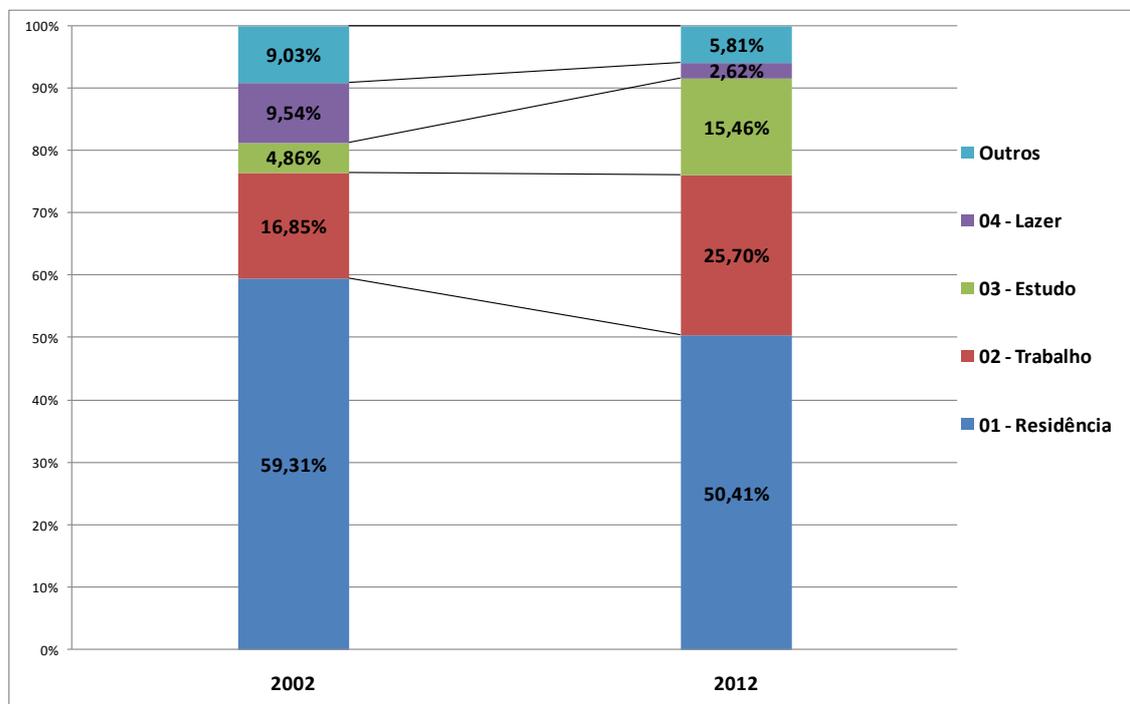
Como se pode constatar pela figura acima, o modo a pé continua o predominante nos deslocamentos de Rio Manso, compondo cerca de 50% do total em 2012. Entretanto, é preciso notar que sua participação relativa foi a que mais diminuiu entre 2002 e 2012, passando de 70,61% para 52,78% do total de deslocamentos entre esses anos. A participação do modo bicicleta ampliou-se marginalmente, de 4,09% para 5,02% entre 2002 e 2012, um dado significativo na matriz de deslocamento. Seguindo a tendência nacional, Rio Manso teve aumento na proporção de viagens pelo modo individual motorizado, que passaram de 5,02% em 2002 para 25,34% em 2012. Outro dado que chama a atenção e que segue a tendência nacional é a diminuição da proporção de viagens do modo coletivo de 20,28% para 16,85% no período de dez anos. Esses dados mostram que a

tendência de mobilidade urbana em Rio Manso segue contrária às diretrizes e princípios da Política Nacional de Mobilidade Urbana, sendo recomendável a reflexão sobre medidas para sua reversão. Assim, é necessário ter essa questão em conta no processo de revisão do Plano Diretor, bem como na elaboração de outras políticas públicas.

8.3.3 Pesquisa O-D - Divisão de viagens por motivo - 2002 e 2012

A seguir é apresentada a variação relativa de viagens produzidas em Rio Manso com relação ao motivo principal que gerou o deslocamento. As viagens foram sistematizadas em agrupadas em nove categorias, a saber: 01 – Residência, viagens para o próprio domicílio; 02 – Trabalho, viagens com destino ao trabalho, 03 – Estudo, 04 – Lazer, que agrupa viagens com motivos de turismo, recepção, visitas, congressos, seminários e atividades religiosas; 05 – Saúde, que agrupa viagens com motivo de médico, dentista, exame clínico ou laboratorial; 06 - Compras; 07 – Particular, viagens com motivo “Negócios Particulares (Bancos/Loterias/ etc.)” e com motivo “Refeição (almoço/jantar)”; 08 – Servir Passageiros, viagens com motivo de carona a outro passageiro e 09 – Fazer escala, que compreende os motivos escala e transbordo demorado

Figura 47: Distribuição das viagens produzidas em Rio Manso por motivo de sua realização, em 2002 e 2012.



Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)

Como se pode constatar pela figura acima, houve uma diminuição significativa da participação do motivo residência, que passou de 59,31% para 50,41% entre 2002 e 2012. O motivo trabalho cresceu proporcionalmente, passando de 16,85% do total de deslocamentos em 2002 para 25,70% em 2012. O motivo estudo é o que mais cresceu, passando de 4,86% para 15,46% do total de deslocamentos entre 2002 e 2012. Há que se atentar também para a diminuição significativa dos deslocamentos pelo motivo lazer (de 9,54% para 2,62%) e outros motivos, como saúde e negócios particulares, que passaram de 9,03% em 2002 para 5,81% em 2012. Esses dados deverão ser aprofundados e cotejados com outras evidências futuramente para melhor compreensão.

9 AGRICULTURAS

A sistematização de dados sobre a atividade agropecuária nos municípios da RMBH permite melhor compreensão da estruturação territorial e da conformação dos sistemas agroalimentares no contexto regional. A partir dessa compreensão, é possível considerar demandas apontadas pelos sujeitos e organizações que atuam com as diferentes agriculturas e discutir formas mais efetivas de inclusão destas práticas nas políticas públicas. Essa compreensão ampliada possibilita ainda visualizar formas de inserção do município no contexto metropolitano, bem como favorecer a incorporação das agriculturas no Processo de Revisão do Plano Diretor.

Observa-se que, de modo geral, não são identificadas fontes específicas de dados secundários sobre a agroecologia e sobre a agricultura urbana na RMBH. Essa lacuna foi confirmada ao longo da execução do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano, quando foram solicitadas informações para as administrações municipais e obteve-se inexpressivo retorno. A ausência de informações e, em alguns casos, o uso de informações de forma pouco crítica e aprofundada podem acentuar a pouca expressividade e o baixo interesse sobre a agricultura nas pautas prioritárias de políticas públicas e investimentos voltados para o desenvolvimento da RMBH.

Nesse sentido, os dados secundários, apresentados a seguir, se referem à atividade agropecuária em geral, abrangendo a produção familiar, não familiar e empresarial, e contribuem para reforçar uma percepção integrada das agriculturas no território metropolitano, bem como das particularidades dos municípios que integram a RMBH.

Desse modo, os dados apresentados para a composição de um panorama geral das agriculturas presentes no município de Rio Manso foram organizados da seguinte forma: (i) Produção; (ii) Emprego; (iii) Estrutura Agrária e (iv)

Transferências Governamentais e Crédito Rural. De um modo geral vale ressaltar que, para além da ausência de uma sistematização mais completa dos dados, aqueles existentes e disponíveis apresentam diversos desafios para sua utilização e aproveitamento para estudos e pesquisas. Dentre outros, destacam-se cinco aspectos gerais:

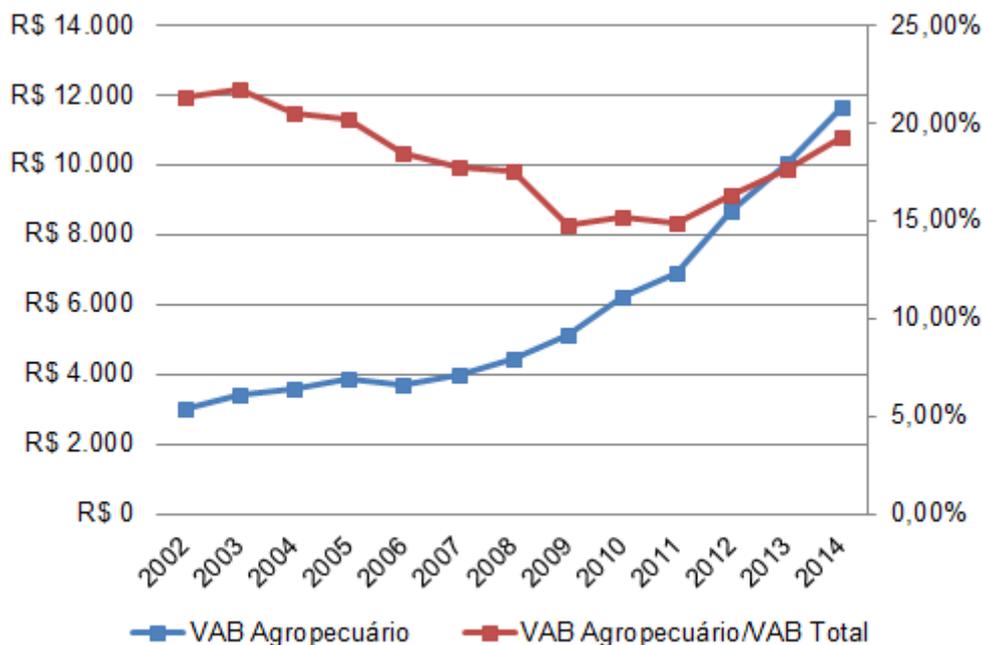
1. Utilização de metodologias de coleta de dados distintas, de acordo com a pesquisa e/ou órgão responsável. Existem dados, por exemplo, resultantes de pesquisa por amostragem e de pesquisas por recenseamento. Estas distinções podem gerar problemas/incompatibilidades na utilização/comparação de dados das diferentes fontes.
2. Diferentes temporalidades dos dados. As fontes de dados apresentam informações de anos distintos e muitas pesquisas são feitas em periodicidades também distintas, dificultando a complementaridade com coerência de informações oriundas de fontes diferentes.
3. Utilização de unidades territoriais diferentes. Existem fontes de dados que utilizam como recorte territorial, por exemplo, o limite municipal, enquanto outras utilizam mesorregiões ou outras formas de regionalização.
4. Agregação de dados coletados. Muitos dados são agrupados de forma a não diferenciar questões fundamentais, tais como se a produção é oriunda de agricultura familiar ou não familiar.
5. Não incorporação, em muitas pesquisas, da atividade agrícola exercida em locais/por sujeitos “informais”/não convencionalmente considerados. Por exemplo, a produção dos quintais, hortas comunitárias, pequenos agricultores familiares que não acessam políticas públicas, etc.

9.1 Produção

Com relação à produção, um dos indicadores do papel que o Setor Agropecuário desempenha na economia municipal é o Produto Interno Bruto - PIB. A Pesquisa sobre o PIB Municipal, elaborada, também, pelo IBGE, revela que o PIB advindo do Setor Agropecuário em Rio Manso, para o ano de 2012, foi de R\$ 8.282,59 mil, representando 16,79% do PIB total do município. Trata-se do 4º município da RMBH com maior representatividade do PIB Agropecuário em relação ao PIB total, o que reforça a importância que o setor exerce na economia local.

Outro indicador do desempenho da atividade econômica no nível municipal que compõe a pesquisa do IBGE é o Valor Adicionado Bruto – VAB, que corresponde à soma das diferenças entre o valor da produção e do consumo intermediário em cada etapa do processo produtivo. O VAB Agropecuário de Rio Manso, em 2014, era de R\$ 11.656,00 mil, representando 19,24% do VAB total do município. Com esse resultado, o município sobe para a 2ª posição no *ranking* da RMBH de representatividade do VAB Agropecuário em relação ao VAB total. A Figura abaixo apresenta a evolução do VAB Agropecuário para o município: o VAB Agropecuário tem sofrido crescimento acelerado desde 2006; enquanto isso, a sua participação no VAB Total sofreu uma queda no período 2002-2009, mas tem se recuperado desde 2012.

Figura 48: Evolução do VAB Agropecuário, em mil reais, e em percentagem do VAB Total (2002-2014), Rio Manso



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Pesquisa PIB Municipal (SIDRA, IBGE).

Com relação à diversificação da produção pecuária, o IBGE realiza uma pesquisa de Produção Pecuária Municipal - PPM, na qual apresenta informações sobre os efetivos das espécies animais criados e também dados sobre produção animal, subdividindo-se em: Produção Animal (leite, ovos de galinha e mel), Rebanho de Grande Porte (bovino, equino e bubalino), Médio Porte (suíno, caprino e ovino) e Pequeno Porte (galos, frangas, frangos, pintos, galinhas e codornas)²¹. A PPM de 2012 mostrou que, em termos de volume de produção, Rio Manso não se

²¹ Nas análises deste trabalho foram priorizadas: as produções de leite, de ovos de galinha, de ovos de codornas e de mel de abelha, inseridos na Produção Animal; bovino, equino e bubalinos, inseridos no Rebanho de Grande Porte; Suíno Caprino e Ovino, inseridos no Rebanho de Médio Porte; e galos, frangas, frangos, pintos, galinhas e codornas, inseridos no Rebanho de Pequeno Porte.

destaca, se comparado com outros municípios da RMBH. Entretanto, em Rio Manso ocorre uma diversidade de produção, entre elas a produção de leite e ovos de galinha; os rebanhos de bovinos, equinos, bubalinos e suínos; a criação de galos, frangas, frangos, pintos e galinhas.

Por sua vez, com relação à produção agrícola, o IBGE realiza a Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, que apresenta informações sobre a área plantada, área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio obtido e preço médio pago ao produtor de algumas culturas permanentes e temporárias²². A PAM de 2013 revelou que os principais produtos de Rio Manso são: cana, milho, mandioca e tomate.

A Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CEASAMINAS/BH, empresa de economia mista do governo federal, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), oferece dados referentes ao fornecimento e comercialização de produtos agropecuários no nível municipal²³. Conforme dados de distribuição e abastecimento da CEASAMINAS/BH de 2013, Rio Manso possuía 62 produtores cadastrados na central, sendo o 3º município da RMBH com o maior número de produtores cadastrados. Os dados do mesmo

²² Nas análises deste trabalho foram priorizados os seguintes produtos de lavoura permanente (abacate, algodão, banana, café, caqui, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, palmito, tangerina, urucum, uva) e lavoura temporária (abacaxi, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, batata-doce, batata inglesa, cana-de-açúcar, cebola, ervilha, fava, feijão, girassol, mandioca, melancia, melão, milho, tomate).

²³ Ainda que esses dados possam ser utilizados como um indicador indireto da produção agrícola nos municípios, deve-se evitar uma associação direta, uma vez que em alguns casos os produtos podem ser comercializados por atravessadores ou empresas distribuidoras sediadas nos municípios e não diretamente pelos produtores. A CEASAMINAS/BH divulga os dados de distribuição e abastecimento anualmente, de modo que as informações aqui apresentadas poderão ser atualizadas em etapas posteriores.

ano apontaram que o município participou da comercialização da CEASAMINAS/BH com a venda de 11.103,49 toneladas de produtos, sendo o 5º município da RMBH com a maior participação nas vendas de produtos. O resultado foi uma arrecadação de R\$12.958.445,80 com a comercialização de seus produtos, ocupando o 5º lugar do ranking metropolitano.

Dentre os produtos comercializados, couve-flor, jiló, inhame e milho verde se destacaram como os principais produtos, considerando a quantidade de produtos fornecidos pelo município à CEASAMINAS/BH. O município é destaque no fornecimento de couve-flor, jiló, berinjela, pimentão, milho verde e inhame, no qual é responsável por uma grande parcela de comercialização para a Central, em relação a todos os outros fornecedores do estado e do país.

Segundo dados da Safra Agrícola Municipal de 2015, disponibilizados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais - Emater/MG, o município de Rio Manso produziu Batata Doce, Repolho, Chuchu, Quiabo, Alface, Pimentão, Pepino, Ervilha Vagem, Abobrinha, Milho Verde, Tomate Mesa, Berinjela, Inhame, Jiló, Mandioca Mesa, Brócolis e Couve-Flor, totalizando 1.843,00 hectares de área produtiva²⁴. A produção estimada foi de 54.979,00 toneladas, sendo que 53.979,00 toneladas advêm de agricultores familiares, correspondendo a 99,8% da produção. Por sua vez, os dados da Safra Pecuária de 2015²⁵ revelaram que, em Rio Manso, a produção pecuária se baseia

²⁴ Os dados apresentam informações sobre a safra da produção agrícola municipal segundo as seguintes categorias: Cafeicultura, Cultura Anual de Grãos, Culturas Permanentes, Fruticultura, Olericultura e Outras Culturas. Para os produtos de cada categoria são apresentadas as seguintes informações: Área em Produção, Área em Formação, Área Total, Produtividade, Produção Anual Estimada, Número de Agricultores Familiares e Não Familiares e Produção da Agricultura Familiar.

²⁵ Os dados apresentam informações segundo as seguintes categorias: Apicultura, Avicultura de Corte Caipira e Tecnificado, Avicultura de Postura Caipira e Tecnificada, Bovinocultura de Leite,

na Bovinocultura de Leite - totalizando 4.930.000 litros de leite a partir do ordenhamento de 1.250 vacas, na Caprinocultura - possuindo 60 matrizes e produzindo 54.000 litros de leite, no Confinamento Bovino - sendo 1.200 animais confinados e uma produção total de 288,00 toneladas, e na produção de tilápia em Tanque Escavado - produzindo no total de 3,20 toneladas de tilápia. A produção da Bovinocultura de Leite é feita 92,36% por agricultores familiares, enquanto 100% da produção da Caprinocultura e da Tilápia em Tanque Escavado é feita por eles.

Com relação à produção orgânica, vale dizer que as informações disponibilizadas ainda são escassas. Em Rio Manso, segundo o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, disponibilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, há um CPF cadastrado com esse tipo de produção. Dentre a produção se encontra milho, ervilha, batata-inglesa, mandioca, aipim, brócolis, couve, couve-mineira, couve-crespa, agrião, couve-flor, espinafres (comum, da Nova Zelândia, etc), mostarda, repolho, rúcula, alface, alho porró, almeirão, pimentão, quiabo, tomate, abobrinha, berinjela, chuchu, jiló, morango, pepino, inhame, rabanete, batata-doce beterraba, cenoura, hortaliças, vagens, cebola, cebolinha, coentro, hortelã-pimenta, manjericão, alecrim, pimenta, salsa, tomilho, abacate, lichia, limão, manga e tangerina.

O Instituto Mineiro de Agropecuária também disponibiliza algumas informações, em especial, com relação ao cadastro de produtores. Um dos certificados

Caprinocultura, Confinamento Bovino, Outras Espécies Tanque Escavado, Ovinocultura, Suinocultura, Suinocultura Tecnificada e Tilápia Tanque Escavado e Tanque Rede. Para o produto de cada categoria são apresentadas as seguintes informações: Unidades de Produto, Produção total, Número de Agricultores Familiares e Não Familiares e Produção da Agricultura Familiar.

oferecidos pela instituição é SAT - referente à produção sem agrotóxicos²⁶. Outro certificado emitido pelo IMA é o de Produção Orgânica²⁷. Para o município de Rio Manso não existem estabelecimentos cadastrados para nenhum dos dois certificados. De todo modo, pode-se dizer que há um descompasso de certificação de produção orgânica no cadastro nacional (MAPA) e estadual (IMA), uma vez que o MAPA identifica 01 produtor orgânico e o IMA não possui cadastro de nenhum.

9.2 Emprego

Com relação ao emprego voltado à Agricultura, os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, revelaram que o total de vínculos ativos no Setor Agropecuário no município de Rio Manso em 2015 é de 36, o que corresponde a 6,74% do total dos vínculos ativos neste município. Na RMBH, em 2015, a participação do setor gira em torno de 0,57%, o que confirma o argumento de que essa informação não capta a expressividade que a agropecuária pode exercer em municípios menores da região.

²⁶ Disponível em: http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc_details/1198-produtores-certificados-em-sistema-sem-agrotoxicos. Acesso em: 05/04/2017.

²⁷ Disponível em: http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc_details/1184-produtores-cadastrados-na-certificacao-organica. Acesso em: 05/04/2017.

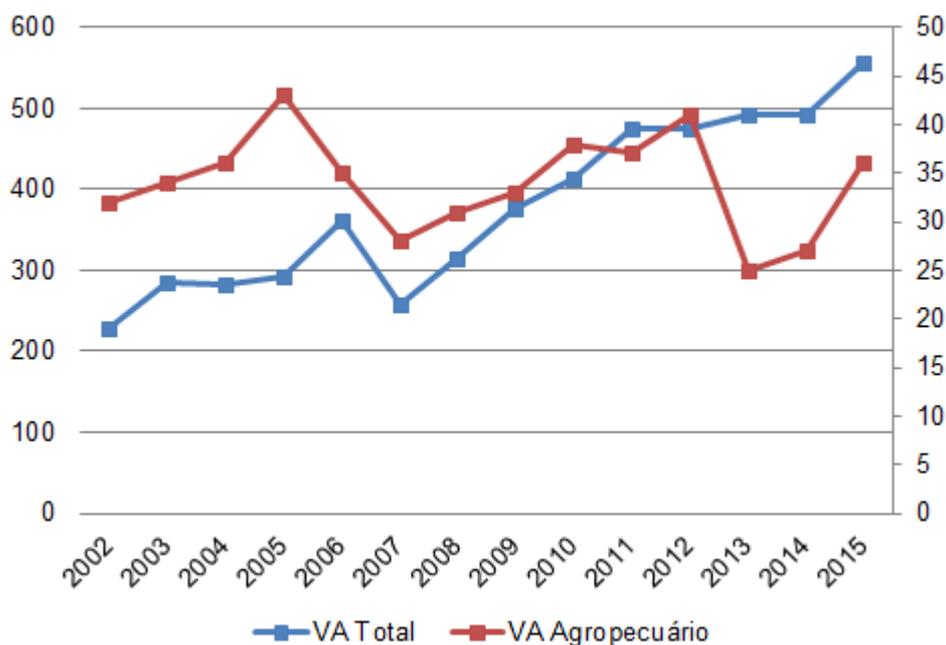
Quadro 26: População total e urbana (2000 e 2010), Rio Manso e RMBH

LUGAR	POPULAÇÃO TOTAL (2000)	POPULAÇÃO TOTAL (2010)	POPULAÇÃO RURAL (2000)	POPULAÇÃO RURAL (2010)	% RURAL (2000)	% RURAL (2010)
Rio Manso	4.646	5.276	1.784	2.466	38,40%	46,74%
RMBH	4.357.943	4.883.970	109.993	93.633	2,52%	1,92%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Atlas de Desenvolvimento Humano - Censo Demográfico (IBGE).

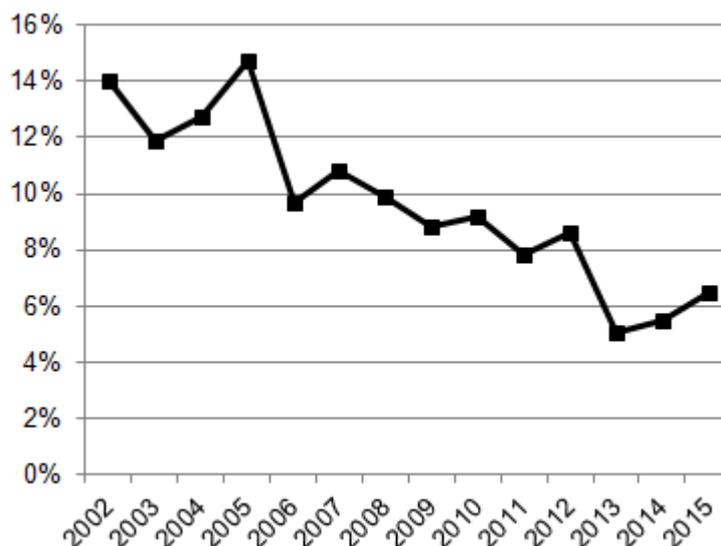
A Figura abaixo apresenta o total dos vínculos ativos na economia e no Setor Agropecuário, mostrando como esse apresentou uma baixa variação, se comparado aos outros grandes setores. Em geral, o crescimento dos vínculos ativos na economia de 2002 a 2015 foram revertidos numa ampliação dos vínculos ativos também no Setor Agropecuário, de 96 para 172. Na Figura em seguida é possível perceber um período de queda da participação do trabalho agropecuário no emprego total, especialmente, entre 2007 e 2013. Contudo, este tem se recuperado nos últimos anos.

Figura 49: Vínculos Ativos Total e no Setor Agropecuário (2002-2015), Rio Manso



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Ministério do Trabalho e do Emprego).

Figura 50: Participação do Setor Agropecuário nos Vínculos Ativos (2002-2015), Rio Manso



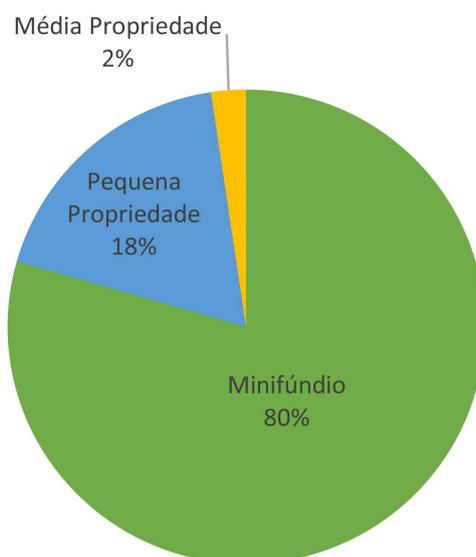
Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Ministério do Trabalho e do Emprego).

9.3 Estrutura Agrária

Com relação à estrutura agrária, segundo dados de 2005 disponibilizados pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural, o município de Rio Manso tem como unidade de referência o módulo fiscal de 20 hectares. O módulo fiscal (MF), estabelecido para cada município, busca refletir a área mediana e os módulos rurais existentes no mesmo, cuja área indica o tipo de exploração predominante no imóvel rural, segundo região de localização. O INCRA apresenta uma classificação fundiária do imóvel rural que identifica minifúndios (menor que 1 MF), pequenas propriedades (de 1 a 4 MF), médias propriedades (de 4 a 15 MF) e grandes propriedades (maior que 15 MF). Assim, o município de Rio Manso

possuía em 2005 um total de 820 imóveis rurais cadastrados, o que correspondia a 3,83% do total da RMBH. Esse total se divide em: 642 minifúndios, 147 pequenas propriedades, 19 médias propriedades e nenhuma grande propriedade. A Figura abaixo apresenta a proporção do número de imóveis em cada classificação.

Figura 51: Classificação dos Imóveis Rurais (2005), Rio Manso



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do INCRA (2005).

A extensão territorial de Rio Manso é de 23.154,00 hectares, segundo dados de 2015, de modo que o município ocupa 2,44% do território metropolitano. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, o total de Estabelecimentos Agropecuários em Rio Manso era de 1.132, distribuídos em 1.032 Estabelecimentos de Agricultura Familiar e 100 Estabelecimentos de Agricultura Não Familiar. Em termos de área, o total dos Estabelecimentos Agropecuários em Rio Manso possui 10.248 hectares, o que equivale a 44,3% do território municipal. Desse total, somente 6.329 hectares correspondem a Estabelecimentos de Agricultura Familiar, conforme apresenta o Quadro abaixo.

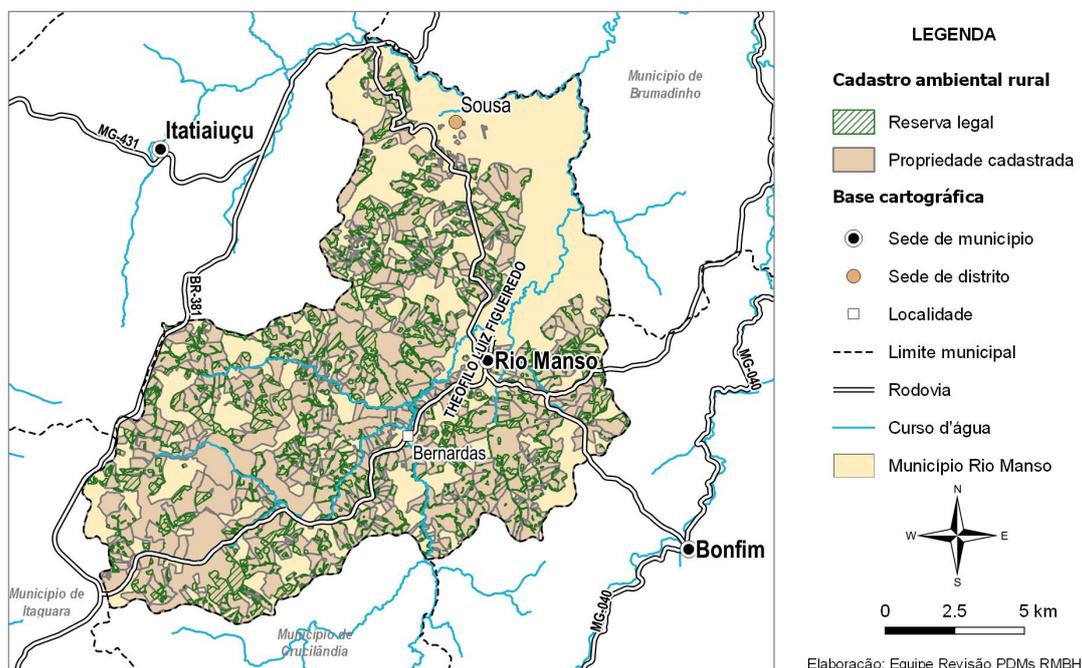
Quadro 27: Quadro comparativo da Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar, Rio Manso

DADO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	PORCENTAGEM DE ESTABELECIMENTOS (%)	ÁREA (HA)	PORCENTAGEM DA EXTENSÃO TERRITORIAL (%)
Extensão Territorial	-	-	23.154,00 ha	100%
Estabelecimentos de Agricultura Familiar	1.032	91,17%	6.329,00 ha	27,3%
Estabelecimentos de Agricultura Não Familiar	100	8,83%	3.919,00 ha	16,9%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Censo Agropecuário (2006).

A informação sobre os estabelecimentos agropecuários e imóveis rurais resultam de fontes de dados diferentes, respectivamente o Censo Agropecuário e o Cadastro do INCRA. Para além dessas fontes, o Serviço Florestal Brasileiro realiza o Cadastro Ambiental Rural – CAR de modo a registrar todos os imóveis rurais no país, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais. Em Rio Manso há um total de 892 imóveis cadastrados, somando 14.540,56 hectares de área, de modo que, comparado aos imóveis cadastrados pelo INCRA, há um superávit de cadastramento. A Figura abaixo apresenta a distribuição dos imóveis cadastrados no município de Rio Manso

Figura 52: Distribuição Espacial do Cadastro Ambiental Rural (CAR), Rio Manso



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do INCRA.

9.4 Transferências Governamentais e Crédito Rural

O Brasil apresenta um conjunto de legislações e marcos normativos voltados para o fortalecimento da Agricultura Familiar, que tem como um marco de referência o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006). Trata-se de créditos para o financiamento de projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O Quadro abaixo apresenta a evolução dos contratos e do valor do crédito concedido para o município de Rio Manso nos últimos anos. A redução da quantidade de contratos e do valor total transferido ao município na safra de 2015/2016 chega a menos da metade do exercício anterior, resultando em 91 contratos que somaram R\$ 1.605.828,15. Foi interrompida,

portanto, uma trajetória de crescimento constante do crédito destinado ao PRONAF.

Quadro 28: Evolução de Quantidade de Contratos e Crédito destinado ao PRONAF (2010-2015), Rio Manso

SAFRA	QUANTIDADE DE CONTRATOS	VALOR (R\$)
2010/2011	199	R\$ 1.992.804,14
2011/2012	182	R\$ 1.853.038,40
2012/2013	238	R\$ 3.850.722,76
2013/2014	207	R\$ 3.782.119,78
2014/2015	217	R\$ 4.197.334,98
2015/2016	91	R\$ 1.605.828,15

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do SIM PRONAF (MDA).

O total do Crédito Rural é a somatória de: (i) Créditos de Custeio; (ii) Créditos de Investimento; (iii) Créditos de Comercialização; (iv) Créditos do Pronaf; e (v) demais créditos contratados concedidos a agricultores empresariais. Para o ano de 2015, em Rio Manso, o total do Crédito Rural foi no valor de R\$ 5.568.331,53. Isso representa 1,31% do crédito total da RMBH de R\$ 425.576.984,39, uma representatividade alta, considerando que somente Belo Horizonte é responsável por 64,99% desse total.

Como orientação para a inclusão dos programas federais de incentivo à Agricultura Familiar, foi criada a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), um documento de identificação da Agricultura Familiar que pode ser obtido tanto pelo agricultor ou agricultora

familiar (pessoa física) quanto por empreendimentos familiares rurais, como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica). Em Rio Manso, há registros de 398 DAPs no total, sendo 247 DAPs Ativas.

Dentre os principais programas do governo de incentivo à Agricultura Familiar, pode-se incluir, ainda, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que compra produtos da Agricultura Familiar e os destina para o atendimento social e para a constituição de estoques de alimentos, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual atende alunos da educação básica. Segundo determinação da Lei Nº 11.947/2009, pelo menos 30% do valor repassado deve ser investido na compra direta de produtos da Agricultura Familiar, sendo priorizados os alimentos agroecológicos ou orgânicos. Os repasses financeiros do PNAE para o município de Rio Manso em 2015 somaram R\$ 28.300,00, divididos entre Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino de Jovens e Adultos (EJA). No Quadro abaixo, segue a evolução do repasse de 2012 a 2015. Não foram disponibilizados valores dos gastos com a aquisição de gêneros alimentares de Agricultura Familiar, de modo que não é possível afirmar se houve cumprimento da legislação acerca do mínimo de 30%.

Quadro 29: Repasses Financeiros do PNAE (2012 - 2015), Baldim

ANO	VALOR DOS REPASSES DO PNAE
2012	R\$ 35.436,00
2013	R\$ 30.860,00
2014	R\$ 32.020,00
2015	R\$ 28.300,00

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

10 MINERAÇÃO

Os levantamentos de dados referentes à mineração, aplicáveis tanto ao contexto de Rio Manso quanto aos demais municípios envolvidos no presente processo, buscam abranger questões **multi, inter e transdisciplinares** que a envolvem tanto como produto quanto como processo. Nessa perspectiva buscou-se compreender a mineração como atividade econômica, geradora de impactos potencialmente significativos sobre o meio ambiente e, em diversos contextos, estruturadora do espaço regional, metropolitano, municipal e local. Nesse universo o Estado foi abordado como agente regulador e, em determinados casos, promotor da atividade minerária.

Enquanto atividade econômica buscou-se compreender a presença da mineração no município de Rio Manso, sendo adotada, como fonte principal, a base de dados dos processos minerários cadastrados no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (2017).

Além dessa base de dados, outro aspecto econômico aqui trabalhado foi a presença da atividade minerária em dois indicadores econômicos municipais, o Valor Adicionado Fiscal - VAF e a arrecadação na forma de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários – CFEM. Ambos indicadores foram obtidos, para o município de Rio Manso, através do Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, edição 2013, elaborado pela Fundação João Pinheiro (2013).

No que se refere à relação entre a atividade minerária e as questões ambientais, o presente levantamento tomou como referência o fato desta ser uma atividade extrativa, com uso intensivo de recursos naturais tais como a água e os próprios minérios transformados em mercadoria, com impactos potenciais de significativas proporções. Nesse quesito foi adotada como fonte de dados os pareceres técnicos disponibilizados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e

Desenvolvimento Sustentável – SEMAD-MG, particularmente através das Superintendências Regionais de Meio Ambiente – SUPRAM, responsáveis pelos processos de licenciamento ambiental na instância estadual.

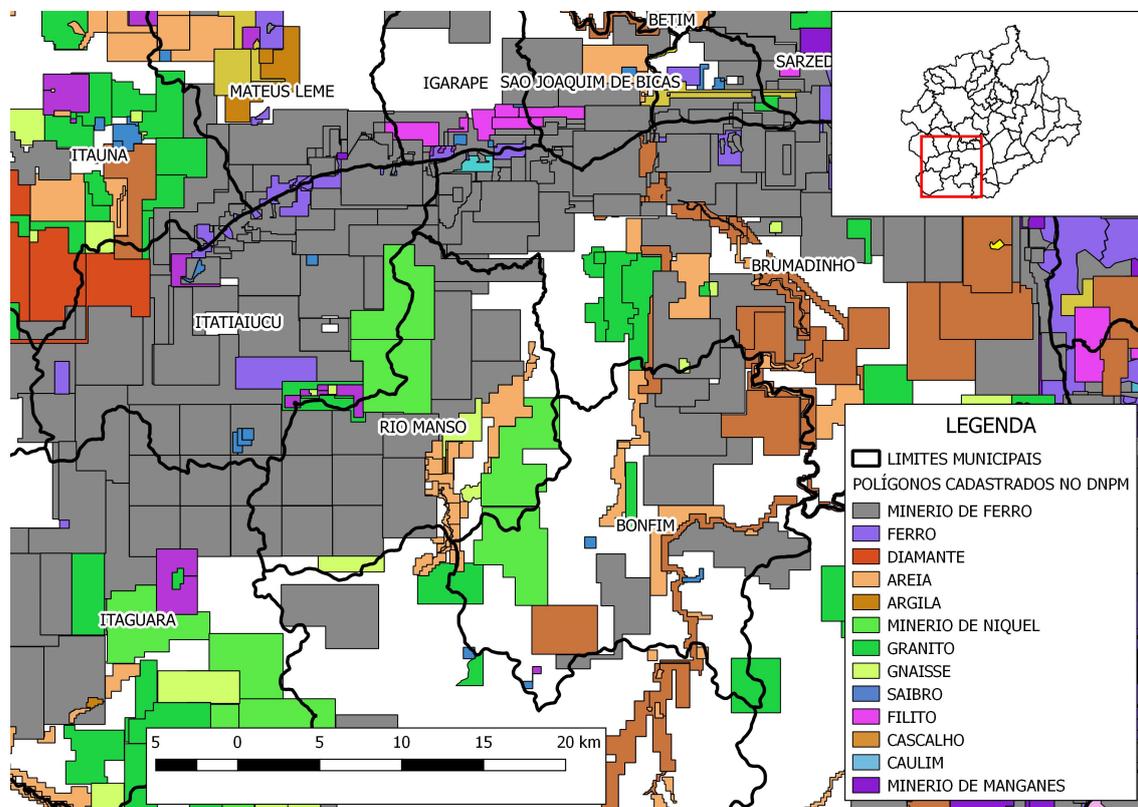
Para o levantamento da mineração enquanto atividade estruturadora do espaço regional, metropolitano, municipal e local, este se deu através de dois procedimentos complementares. Na escala regional foram buscados dados disponibilizados através do Anuário Mineral Estadual, elaborado pelo DNPM para o período compreendido entre 2010 e 2014 (DNPM, 2015). Nas escalas municipal e local foram trabalhadas bases georreferenciadas sobre imagens orbitais.

10.1 Repercussões regionais da atividade minerária no entorno do município de Rio Manso

O vetor sudoeste da RMBH, onde se localiza Rio Manso, é marcado por uma ampla faixa no sentido nordeste – sudoeste na qual predominam jazidas de ferro e minério de ferro. Na divisa entre os municípios de Rio Manso e Itatiaiuçu é notada a presença de jazidas de minério de níquel e, a leste, a montante do Reservatório de Rio Manso, operado pela Copasa, são identificadas concentrações de areia, gnaiss e argila.

É importante destacar que, nesses polígonos delimitados pelo DNPM, constam todos os regimes previstos no Regulamento do Código da Mineração (autorização, concessão, licenciamento, matrícula e monopólio), bem como as atividades de pesquisa e lavra (BRASIL, 1968). Isso implica que tais polígonos não são constituídos, exclusivamente, por áreas de extração de minérios, mas sim por delimitações ligadas às diferentes etapas que compõem a produção minerária.

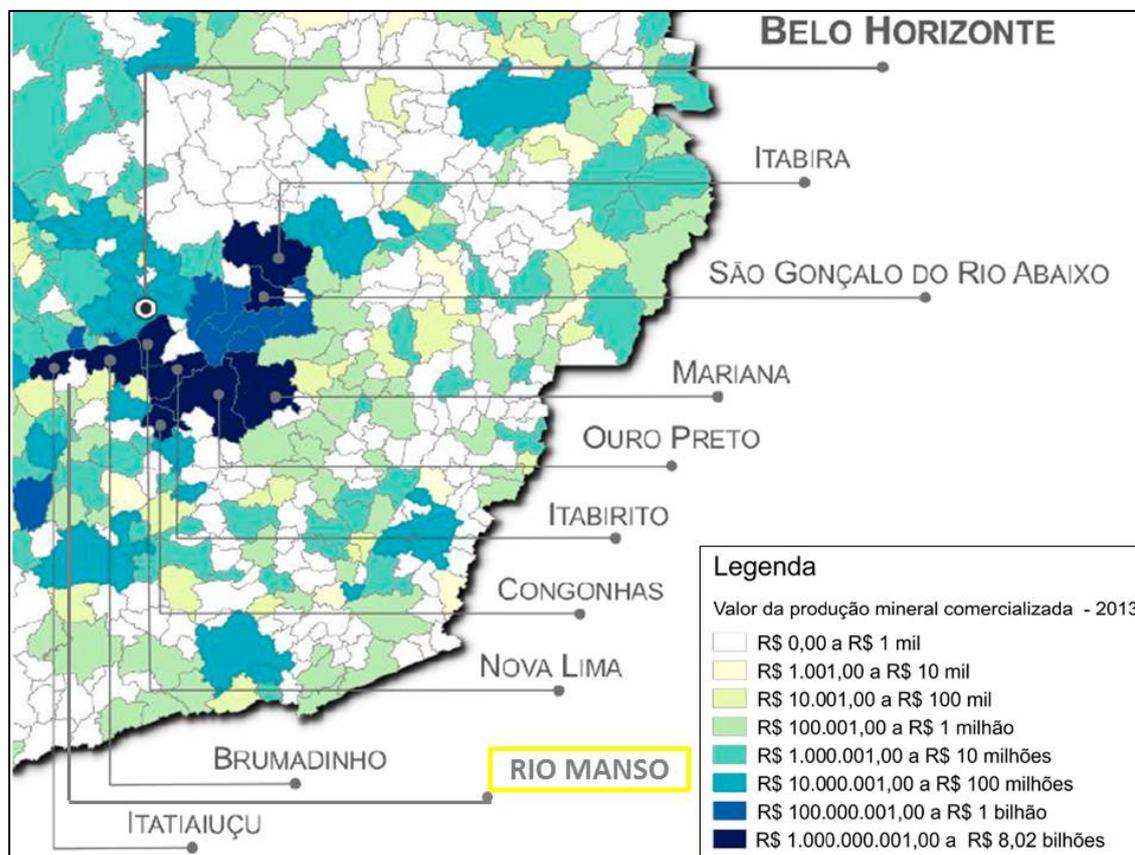
Figura 53: polígonos cadastrados no DNPM situados em Rio Manso e seu entorno



Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010; DNPM, 2013

No que envolve a extração propriamente dita, os dados em escala regional apontam para uma fragilidade dessa atividade no território municipal de Rio Manso.

Figura 54: valor da produção mineral comercializada por município – 2013

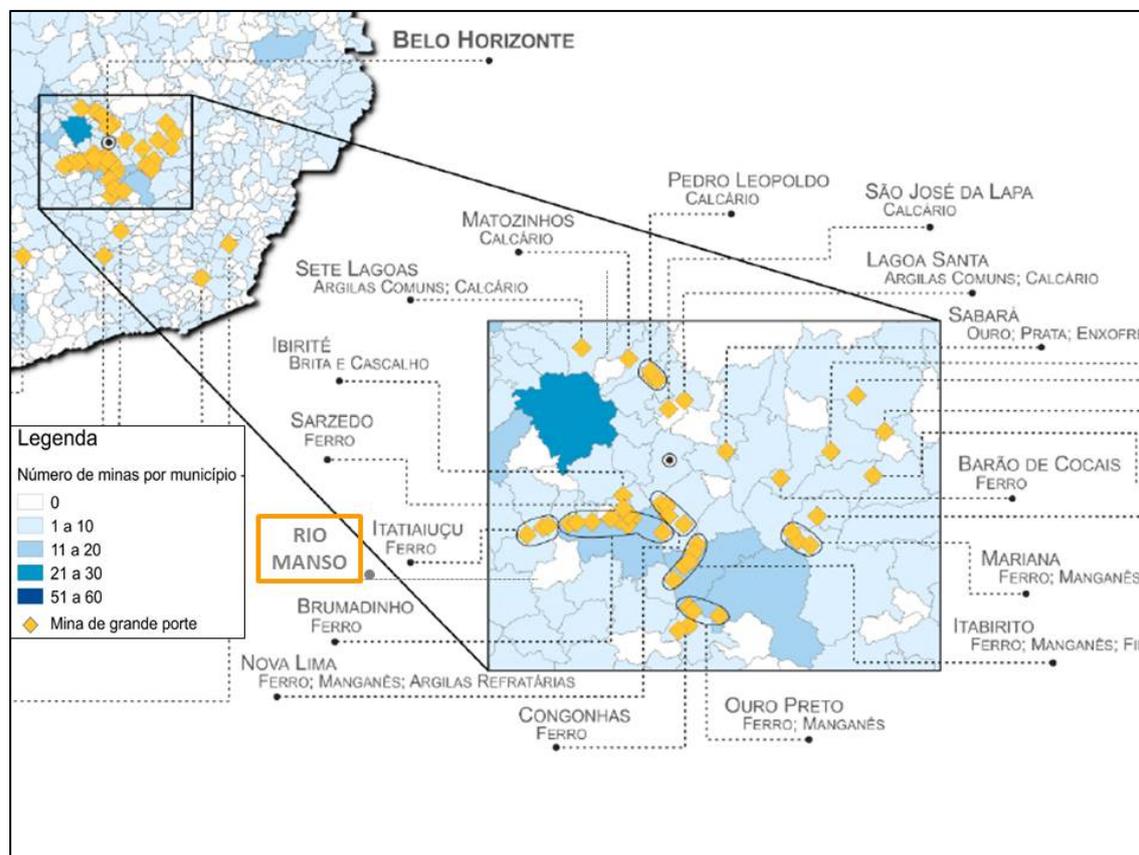


Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – DNPM, 2014

Na figura acima o município de Rio Manso, de acordo com o Anuário da Mineração em Minas Gerais, encontra-se na menor classificação referente à produção mineral comercializada no ano de 2013. Não foram identificadas discrepâncias significativas quanto a essa classificação nos demais anos (2010 a 2014) abordados no mesmo relatório (DNPM, 2015).

Tal situação é reforçada no cartograma da distribuição das minas, apresentado abaixo, em que não são identificadas minas em operação no município em análise. Chama a atenção, no entanto, a presença de minas de grande porte (cuja produção bruta é superior a 1.000.000 de toneladas por ano) em Itatiaiuçu e Brumadinho, municípios estes localizados no entorno imediato de Rio Manso

Figura 55: Cartograma da distribuição das minas por município – 2013



Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – DNPM, 2014

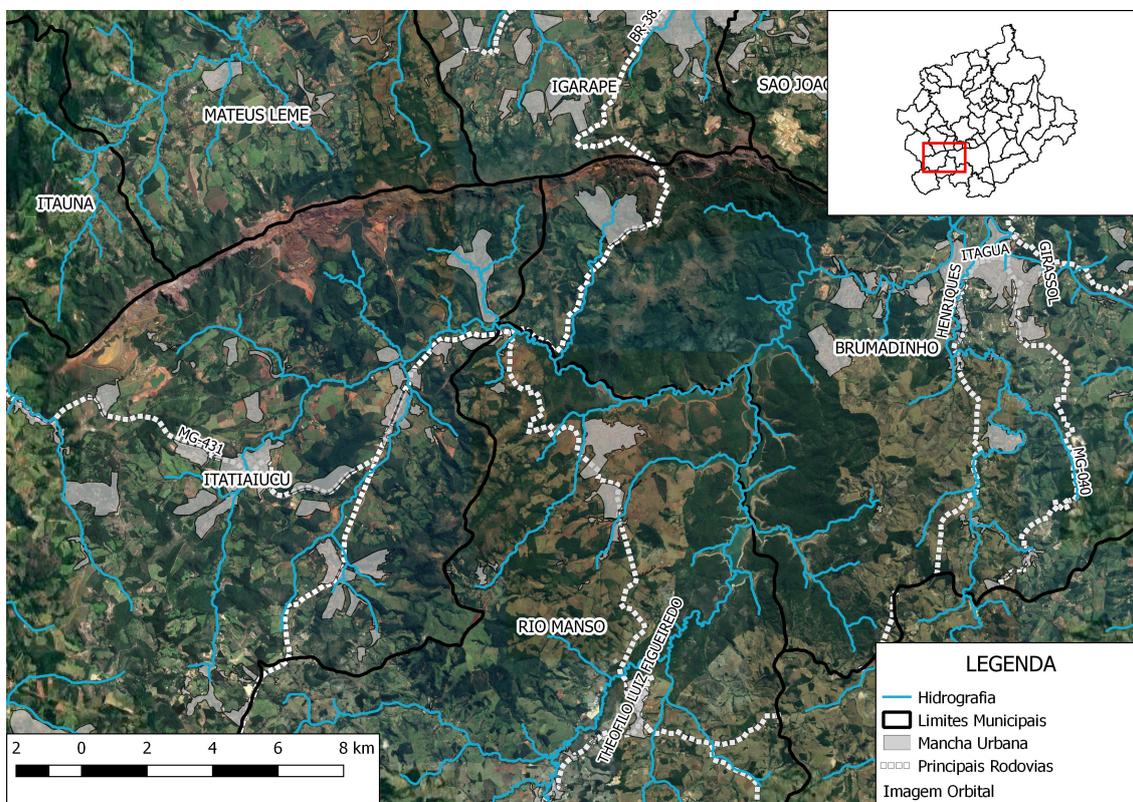
10.2 A atividade minerária no território municipal de Rio Manso

Apesar da aparente fragilidade da atividade minerária no município de Rio Manso, do ponto de vista da articulação intermunicipal tal atividade não deve ser desconsiderada.

Como pode ser verificado na imagem abaixo, a Serra de Itatiaiuçu, localizada ao norte do município aqui analisado, compõe um dos principais divisores de águas da sub-bacia do Rio Manso, onde se localiza um importante Reservatório de Água para consumo humano, operado pela Copasa. Pela figura é possível perceber, ao

menos, oito talvegues cujas áreas de recarga à montante tem sido objeto de atividade minerária, tributários do Reservatório de Rio Manso.

Figura 56: Repercussões da atividade minerária na Serra de Itatiaiuçu sobre o Reservatório de Rio Manso



Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010.

Além da situação acima discutida, existem 171 processos minerários cadastrados no DNPM no território de Rio Manso. Destes, 119 estão inativos e apenas 52 estão ativos. Nesse universo, 21 indicam o minério de ferro como substância principal; 20, o ouro ou o minério de ouro; 22, o caulim.

No âmbito da arrecadação, verifica-se que os valores obtidos através da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM apontam para um cenário de pouca expressividade da atividade minerária no município de Rio Manso

Quadro 30: Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM no município de Rio Manso

ANO	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO MINERAL (R\$ CORRENTES)
2000	0,00
2001	0,00
2002	0,00
2003	0,00
2004	0,00
2005	0,00
2006	853,99
2007	147,71
2008	0,00
2009	0,00
2010	484,51
2011	484,51

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013

Tal situação é reforçada quando analisada a participação da indústria extrativa mineral no Valor Adicionado Fiscal do município de Rio Manso. Entre 2000 e 2010, tal setor sempre correspondeu a patamares pouco relevantes no universo do VAF, estando, nesse período, sempre abaixo de 01% do montante total.

Quadro 31: Participação da indústria extrativa mineral no Valor Adicionado Fiscal do município de Rio Manso

ANO	PARTICIPAÇÃO DA EXTRATIVA MINERAL NO VAF (%)
2000	0,10
2001	0,20
2002	0,20
2003	0,20
2004	0,20
2005	0,00
2006	0,10
2007	0,00

2008	0,00
2009	0,03
2010	0,02

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013

11 ASPECTOS ECONÔMICOS

Os dados referentes aos Aspectos Econômicos que compõem este breve diagnóstico do município de Rio Manso têm o objetivo de garantir que os temas econômicos mais relevantes, por sua natureza interdisciplinar, sejam tratados de forma integrada do ponto de vista da totalidade das áreas temáticas e que estejam contemplados dentro das metas mais amplas de desenvolvimento econômico. Desse modo, pretende-se estabelecer um conjunto de informações básicas para possibilitar futuramente uma análise mais abrangente do município ao longo do Processo de Revisão do Plano Diretor.

Assim sendo, foram compreendidas as seguintes escalas de trabalho:

1. **Produção:** referente à concentração dos setores econômicos no município e sua implicação para os objetivos do projeto, que prevê um diálogo com a perspectiva metropolitana.
2. **Emprego e Renda:** considera o tamanho e a qualidade do mercado de trabalho no município características fundamentais para o desenvolvimento da região, particularmente quando a necessidade de reduzir o desemprego e de estimular setores mais dinâmicos é levada em consideração. Além disso, leva em consideração uma análise relativa à vulnerabilidade e ao estado de bem estar social no nível municipal, fortemente influenciados pela renda local, com rebatimentos na oferta de Serviços Públicos (Educação, Saúde e

Segurança Pública), Condições de Habitação e Amenidades Urbanas.

3. **Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade:** considera as condições de desigualdade, pobreza e vulnerabilidade, considerando a importante associação que deve existir entre o desempenho econômico e a distribuição de renda e a promoção da qualidade de vida urbana.
4. **Finanças Públicas:** compreende a capacidade financeira e orçamentária do município em promover políticas públicas e gerar infraestrutura, as quais, também, geram rebatimentos na oferta de Serviços Públicos (Educação, Saúde e Segurança Pública), Condições de Habitação e Amenidades Urbanas.

11.1 Produção

Uma análise preliminar sobre a produção econômica e geração de riqueza para o município pode ser realizada tendo em vista os dados do Produto Interno Bruto local tanto em termos agregados como em função de sua distribuição setorial. Ainda que represente a medida oficial e mais amplamente utilizada para caracterização da economia produtiva de determinada unidade geográfica, ressalta-se que os dados do PIB apresentam limitações uma vez que não incorporam em seu cálculo questões como a qualidade dos bens e serviços oferecidos, a distribuição do Produto final, as transações comerciais informais, dentre outros aspectos.

De todo modo, seu entendimento ajuda a perceber quais os principais setores responsáveis pela geração de renda e que, em certo sentido, apontam para um perfil econômico mais ou menos orientado por e para determinado setor (Agropecuária, Indústria ou Serviços).

Para composição do presente relatório foram utilizadas as informações oficiais fornecidas pelo IBGE.

De modo a possibilitar uma melhor compreensão a respeito da evolução e dinâmica do PIB local são apresentados os dados relativos ao período 2004 – 2014 (último ano disponibilizado) tanto no que concerne ao PIB total como por Valor Adicionado Bruto por setores²⁸. Os dados sobre PIB per capita, por sua vez, possuem série histórica menor (2010 – 2013) e são apresentados na seção Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade econômica. Para além das informações municipais todas as Quadros e Figuras foram elaborados em termos comparativos com os dados da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.

De modo a possibilitar uma melhor compreensão a respeito da evolução e dinâmica do PIB local são apresentados os dados relativos ao período 2004 – 2014 (último ano disponibilizado) tanto no que concerne ao PIB total como por Valor Adicionado Bruto por setores. Os dados sobre PIB per capita, por sua vez, possuem série histórica menor (2010 – 2013) e são apresentados na seção Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade econômica. Para além das informações municipais todas as Quadros e Figuras foram elaborados em termos comparativos com os dados da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.

A análise dos dados do PIB a preços correntes de Rio Manso indica significativa evolução no período analisado. O valor final passa de R\$ 18.599.000,00 em 2004

²⁸ O Valor Adicionado Bruto corresponde à contribuição de cada empresa/setor ao Produto Final descontado o seu consumo intermediário, ou seja, os gastos efetuados para a própria produção como os ligados à compra de matéria prima. O VAB sempre aparece em termos monetários e organizado segundo as diferentes categorias – agropecuária, indústria, serviços e administração pública – que compõem a economia local.

para R\$ 64.802.000,00 em 2014. Apresenta assim variação percentual de 248,42% com taxa de crescimento anual igual a 13,29%.

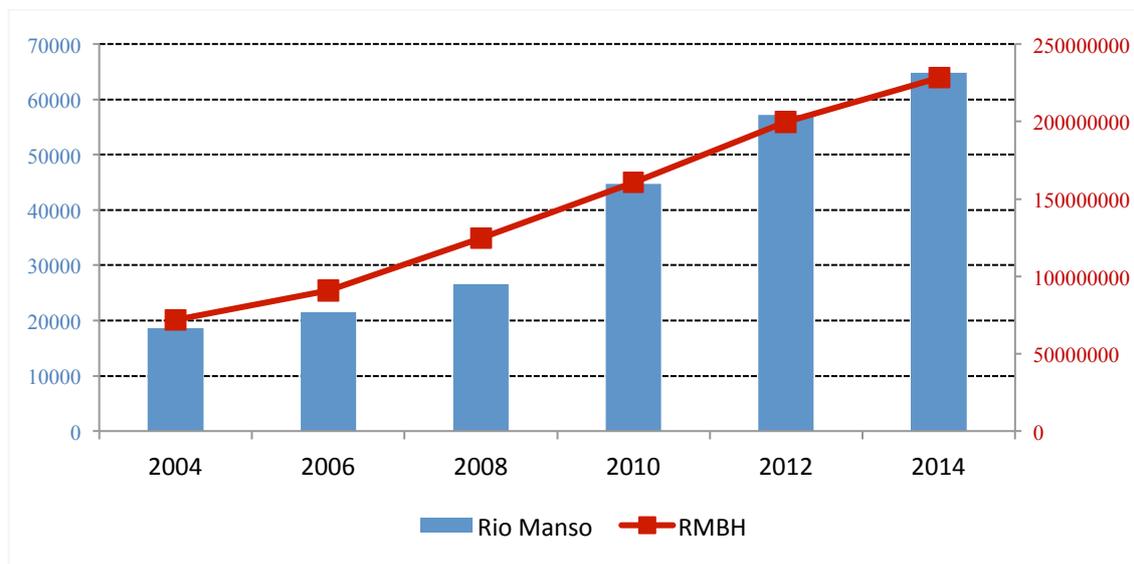
Quadro 32: PIB a preços correntes. 2004 - 2014. Rio Manso e RMBH

Ano	PIB Preços Correntes (mil reais)		Representatividade
	Rio Manso	RMBH	
2004	18.599,00	71.802.492,00	0,03%
2005	20.650,00	80.335.006,00	0,03%
2006	21.468,00	90.914.533,00	0,02%
2007	23.708,00	105.126.590,00	0,02%
2008	26.624,00	124.733.451,00	0,02%
2009	37.609,00	127.738.998,00	0,03%
2010	44.727,00	160.497.850,00	0,03%
2011	50.560,00	182.774.152,00	0,03%
2012	57.243,00	199.649.079,00	0,03%
2013	61.025,00	222.833.072,00	0,03%
2014	64.802,00	228.096.052,00	0,03%
Variação percentual	248,42%	217,67%	-
Taxa de crescimento anual	13,29%	12,25%	-

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

Em termos comparativos, percebe-se que Rio Manso apresenta variação percentual e taxa de crescimento maiores que da RMBH como um todo. A representatividade do PIB local em relação ao metropolitano apresenta-se praticamente constante e igual a 0,03%. A Figura abaixo permite uma melhor visualização dos dados de evolução ao longo do tempo.

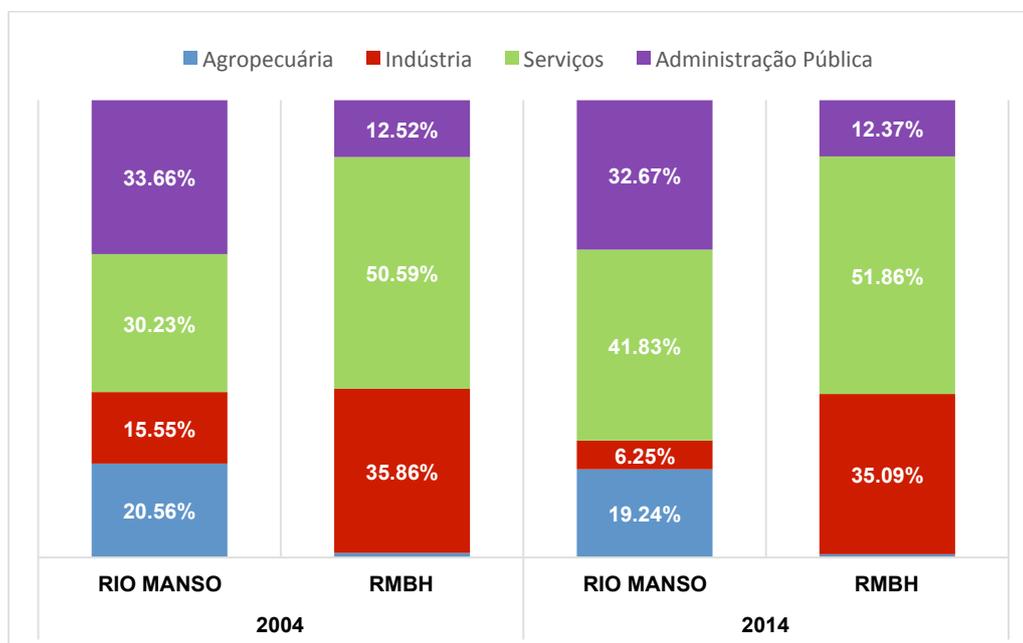
Figura 57: Evolução do PIB a preços correntes (R\$ mil). Rio Manso e RMBH. 2004-2014



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

Em termos da distribuição setorial, observa-se que tanto no município como na RMBH o Setor de Serviços – incluindo a Administração Pública - é o responsável pela maior participação no PIB.

Figura 58: Composição setorial do PIB em percentuais do Valor Adicionado Bruto. Rio Manso e RMBH. 2004, 2014



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

Sublinha-se ainda a considerável participação da Agropecuária na composição do Produto municipal, a qual passa por aumento no período analisado. A Indústria, por outro lado, tem significativa redução de seu percentual.

A RMBH apresenta, por sua vez, uma distribuição percentual praticamente uniforme no período. Entre 2004 e 2014 há assim pouca reconfiguração setorial da produção de riqueza e produtos finais na Região como um todo. O quadro abaixo apresenta os dados de cada setor em valores absolutos.

Quadro 33: Valor Adicionado Bruto por setores (R\$ mil). Baldim e RMBH. 2004, 2014.

Setores	2004		2014	
	Rio Manso	RMBH	Rio Manso	RMBH
Agropecuária	3.601,00	624.163,00	11.656,00	1.346.869,00
Indústria	2.724,00	21.573.168,00	3.785,00	69.425.676,00

Serviços	5.295,00	30.434.567,00	25.337,00	102.598.004,00
Administração Pública	5.895,00	7.531.541,00	19.789,00	24.474.677,00
Total	17.515,00	60.163.439,00	60.567,00	197.845.226,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pesquisa PIB Municipal (IBGE).

11.2 Emprego e Renda

A percepção a respeito da produção da riqueza municipal por meio das informações sobre o PIB pode ser mais bem entendida através da visualização da distribuição setorial do emprego. Por meio dela observam-se quais as principais atividades estabelecidas no interior de cada um dos setores que adicionam valor ao Produto final bem como a capacidade de cada uma delas na geração de emprego.

Os dados apresentados e discutido a seguir são da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, organizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. No nível municipal, a RAIS apresenta-se como a principal fonte de informações sobre o comportamento do mercado de trabalho e, portanto, para muitos aspectos do funcionamento da economia. A informação, no entanto, apresenta relativa limitação uma vez que diz respeito apenas aos empregados da do mercado de trabalho formal não contemplando assim uma expressiva parcela de trabalhadores ocupados em atividades informais.

Para a análise foram utilizados dados do período 2007 – 2015 (último ano disponibilizado) tanto para Rio Manso como para toda a RMBH.

O Quadro a seguir apresenta as distribuições percentuais de emprego por Grandes Setores nos anos 2007, 2011 e 2015. A última linha – Valor Absoluto – apresenta o número total de empregados na economia formal tanto em Rio Manso como na RMBH.

**Quadro 34: Distribuição setorial (%) da mão de obra formal empregada. Rio Manso, RMBH.
 2007, 2011, 2015**

Grande Setor	2007		2011		2015	
	Rio Manso	RMBH	Rio Manso	RMBH	Rio Manso	RMBH
Indústria	18,99%	14,95%	19,62%	14,37%	24,46%	13,84%
Construção Civil	0,78%	7,57%	0,00%	8,75%	0,00%	7,79%
Comércio	9,69%	14,70%	23,00%	15,65%	21,76%	17,66%
Serviços	59,69%	62,08%	49,58%	60,76%	47,30%	60,14%
Agropecuária	10,85%	0,71%	7,81%	0,46%	6,47%	0,57%
Valor Absoluto	258	1.665.625	474	1.962.763	556	1.794.120
Variação percentual 2007 -2015					115,50%	7,71%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE

Como se percebe há em Rio Manso expressivo aumento do número de empregos formais – 115,5% -, concentrados, sobretudo nos setores industriais e de comércio. Em termos absolutos percebe-se que são muito baixos os vínculos ativos declarados o que pode sinalizar para uma alta defasagem da base da RAIS em relação ao município.

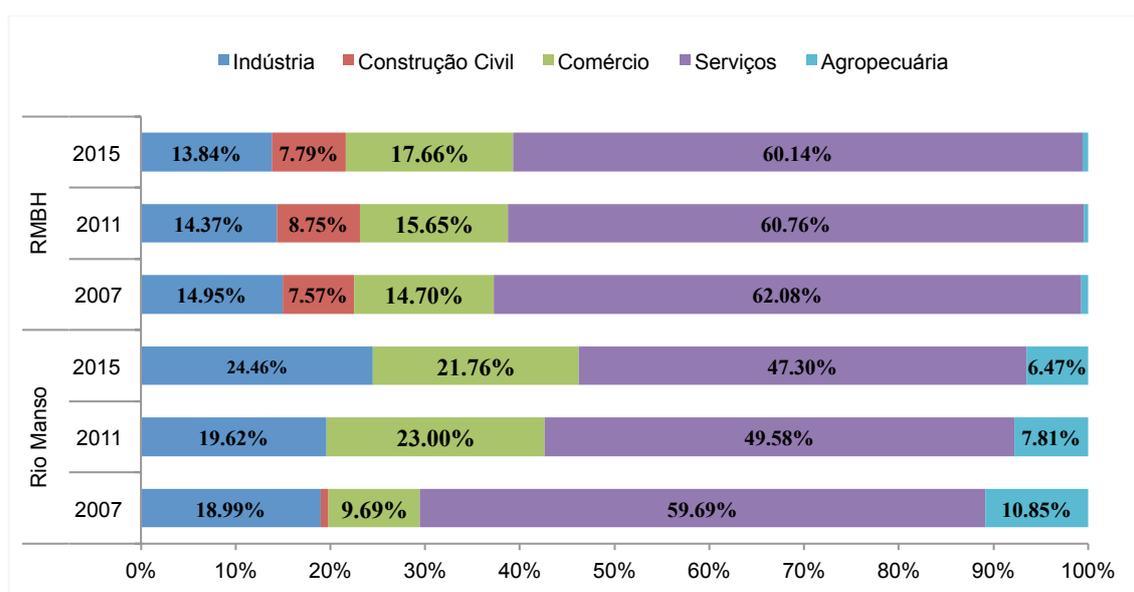
Na localidade, no que concerne à participação percentual observa-se significativa queda do setor de serviços na composição bem como da Agropecuária. A Indústria, por outro lado, aumenta seu percentual acompanhado do Comércio que passa de 9,09% em 2007 para 21,76% em 2015.

Em termos agregados para a RMBH, a distribuição percentual do emprego mostra-se praticamente uniforme ao longo do período. Sublinha-se que apesar de ocorrer variação positiva no número de empregados entre 2007 e 2015, em período mais recente o movimento é de queda. Conforme apontado na Quadro anterior, em 2011 a RMBH contava com 1.962.763 vínculos ativos nos diferentes setores, valor que passa para 1.794.120 em 2015, ou seja, variação percentual de

-8,59%. A questão do emprego formal e, por conseguinte da segurança dos trabalhadores em termos previdenciários demonstra-se como ponto de atenção especial a ser levado em conta na formulação das políticas públicas de planejamento no território metropolitano.

O setor de Serviços apresenta-se como o de maior participação percentual na geração de empregos e é seguido do Comércio. Em 2015 ambos respondiam por aproximadamente 78% do número de vínculos ativos. A Indústria, seguida pela Construção Civil, compõem os demais 22%. Na RMBH como um todo o setor Agropecuário tem participação percentual bastante baixa, igual a 0,57% em 2015, conforme aponta a Figura abaixo.

Figura 59: Distribuição setorial (%) do emprego formal. Rio Manso, RMBH.



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE

A decomposição dos Grandes Setores permite visualizar quais atividades no interior de cada um deles é a responsável pelos maiores ou menores vínculos ativos tanto para Rio Manso como para a RMBH. Os Quadros a seguir apresentam tais informações. Os dados foram reunidos para o período que vai de

2005 a 2015, de modo a mapear os movimentos atuais de empregabilidade na localidade. As atividades aparecem listadas em termos decrescentes segundo o volume de mão de obra empregada no último ano analisado.

Quadro 35: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. Rio Manso. 2005 – 2015

Classificação das Atividades	Ano						Variação 2005 - 2015
	2015	2013	2011	2009	2007	2005	
Administração Pública	210	229	202	193	133	130	61,54%
Prod. Mineral Não Metálico	113	90	64	40	42	44	156,82%
Comércio Varejista	112	73	105	58	25	35	220,00%
Agricultura	36	25	37	33	28	43	-16,28%
AlojComunic	27	45	17	12	12	1	2600,00%
Alimentos e Bebidas	21	6	28	22	7	14	50,00%
Comércio Atacadista	9	4	4	0	0	1	800,00%
Transporte e Comunicações	8	6	7	8	2	2	300,00%
Instituição Financeira	6	5	6	5	5	0	-
Adm Técnica Profissional	6	4	1	1	1	0	-
Médicos Odontológicos Vet	3	2	2	2	1	1	200,00%
Ensino	3	0	0	0	0	0	-
Extrativa Mineral	2	2	0	0	0	0	-

Elétrico e Comunic	0	0	0	0	0	21	-100,00%
Total	556	491	474	375	258	292	90,41%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.

Para Rio Manso, a Administração Pública – inserida no setor terciário - é aquela que assume o maior número de vínculos, semelhantemente à RMBH. Segue-se a ela a Prod. Mineral não Metálico.

Em termos de variações percentuais positivas destacam-se as seguintes categorias:

1. AlojComunic²⁹: 2600%;
2. Comércio Atacadista: 800%;
3. Comércio Varejista: 220%;
4. Prod. Mineral Não Metálico: 156,82%;

Ressalta-se que a primeira e a segunda, apesar do expressivo acréscimo percentual, tem muito baixa expressão em termos absolutos no volume de mão de obra empregada. As demais categorias aglutinam alta variação percentual com expressiva representatividade absoluta.

Em termos de variações percentuais negativas, destacam-se as seguintes atividades:

1. Elétrico e Comunic: -100%;
2. Agricultura: -16%

²⁹Incorpora serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação

A primeira, por sua vez, apresentou vínculos ativos apenas em 2005, o qual se tornou nulo nos demais exercícios. A agricultura passa de 43 para 36 postos de trabalho.

Em relação à RMBH percebe-se que a Administração Pública é também a maior empregadora. Comércio Varejista e Construção Civil também são fontes importantes de geração de empregos formais para a Região. Para a RMBH apresentam as maiores variações positivas as seguintes atividades:

1. Extrativa Mineral: 79,36%;
2. Ensino: 78,10%;
3. Comércio Atacadista: 71,88%;
4. Indústria Mecânica: 68,95%;
5. Material de Transporte: 58,12%.

Em termos de redução, as quedas percentuais mais expressivas mostram-se para as seguintes classificações:

1. Indústria Calçados: -52,18%;
2. Indústria Têxtil: -37,56%;
3. Administração Pública: -11,79%;
4. Indústria Metalúrgica: -6,33%
1. Serviço Utilidade Pública: -0,26%

**Quadro 36: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. RMBH.
 2005 – 2015**

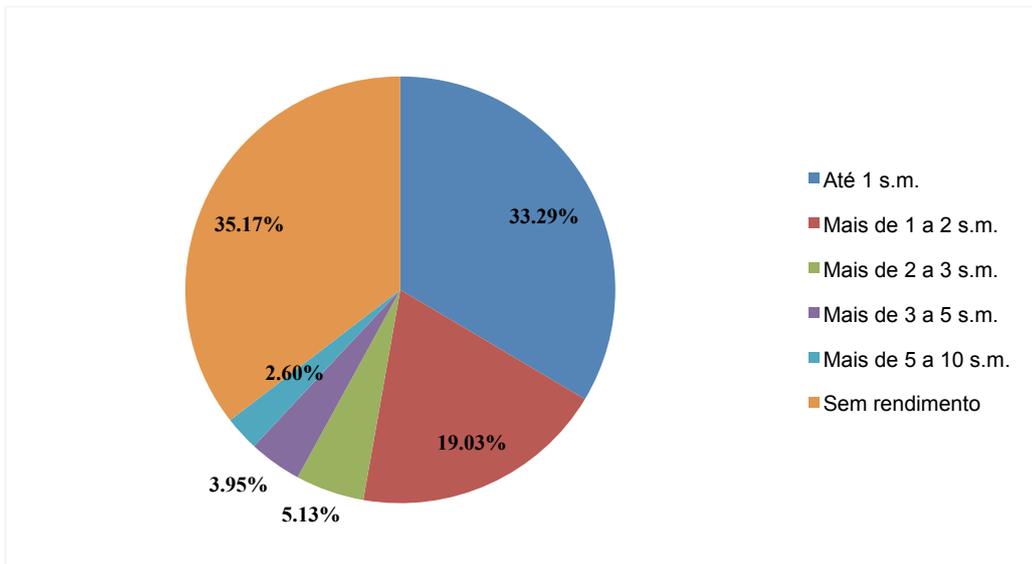
Classificação das Atividades	Ano						Variação 2015 - 2005
	2015	2013	2011	2009	2007	2005	
Administração Pública	335.235	408.229	426.003	421.018	428.370	380.045	-11,79%
Adm Técnica Profissional	273.006	314.859	292.676	255.231	227.416	182.059	49,95%
Comércio Varejista	249.358	256.749	242.882	213.702	196.244	174.453	42,94%
AlojComunic	177.748	176.289	194.292	176.711	157.288	157.093	13,15%

Construção Civil	139.761	171.528	171.759	154.001	126.144	102.378	36,51%
Transporte e Comunicações	118.333	123.424	121.808	103.373	93.104	83.078	42,44%
Médicos Odontológicos Vet	78.076	74.554	68.835	63.419	56.278	56.674	37,76%
Comércio Atacadista	67.419	68.800	64.280	54.719	48.550	39.224	71,88%
Ensino	65.874	61.885	56.848	48.474	42.963	36.988	78,10%
Alimentos e Bebidas	41.639	40.415	36.035	37.950	34.702	28.374	46,75%
Material de Transporte	35.011	48.904	43.380	33.458	33.702	22.142	58,12%
Indústria Metalúrgica	33.010	40.125	43.601	38.785	40.674	35.242	-6,33%
Instituição Financeira	30.767	30.547	32.203	28.928	28.562	24.169	27,30%
Serviço Utilidade Pública	24.851	25.498	24.703	24.966	25.521	24.917	-0,26%
Indústria Mecânica	19.967	23.674	26.409	20.764	19.337	11.818	68,95%
Indústria Química	19.905	22.565	22.710	20.695	20.028	18.914	5,24%
Prod. Mineral Não Metálico	14.293	15.974	15.871	13.856	12.682	12.013	18,98%
Extrativa Mineral	13.723	18.015	12.128	9.115	7.326	7.651	79,36%
Agricultura	10.158	10.538	9.034	9.562	11.762	9.598	5,83%
Indústria Têxtil	9.712	13.030	14.462	15.434	15.925	15.554	-37,56%
Elétrico e Comunic	9.647	11.486	11.049	9.247	8.796	7.431	29,82%
Papel e Gráf	9.533	11.103	11.658	11.516	11.124	9.170	3,96%
Borracha, Fumo, Couros	8.438	9.248	8.411	8.209	8.039	7.738	9,05%
Madeira e Mobiliário	7.745	9.637	10.178	9.541	9.152	6.933	11,71%
Indústria Calçados	911	1.366	1.548	1.454	1.936	1.905	-52,18%
Total	1.794.120	1.988.442	1.962.763	1.784.128	1.665.625	1.455.561	23,26%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.

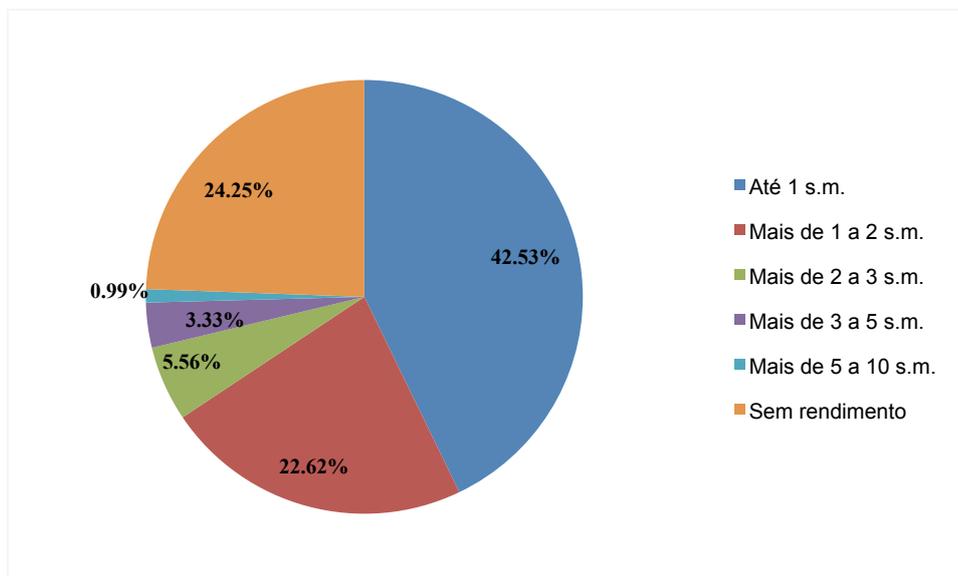
As reconfigurações no mercado de trabalho pela qual passam tanto Rio Manso como a RMBH acabam por resultar conseqüentemente em alterações no perfil da remuneração da população residente. As Figuras abaixo apresentam a distribuição da população por faixas de rendimento no município. Os dados apresentados referem-se aos anos 2000 e 2010 e foram extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Levam-se aqui em conta todas as pessoas com 10 anos ou mais com rendimentos.

Figura 60: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Rio Manso. 2000.



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

Figura 61: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Rio Manso. 2010.

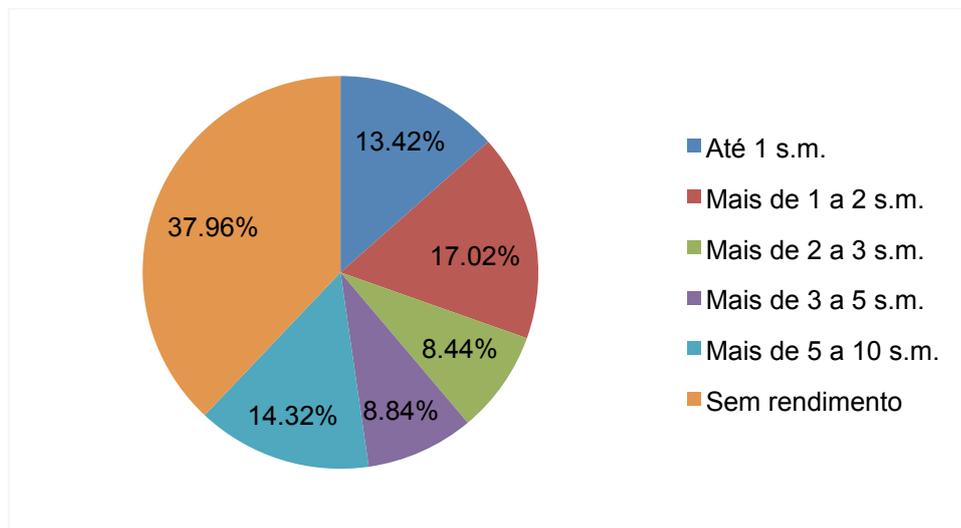


Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

Como se percebe, no período analisado há significativo aumento da população com recebimento até 2 salários mínimos, faixa que responde em 2010 por mais de 65% dos residentes no municípios. A outra grande parcela encontra-se na categoria sem rendimentos, a qual, no entanto, diminui no período destacado. Uma vez que todas as demais faixas acima de 2 s.m. também passam por redução percentual no período, percebe-se que a entrada das pessoas em atividades geradoras de renda se dá pelos níveis de menores de rendimento. Percebe-se ainda singelo aumento no percentual da população que percebe rendimentos entre 2 e 3 s.m. A caracterização recente do mercado formal de trabalho apontada acima, ainda que marcada pelo aumento dos postos de emprego, demonstra que as atividades que absorveram mão de obra estavam concentradas em nichos de menor especialização/remuneração.

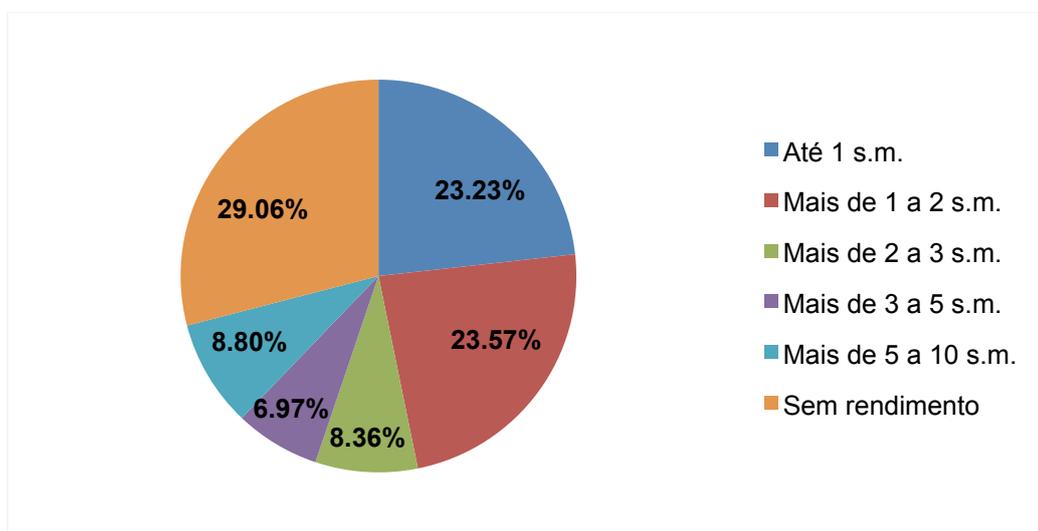
De modo geral, na RMBH a realidade é semelhante à de Rio Manso. Percebe-se, no entanto, que em 2000 a distribuição da população entre das faixas de rendimento mostrava-se mais equânime na Região como um todo que em relação ao município. Em 2010, a mudança mostra-se então mais abrupta concentrando fortemente a população metropolitana em níveis de remuneração mais baixos.

Figura 62: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2000.



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

Figura 63: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2010.



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

O Quadro a seguir apresenta as informações em valores absolutos para ambas as unidades geográficas. Conforme se percebe, a queda de participação percentual das pessoas com menores remunerações não se dá unicamente pelo aumento da população ao longo do tempo que ocupa espaços de rendimentos menores, mas também pela perda absoluta de pessoas nos níveis mais elevados.

Quadro 37: Pessoas com 10 anos ou mais por faixa de rendimento nominal e variação percentual. 2000, 2010. Rio Manso e RMBH.

Faixa de Rendimento	2000		2010		Variação Rio Manso	Variação RMBH
	Rio Manso	RMBH	Rio Manso	RMBH		
Até 1s.m.	1.291	531.371	1.980	1.090.809	53,37%	105,28%
Mais de 1 a 2 s.m.	738	674.006	1.053	1.106.743	42,68%	64,20%
Mais de 2 a 3 s.m.	199	334.238	259	392.570	30,15%	17,45%
Mais de 3 a 5 s.m.	153	350.278	155	327.428	1,31%	-6,52%
Mais de 5 a 10 s.m.	101	326.799	46	251.041	-54,46%	-23,18%
Mais de 10 a 20 s.m.	17	150.000	24	104.903	41,18%	-30,06%
Mais de 20 s.m.	15	90.286	9	57.347	-40,00%	-36,48%
Sem rendimento	1.364	1.503.620	1.129	1.364.442	-17,23%	-9,26%
Valor absoluto	3.878	3.960.598	4.656	4.695.283	20,06%	18,55%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE

Quanto maior a faixa de rendimento maior também a redução da população nela encontrada. No outro extremo, quanto menor a faixa maior o acréscimo populacional. Enquanto a variação da população analisada no período é de apenas 20,06% e 18,55% para Rio Manso e para a RMBH respectivamente, os aumentos na faixa de pessoas que percebem rendimentos de até 1 s.m. é de 53,37% e 105,28%. Para Rio Manso, nota-se que em uma faixa exclusiva de alta renda – entre 10 e 20 s.m. – houve aumento do número de indivíduos no período analisado. A variação positiva é da ordem de 41%.

Tal cenário ajuda a compreender de forma preliminar o modo como a renda é distribuída nas unidades geográficas bem como a vulnerabilidade da população

em termos monetários. Os indicadores apontados a seguir contribuem para um melhor entendimento desse quadro.

11.3 Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade

Para a análise das condições ligadas às condições de desigualdade, pobreza e vulnerabilidade são utilizados os indicadores calculados através do Atlas de Desenvolvimento Humano – ADH para os anos 2000 e 2010³⁰.

No escopo da presente análise preliminar foram elencados 05 indicadores ligados à temática econômica. São eles:

- 1. Índice de Gini (GINI):** Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade a 1, quando a desigualdade é máxima.
- 2. Razão 10 por 40 (R1040):** Compara a renda per capita média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico dessa distribuição com a renda per capita média dos indivíduos pertencentes aos dois quintos mais pobres.

³⁰ O Atlas caracteriza-se como: “Uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 20 Regiões Metropolitanas (RM) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O Atlas traz, além do IDHM, mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. A ferramenta oferece um panorama do desenvolvimento humano e da desigualdade interna dos municípios, estados e regiões metropolitanas”.

3. **Percentual de extremamente pobres (PIND):** Igual à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010.
4. **Percentual de vulneráveis à pobreza (PPOB):** Igual à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data.
5. **Renda per capita do 1 quinto mais pobre (CORTE 1):** Igual ao valor máximo da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao quinto mais pobre de determinada distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.
6. **Renda per capita do décimo mais rico (CORTE 9):** Igual ao valor mínimo da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico de determinada distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.

Os dados são apresentados de modo comparativo entre Rio Manso, a RMBH e o Brasil.

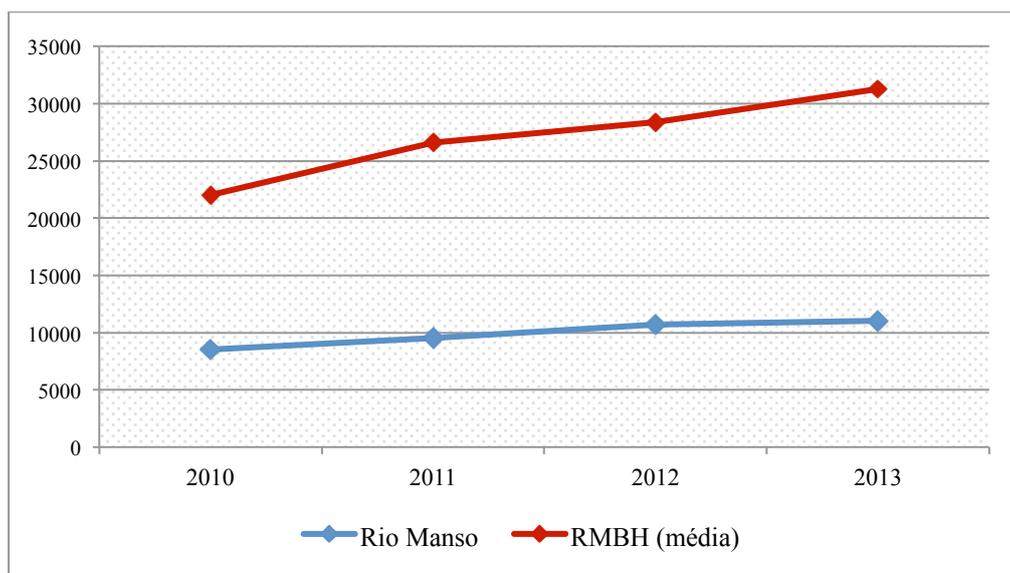
Anterior, porém à exposição dos indicadores apontam-se a seguir os dados relativos ao PIB per capita de Rio Manso bem como da Região Metropolitana. Tal informação fornece uma primeira aproximação a respeito da distribuição da riqueza em determinado território.

De maneira geral percebe-se uma trajetória ascendente dos valores relativos ao PIB per capita tanto no município de Rio Manso como na RMBH, conforme ilustrado pela Figura abaixo.

Como se vê, os valores municipais (linha azul) mostram-se mais baixos que a média metropolitana (linha vermelha). Enquanto o PIB per capita de Rio Manso passa de R\$ 8.510,96 em 2010 para R\$ 11.059,02 em 2013 - variação percentual

de 29,94% e taxa de crescimento anual de 9,12% - o PIB per capita da RMBH parte de 22.000,67 para 31.273,43 – variação percentual de 42,15% e taxa de crescimento anual de 12,44%..

Figura 64: Evolução do PIB per capita. 2010-2013. Rio Manso e RMBH.



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

Quadro 38: PIB per capita, variação percentual e taxa de crescimento anual. 2010 - 2013. Rio Manso e RMBH.

Ano	PIB per capita	
	Rio Manso	RMBH (média)
2010	8.510,96	22.000,67
2011	9.526,74	26.573,73
2012	10.702,77	28.400,36
2013	11.059,02	31.273,41
Variação percentual	29,94%	42,15%
Taxa de crescimento anual	9,12%	12,44%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

A divisão do PIB total pelo número de habitantes, no entanto, não indica em termos reais a estrutura de distribuição de renda de determinada localidade, podendo ocorrer de uma unidade geográfica possuir maior PIB per capita que outra, mas padrões de desigualdade mais elevados.

De forma geral, os índices calculados pelo ADH revelam uma realidade virtuosa no que diz respeito à diminuição das condições de pobreza, vulnerabilidade e desigualdade no município de Rio Manso. Assim, apesar do incremento de indivíduos nas menores faixas de recebimento como visto no item anterior, tal movimento não se reflete necessariamente em maiores condições ou propensões de miséria e concentração de renda.

Em verdade, o que se tem é uma realidade na qual existe de fato maior distribuição de renda, porém com rendimentos individuais equalizados a um nível cada vez mais baixo. Tal cenário apresenta implicações diretas com as políticas de desenvolvimento urbano uma vez que a oportunidade de geração de renda e o volume dela recebido influenciam de modo agudo nas possibilidades de ocupação do solo das famílias residentes, em seus padrões de deslocamento, acesso a equipamentos públicos e serviços privados, dentre outras questões.

Quadro 39: Índices de GINI, R1040, PIND, PPOB, Corte 1 e Corte 9 - Atlas do Desenvolvimento Humano. 2000, 2010. Rio Manso, RMBH e Brasil

Índice	2000			2010		
	Rio Manso	RMBH	Brasil	Rio Manso	RMBH	Brasil
Gini	0,46	0,61	0,64	0,43	0,59	0,60
R1040	10,35	24,21	30,31	9,32	20,13	22,78
PIND	8,04%	3,92%	12,48%	0,99%	1,25%	6,62%
PPOB	61,15%	36,07%	48,39%	29,23%	19,33%	32,56%
Corte1	98,26	162,30	98,26	213,75	263,75	170,00

Corte9	479,66	1.708,08	1.268,86	862,50	2.166,67	1.533,50
--------	--------	----------	----------	--------	----------	----------

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do ADH.

Rio Manso se destaca no cenário comparativo tendo em vista as outras unidades geográficas apresentadas. O município apresenta redução tanto no índice de GINI como na Razão 10 por 40 demonstrando queda na concentração de recursos locais. Como apontado logo acima essa melhor distribuição acontece, no entanto, através de uma ampliação das bases de menor remuneração.

Em relação ao Brasil e a RMBH percebe-se que a localidade apresenta os menores valores de ambos os índices. Ainda que em ritmo decrescente, chama atenção o alto valor da R1040, igual a 9,32 em 2010. A renda média *per capita* dos 10% mais ricos é assim mais de 9 vezes maior que a dos 40% mais pobres. Para a RMBH e o País tal realidade é ainda mais expressiva, com valores iguais respectivamente a 20,13 e 22,78. O índice de Gini, consideravelmente baixo no município, aponta que o baixo dinamismo econômico da localidade em termos da geração de riqueza monetária e volume de empregos formais não se traduzem necessariamente em uma desigualdade profunda em sua população.

A respeito do PIND (percentual de extremamente pobres), percebe-se significativa redução entre 2000 e 2010. Nesse último ano, menos de 1% da população de Rio Manso é caracterizada como extremamente pobre, movimento de aguda queda pelo qual também passam a RMBH e o Brasil – percentuais respectivamente iguais a 1,25% e 6,62% em 2010. Apesar desse cenário, há ainda elevada propensão à pobreza na localidade. Embora se observe significativa diminuição desse percentual entre 2000 e 2010, o valor de Rio Manso mostra-se bastante superior ao da RMBH – 29,23% contra 19,33% em 2010. Essa vulnerabilidade demonstra a necessidade de atenção à formulação de políticas territoriais no município que consigam traduzir-se em oportunidades de geração de renda e segurança monetária.

Por fim, os CORTE1 e CORTE9 demonstram que há melhora relativa no que concerne à distribuição dos rendimentos percebidos entre os mais pobres e os mais ricos. Se, em 2000, o rendimento médio máximo per capita do 1/5 mais pobre correspondia a 20% do rendimento médio mínimo per capita do 1/10 mais rico, tal percentual sobre para 25% em 2010. A diferença absoluta nominal, no entanto, é elevada. Enquanto em 2000 o resultado da subtração do CORTE9 pelo CORTE1 era igual a R\$ 381,40, em 2010 tal valor sobre para R\$ 648,75. Apesar dessa piora em termos locais, sublinha-se que a diferenciação de renda no município tanto em termos relativos quanto absolutos é expressivamente melhor se comparadas aos valores da RMBH (12% e R\$ 1902,92 em 2010) e do Brasil (11% e R\$ 1.363,50 em 2010).

11.4 Finanças Públicas

O conjunto de informações relativo às finanças públicas municipais tem o objetivo de auxiliar os administradores públicos na condução de assuntos em observância da responsabilidade fiscal na gestão, bem como permitir uma avaliação mais detalhada da condição fiscal de seu município. Desse modo, serão analisados o Orçamento Geral do município, contendo a Receita e Despesa Orçamentárias, e as principais transferências governamentais, que compõem boa parte das receitas em municípios pequenos, que são o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a Transferência do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços (ICMS).

No que tange ao Orçamento Geral do município de Rio Manso, houve ampliação da Receita Orçamentária prevista pelo Instrumento de Planejamento, no período entre 2013-2015, de modo que esta se manteve no patamar de R\$ 16.000.000,00 nos últimos três anos. A Receita Orçamentária trata dos valores

constantes do orçamento, caracterizada conforme o art. 11, da Lei Nº 4.320/64, dispostos na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Por sua vez, a Receita Líquida Corrente dispõe sobre aquelas receitas que se esgotam dentro do período anual, como é o caso das receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências correntes. Para o município de Rio Manso, houve um leve aumento da Receita Corrente Líquida, de 2014 a 2015, num valor de R\$843.117,74. Observa-se que os dados de 2013 se encontram desajustados com os demais, de modo que deve ter ocorrido algum erro de elaboração dos dados disponibilizados.

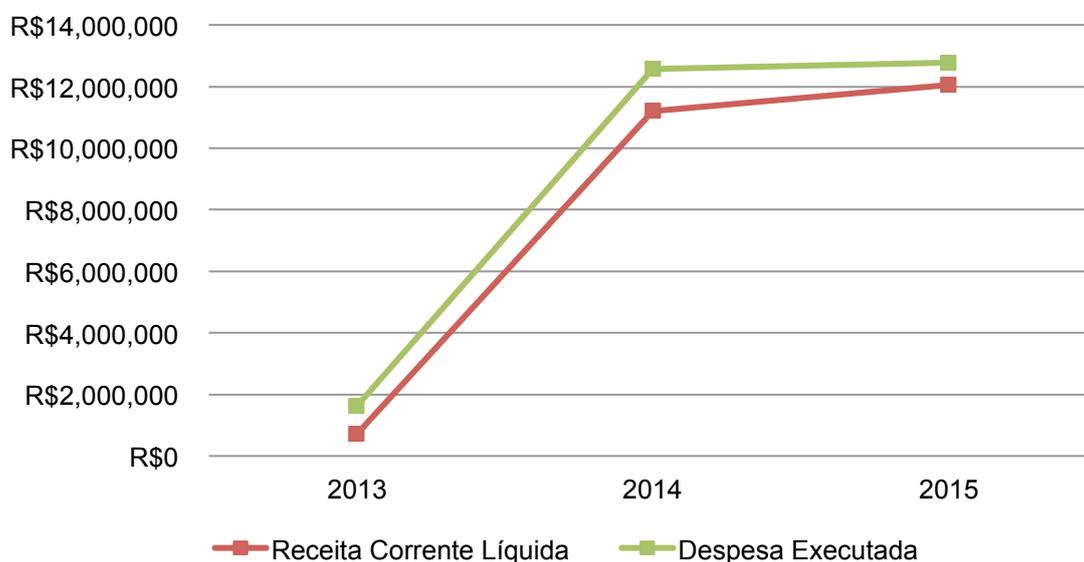
O valor empenhado da Despesa Executada, ou seja, o valor do crédito orçamentário ou adicional utilizado para fazer face ao compromisso assumido no mesmo exercício, também sofreu um leve aumento no período entre 2014 a 2015, de R\$ 206.788,14. Assim, a Despesa Executada se apresenta superior à Receita Corrente Líquida nos diferentes períodos. Os dados referentes ao período de 2016 não foram disponibilizados pelo Portal. O Quadro e a Figura abaixo apresentam os valores Orçamentários mais recentes referentes ao município de Rio Manso.

Quadro 40: Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2017), Rio Manso

Ano	Receita Orçamentária	Receita Corrente Líquida	Despesa Executada
2013	R\$ 13.200.000,00	R\$ 708.988,27	R\$ 1.612.619,28
2014	R\$ 14.520.000,00	R\$ 11.209.676,03	R\$ 12.577.736,28
2015	R\$ 16.000.000,00	R\$ 12.052.793,77	R\$ 12.784.524,42
2016	R\$ 16.000.000,00	-	-
2017	R\$ 16.000.000,00	-	-

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE.

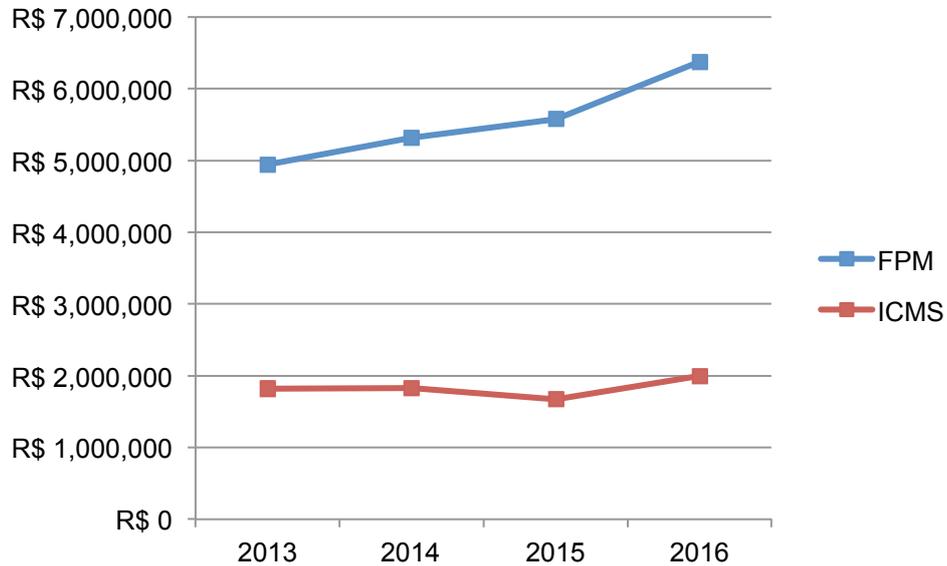
Figura 65: Evolução da Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2016), Rio Manso



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE.

Um dos principais elementos que compõem a Receita Orçamentária de municípios de pequeno e médio porte são as Transferências Governamentais. Segundo dados disponibilizados pelo Portal das Transferências dos Municípios de Minas Gerais, o município de Rio Manso obteve, de janeiro a dezembro do ano de 2016, uma transferência de R\$ 6.377.647,64 para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Por sua vez, os dados sobre a Transferência do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços (ICMS) revelaram que o valor das transferências tem crescido levemente no período compreendido entre 2013-2016, de modo que de janeiro a dezembro de 2016, o município de Rio Manso recebeu o acumulado de R\$1.995.755,64. Vale destacar o baixo valor de arrecadação do município de Rio Mansos e comparado ao resto da RMBH. A Figura abaixo apresenta a evolução das transferências do FPM e do ICMS desde 2013, data de início de divulgação das informações.

Figura 66: Evolução das Transferências Municipais do FPM e ICMS (2013-2016), Rio Manso



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Tesouro Nacional, do Tribunal de Contas da União e do Banco do Brasil, sistematizados e disponibilizados pela Associação dos Municípios Mineiros – AMM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAR - Cadastro Ambiental Rural. Disponível em: <http://www.car.mg.gov.br/>. Acesso em 01/05/2017.

CEDEPLAR / UFMG. LUMEs. Mapeamento da identidade cultural da RMBH. Pesquisa de campo 2015. Disponível em WWW.rmbh.org.br.

CEDEPLAR / UFMG. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH - PDDI, Volume 1, 2011.

FJP - Fundação João Pinheiro, INEP-MEC. Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, disponível em <http://imrs.fjp.mg.gov.br/Home/IMRS>.

Fundação João Pinheiro – FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, disponível em http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas/, data de acesso: 03/04/2017

Fundação João Pinheiro. Consulta ICMS – Lei Robin Hood. Disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/transferencias/pesquisamunicipio>. Acesso em 01/05/2017.

GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. Mapa dos Conflitos Ambientais. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/> . Acesso em 02/05/2017.

IBGE, Cidades. Rio Manso, 2017. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em março 2017.

IBGE. Censo demográfico 1991. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm

IBGE. Censo demográfico 2000. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/>, data de acesso: 03/04/2017

IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Volume 24. Municípios do Estado de Minas Gerais. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_24.pdf, acesso em 20/04/2017.

IBGE. Estimativa da população, 2016. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/default.shtm>

IBGE. Pesquisa de informações básicas municipais – MUNIC, módulo Cultura, 2014. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm acesso em 01/03/2017.

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Outorga de uso de recursos hídricos. 2017.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Atlas da Vulnerabilidade social, 2010. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26118, data de acesso: 03/04/2017

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP-MEC, <http://portal.inep.gov.br/inep-data>, data de acesso: 03/04/2017

Minas Gerais. Lei nº 15.082, de 27 de abril de 2004. Dispõe sobre rios de preservação permanente e dá outras providências. Disponível em <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=147>. Acesso em: 29/04/2017.

Ministério da Cultura / Sistema Nacional de Cultura - Guia de orientação para os municípios, 2012.

Ministério da Cultura / Sistema Nacional de Cultura - Guia de orientação para os municípios, 2012.

Ministério da Cultura. ADESÕES AO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. 2016. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/documents/1305219/1406427/ADES%C3%95ES+COMPILADAS+04.2017.pdf/073c2517-4ea6-43db-8b1f-6f31d8248e41>

Ministério da Cultura. Mapa da cultura. 2017. Disponível em <http://mapas.cultura.gov.br/>, acesso em 01/03/2017

Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Boletim O Brasil sem Miséria no seu Município, Rio Manso, 2016.

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA. Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município, Rio Manso, março de 2017

Ministério do Desenvolvimento Social, MDS, CadÚnico, disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>, data de acesso: 03/04/2017

PIATTO e Prefeitura Municipal de Rio Manso. PLHIS – Plano Local de habitação de interesse social. Rio Manso, 2010.

Prefeitura Municipal de Rio Manso. Dados disponíveis no site <http://riomanso.mg.gov.br/>. Acesso em março de 2017.

SNIS – Sistema Nacional de Informações de Saneamento. Consulta aos municípios. Disponível em: <http://app.cidades.gov.br/serieHistorica/#>. Acesso em: 01/05/2017

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, TCE MG. Fiscalizando com o TCE, Minas Transparente – TCE MG, disponível em <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/>

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, TCE MG. Fiscalizando com o TCE, Minas Transparente – TCE MG, disponível em <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/>

Processo de Revisão
planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM



AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO METROPOLITANA
DE BELO HORIZONTE

